

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**LINETI FIRMO RODRIGUES**

**INFORMANDO CRIANÇAS PARA FORMAR TRABALHADORES CONSCIENTES.**

**São José dos Pinhais, 2003-2006**

**CURITIBA  
2008**

**LINETI FIRMO RODRIGUES**

**INFORMANDO CRIANÇAS PARA FORMAR TRABALHADORES CONSCIENTES.**

**São José dos Pinhais, 2003-2006**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Liane Maria Bertucci

**CURITIBA**

**2008**

Rodrigues, Lineti Firmo  
R696 Informando crianças para formar trabalhadores  
conscientes : São José dos Pinhais, 2003-2006 / Lineti  
Firmo Rodrigues – Curitiba, 2008.  
169 f.: il.

Orientador: Liane Maria Bertucci  
Dissertação (Mestrado) – Setor de Educação, Univer-  
sidade Federal do Paraná.

1. Trabalhadores - Educação. 2. Trabalho infantil.  
3. Acidentes do trabalho. 4. Trabalhadores – São José dos  
Pinhais (PR). I. Título.

CDD 370.113



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



### PARECER

Defesa de Dissertação de **LINETI FIRMO RODRIGUES** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. As abaixo-assinadas, DR<sup>a</sup> LIANE MARIA BERTUCCI, DR<sup>a</sup> DILENE RAIMUNDO DO NASCIMENTO e DR<sup>a</sup> VERA REGINA BELTRÃO MARQUES argüiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **"INFORMANDO CRIANÇAS PARA FORMAR TRABALHADORES CONSCIENTES. SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2003-2006."**

Procedida a argüição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

| BANCA   | ASSINATURA                     | APRECIÇÃO |
|---|--------------------------------|-----------|
| DR <sup>a</sup> LIANE MARIA BERTUCCI          | <i>Liane Bertucci</i>          | APROVADA  |
| DR <sup>a</sup> DILENE RAIMUNDO DO NASCIMENTO | <i>Dilene R. do Nascimento</i> | APROVADA  |
| DR <sup>a</sup> VERA REGINA BELTRÃO MARQUES   | <i>Vera Regina</i>             | aprova    |

Curitiba, 27 de agosto de 2008

*Maria Tereza Carneiro Soares*  
**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Tereza Carneiro Soares**  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação



A meus pais, Jorge e Maria e às minhas irmãs, Eliane e Elissandre, por todo amor e apoio que sempre me dão em todos os momentos de minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora professora Liane Maria Bertucci. Liane que me enviou um e-mail em 2006, dizendo: “muito trabalho nos espera, mas tenho certeza que será uma convivência produtiva, de prazer na pesquisa/estudo, e de muita amizade; se não for assim não vale a pena! Como diria Febvre: viver partido (entre o trabalho e o que se gosta) fazer a vida em duas, eu não conseguiria!” Obrigada pelo carinho, amizade, confiança e por tudo que me ensinou.

Aos meus professores do mestrado, Marcus Levy Albino Bencostta, Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, Nádia Gaiofatto Gonçalves, Gizele de Souza e Vera Regina Beltrão Marques, pelos ensinamentos.

À minha turma de mestrado, Cristiane, Sidmar, Elisangela, Desirê, Alicia, Suderli e Tânia, pelos momentos agradáveis que passamos juntos, nos intervalos.

Aos meus colegas de trabalho do Núcleo da Educação Bairro Novo, pelo apoio.

À minha amiga Selma que me auxiliou quando precisei e à Júlia, que gentilmente traduziu o resumo.

Às amigas que fiz durante as aulas, Liliana, Solange e Fernanda.

Ao Auditor Fiscal do Trabalho e Superintendente Regional do Trabalho do Paraná (substituto), Sérgio Silveira de Barros e ao Técnico em Segurança do Trabalho e servidor da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, Idel Chaves Machado de Araújo, pela valiosa contribuição no desenvolvimento deste trabalho.

E em especial para minhas amigas Betinha, Nair, Ana Cristina, Denise e Roseli que me apoiaram nos momentos difíceis. Para meus sobrinhos, Bruna, Luiz, Felipe, Wellington e minha sobrinha de coração, Edna, pela contribuição.

## **O operário em construção**

Era ele que erguia casas  
Onde antes só havia chão.  
Como um pássaro sem asas  
Ele subia com as casas  
Que lhe brotavam da mão.  
Mas tudo desconhecia  
De sua grande missão:  
Não sabia, por exemplo  
Que a casa de um homem é um templo  
Um templo sem religião  
Como tampouco sabia  
Que a casa que ele fazia  
Sendo a sua liberdade  
Era a sua escravidão.

[...]

Mas ele desconhecia  
Esse fato extraordinário:  
Que o operário faz a coisa  
E a coisa faz o operário.  
De forma que, certo dia  
À mesa, ao cortar o pão  
O operário foi tomado  
De uma súbita emoção  
Ao constatar assombrado  
Que tudo naquela mesa  
– Garrafa, prato, facão –  
Era ele quem os fazia  
Ele, um humilde operário,  
Um operário em construção.  
Olhou em torno: gamela  
Banco, enxerga, caldeirão  
Vidro, parede, janela  
Casa, cidade, nação!  
Tudo, tudo o que existia  
Era ele quem o fazia  
Ele, um humilde operário  
Um operário que sabia  
Exercer a profissão.

[...]

Vinícius de Moraes

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto o Programa Educativo Escola do Futuro Trabalhador, um programa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que foi aplicado a partir de 1997 no Paraná e em 2001 foi lançado em nível nacional. No Paraná, o Programa Educativo foi implantado inicialmente em 13 municípios, constituindo-se de um conjunto de ações educativas a respeito do mundo do trabalho, com o objetivo de levar às crianças do Ensino Fundamental, noções sobre questões relacionadas a direitos trabalhistas, segurança e saúde do trabalhador. Este estudo sobre o Programa focalizou São José dos Pinhais, importante cidade da Região Metropolitana de Curitiba. Iniciado em 2003, o Programa foi aplicado no município de São José dos Pinhais em 7 escolas municipais rurais, com alunos de 3ª e 4ª séries; em 2004 e 2005, foi aplicado também em escolas municipais da zona urbana, nos bairros da periferia; em 2006 em 4 escolas estaduais de 5ª à 8ª séries, também na periferia. O Programa foi desativado no município, em 2007. Através da pesquisa analisei quais idéias o Programa Educativo pretendia enfatizar e como professores e alunos se apropriaram do Programa em um local específico: São José dos Pinhais. O estudo do programa educacional, que pretendia informar crianças e jovens sobre o mundo do trabalho e desenvolver uma cultura de saúde e segurança nos ambientes de trabalho, foi realizado considerando a história da questão do trabalho, especialmente na infância, suas implicações com questões da saúde e de educação, bem como a análise do tema na legislação brasileira. Para o estudo foram utilizados prioritariamente os Cadernos do Programa, testes de alunos, um relatório elaborado por professores, além de um questionário que foi respondido por professores e estudantes.

Palavras-chave: Educação para o trabalho. História do Trabalho. Trabalhador. Saúde. Acidentes de trabalho.

## **ABSTRACT**

The subject of this research is the Educational Program of the Future Worker School, a program of the Ministry of Labor and Job. This program was introduced in 1997 in the state of Paraná, and all over the country in 2001. Initially, the Educational Program was introduced in thirteen cities in the state of Paraná, as a collection of educational actions concerning the world of work with the specific aim to give the students from Elementary and Secondary schools ideas related to labor rights, security and workers' health. This study about the Program was focused in São José dos Pinhais, an important city next to Curitiba, the capital of Paraná. The Program was introduced in São José dos Pinhais in 2003 and it was applied in seven municipal schools in the countryside with students from the 3<sup>rd</sup> to 4<sup>th</sup> grades. In 2004 and 2005 it was also applied in municipal schools in the urban zone and on the outskirts. In 2006 the Program was also applied in four state schools on the outskirts from the 5<sup>th</sup> to 8<sup>th</sup> grades. The Program was cancelled in São José dos Pinhais in 2007. In the research I analysed the ideas that the Educational Program intended to emphasize, and the way teachers and students in São José dos Pinhais adapted themselves to the program. The study of the Educational Program intended to inform children and young people about the world of work, and to develop a culture of health and security in the work environment. The study was realized considering the work history, specially in the childhood, its implications concerning health and education issues, as well, the analysis of this theme in Brazilian legislation. To this study was prioritized the use of the Activities Books of the Program, students' tests, a report written by teachers, and a questionnaire answered by teachers and students.

Key words: Education for the work. Work History. Worker. Health. Accidents at work.

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 9   |
| <b>1 A INDUSTRIALIZAÇÃO. O MUNDO DO TRABALHO E A CRIANÇA</b> .....  | 14  |
| 1.1 A indústria no Brasil – o caso paranaense. As décadas de 1980 e 1990 na Região Metropolitana de Curitiba..... | 14  |
| 1.2 Pequenos trabalhadores brasileiros, em especial os de Curitiba e Região Metropolitana.....                    | 33  |
| <b>2 SAÚDE DO TRABALHADOR. LEGISLAÇÃO E ACIDENTES DO TRABALHO: O CASO BRASILEIRO</b> .....                        | 47  |
| 2.1 A preocupação com a saúde do trabalhador.....   | 47  |
| 2.2 Legislação acidentária e a educação prevencionista.....   | 65  |
| <b>3 PROGRAMA EDUCATIVO ESCOLA DO FUTURO TRABALHADOR. O CASO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS</b> .....                    | 93  |
| 3.1 Programa Educativo Escola do Futuro Trabalhador: considerações sobre sua apresentação e breve histórico.....  | 93  |
| 3.2 Formando o futuro trabalhador. O Programa em São José dos Pinhais.....  | 103 |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 132 |
| <b>BIBLIOGRAFIA</b> .....   | 136 |
| <b>FONTES</b> .....   | 148 |
| <b>ARQUIVOS E BIBLIOTECAS</b> .....   | 153 |
| <b>ANEXOS</b> .....   | 154 |

## INTRODUÇÃO

Os operários nas fábricas, os mineiros nas minas de carvão, os artífices nas suas oficinas, e os camponeses na terra, tinham de se ajustar a um modo de vida inteiramente novo (HOBSBAWM, 1977 a, b).

O novo sistema industrial causou, e causa problemas de saúde a inúmeros trabalhadores, motivo de reivindicações de muitos destes nos dias de hoje, principalmente através de sindicatos. No Brasil do início da industrialização e atualmente, é grande o número de trabalhadores que se submete a ritmos e condições de trabalho que oferecem condições mínimas de segurança, o que causa diariamente acidentes do trabalho, que muitas vezes deixam seqüelas, causam mortes e desestruturam famílias.

Segundo o Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho da Previdência Social, os acidentes deste tipo causaram 2.708 óbitos, no Brasil em 2005. Esses dados referem-se apenas aos trabalhadores do mercado formal, e mesmo neste mercado de trabalho há situações em que o trabalhador sofre acidente que não é registrado como acidente do trabalho. Há décadas reverter esta situação é preocupação declarada tanto por órgãos governamentais, quanto de não-governamentais. Mas existem dificuldades e resistências, por parte de patrões que não cumprem as normas de segurança, e de empregados que deixam de usar equipamentos de proteção e não cumprem as regras de prevenção.

Esta pesquisa é sobre o Programa Educativo Escola do Futuro Trabalhador (daqui para frente: Programa Futuro Trabalhador), um programa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que foi aplicado a partir de 1997 no Paraná, e em 2001 a nível nacional.

No Paraná, o Programa foi implantado inicialmente em 13 municípios<sup>1</sup>, constituindo-se de um conjunto de ações educativas a respeito do mundo do trabalho, com o objetivo de levar às crianças do ensino fundamental noções sobre questões relacionadas a direitos trabalhistas, saúde e segurança no trabalho, e saúde e higiene pessoal e no ambiente de trabalho.

---

<sup>1</sup> Cambé, Campina Grande do Sul, Céu Azul, Diamante do Oeste, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Pato Branco, Quatro Barras, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu.

Entre as cidades paranaenses em que o Programa foi implantado em uma segunda etapa, estava São José dos Pinhais, uma das mais importantes cidades da Região Metropolitana de Curitiba. Com uma população de 261.125 habitantes, em 2006, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), São José dos Pinhais possuía no mesmo período 894 indústrias e 25.261 operários; mas a localidade também mantinha traços rurais, com mais de 20 mil pessoas vivendo, e a maioria trabalhando, em propriedades agrícolas (IPARDES, 2008; PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – **Estatística**, 2008). Em São José dos Pinhais o Programa Futuro Trabalhador foi iniciado em 2003 em 7 escolas municipais rurais, com alunos de 3ª e 4ª séries; em 2004 e 2005, foi aplicado também em escolas municipais da zona urbana, nos bairros da periferia, e em 2006 em 4 escolas estaduais de 5ª à 8ª séries. Em 2007 o Programa não foi aplicado.

A implantação deste Programa em escolas rurais e de periferia levou-nos a questionar: por que menores, em idade escolar, seriam convidados a estudar sobre direito trabalhista e prevenção de acidentes do trabalho explicitamente ligados, pelo menos no discurso do Programa, ao mundo fabril? A intenção de preparar adequadamente futuros operários é uma resposta plausível (é emblemático que no Brasil o Programa só foi implementado em escolas públicas). Mas como os alunos receberam essa educação? Como professores ensinaram aquele conteúdo? Interrogações que permeiam o estudo realizado.

Através da dissertação procuramos entender de que forma o Programa Futuro Trabalhador foi implantado em São José dos Pinhais, levando em consideração a reação e as apropriações de alunos e professores envolvidos em um programa educacional explicitamente voltado para o mundo do trabalho. Nos inspira, com suas abordagens do processo histórico, trabalhos realizados por Edward P. Thompson. (THOMPSON, 1998, 1987a, b) Como o objeto desta pesquisa é ‘atual’, trabalhamos com a “história do presente”, o que nos proporcionou utilizar a proximidade dos acontecimentos como aliada, pois esta dissertação foi escrita sob o olhar de alguns dos seus atores, mas com a compensação da distância temporal entre o ato de testemunhar e a ação exposta pela testemunha. Valemo-nos da memória como fonte histórica, levando em consideração que ela representa um ponto de vista e, como toda fonte, deve ser selecionada, hierarquizada e criticada. (RIOUX, 1999, p. 42-43; FRANK, 1999, p. 107, 116-117)



Observei como determinações oficiais/legais foram apropriadas em ações de professores e alunos, assim busquei reformulações que foram feitas em relação ao que o programa educacional pretendeu impor.

Para realizar a dissertação foram pesquisados de maneira sistemática, além do Caderno do Professor e do Caderno do Aluno, do Programa Futuro Trabalhador, documentos sobre o Programa, elaborados pelo MTE e pela Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, testes aplicados aos alunos, relatório elaborado por professores, questionários respondidos por alunos e professores que participaram do Programa.

Desta forma, procurei analisar como um programa educacional nascido no Paraná e encampado pelo governo federal, com objetivo de incentivar uma cultura de saúde e segurança no trabalho através da educação de crianças e jovens, foi implementado em São José dos Pinhais no início dos anos 2000. Como lembra Liane Maria Bertucci, mesmo entre os militantes operários do início do século XX a educação da criança aparecia como algo a se privilegiar quando o objetivo era transformar a sociedade:

A educação representou para os militantes operários de São Paulo a arma mais eficaz para a conscientização dos trabalhadores e assim para o efetivo combate à ordem social burguesa. Em São Paulo, os libertários desenvolveram seu projeto educacional de várias maneiras: conferências realizadas em todo o estado, criação das chamadas Escolas Modernas e, principalmente, organização de sindicatos. Nessa campanha educativa, as publicações de trabalhadores privilegiavam a criança, porque de sua boa formação (física e intelectual) dependia o futuro da classe operária. (BERTUCCI, 2002. p. 241-242).

Na realidade do mundo do trabalho do século XXI, não podemos deixar de lembrar a importância da educação para evitar doenças e prevenir acidentes do trabalho, entretanto é imprescindível questionar como e para quem esta educação é feita, de que maneira o cotidiano das crianças que foram alvo do Programa Futuro Trabalhador foi modificado pelos ensinamentos deste Programa. Além disso, ficam pelo menos duas questões que não nos propomos responder nesse trabalho: como os patrões, proprietários ou gerentes de pequenas e médias oficinas e fábricas ou de grandes empresas nacionais e multinacionais, são educados para prevenir acidentes dos trabalhadores (que causam inclusive prejuízos econômicos)? Como outros grupos sociais, não ligados diretamente às fábricas ou oficinas, percebem os acidentes do trabalho e a existência ou não de ações preventivas naqueles locais? Questões para outros estudos.

No primeiro capítulo escrevemos um histórico sintetizado do processo de industrialização, com destaque para as transformações ocorridas no modo de produção e na vida dos trabalhadores da Inglaterra e do Brasil. Os ambientes insalubres, os ritmos extenuantes de trabalho, a concentração da população nas áreas industriais, os problemas sociais e ambientais que afetaram os operários. As reivindicações, as conquistas e derrotas dos trabalhadores e o envolvimento de médicos e reformadores sanitários que se empenharam na luta para melhorar as condições de vida da classe trabalhadora. Analisamos de que forma os Cadernos do Programa Futuro Trabalhador abordam os temas trabalho, trabalhador, indústria e legislação trabalhista. Veremos também o processo de industrialização do Paraná, com atenção especial à Região Metropolitana de Curitiba.

A utilização da mão-de-obra infantil, que mesmo representando lucro para os empresários, era condenada desde o século XIX por médicos, legisladores e, notadamente, pela imprensa operária, mereceu destaque na dissertação. Analisaremos como o tema trabalho na infância, que há décadas é alvo de leis específicas em todo o mundo, é tratado nos Cadernos do Programa Futuro Trabalhador.

A questão saúde do trabalhador e dos acidentes do trabalho no Brasil é discutida no segundo capítulo. Através da 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, cujo relatório final serviu de base para a elaboração do capítulo, da Constituição Federal de 1988 e de outras ações governamentais e da sociedade civil (inclusive dos próprios trabalhadores) que tiveram como tema a saúde do trabalhador, poderemos observar as tentativas de buscar soluções para os problemas relacionados com a saúde do trabalhador, desde as décadas finais do século XX. Veremos a organização legislativa referente ao tema e, exemplarmente, algumas campanhas prevencionistas que, como o Programa Futuro Trabalhador, abordaram a questão saúde no trabalho e prevenção de acidente.

No terceiro capítulo fizemos um levantamento histórico do Programa Futuro Trabalhador e uma descrição detalhada dos Cadernos do material e dos objetivos do Programa. Ao enfocarmos a implantação do Programa no Paraná, seu lançamento nacional e em escolas públicas de São José dos Pinhais, procuramos resgatar de que forma os principais envolvidos em sua efetivação, os alunos e professores, perceberam, transmitiram e assimilaram o conteúdo proposto pelo Programa. Para realizar esse intento foram considerados depoimentos escritos de pessoas e

atividades desenvolvidas em escolas públicas de São José dos Pinhais entre 2003 e 2006.

## 1 A INDUSTRIALIZAÇÃO. O MUNDO DO TRABALHO E A CRIANÇA

### 1.1 A indústria no Brasil – o caso paranaense. As décadas de 1980 e 1990 na Região Metropolitana de Curitiba

Enquanto a máquina estiver em funcionamento, as pessoas devem trabalhar – homem, mulheres e crianças amarradas ao ferro e ao vapor. A máquina animal está presa por cadeias à máquina de ferro, a qual não conhece o sofrimento nem a fadiga. (HARRISON<sup>2</sup>, 1979, apud BRESCIANI, 1994, p. 96-97).

A citação acima, com suas contundentes palavras, nos dá idéia do quanto foi doloroso o processo de industrialização, no qual o homem se sentia subjugado à máquina. Mas, os operários não foram passivos nesse processo, eles fizeram parte dele, pois “forjaram sua história enquanto indivíduos [...] nos costumes que os guiavam, nas leis que reivindicavam ou contestavam, nas práticas religiosas que professavam.” (BERTUCCI; FARIA FILHO; TABORDA DE OLIVEIRA, 2007, p. 1).

As máquinas e o vapor transformaram as manufaturas inglesas em grandes indústrias na segunda metade do século XVIII, sendo a indústria do algodão a pioneira dessa Revolução Industrial que, pouco a pouco, transformou a sociedade, e não apenas a da Inglaterra. “Antes da introdução da maquinaria, a fiação e a tecelagem das matérias-primas efectuava-se na própria casa do trabalhador. Mulheres e raparigas fiavam o fio que o homem tecia ou que elas vendiam, quando o chefe de família não o trabalhava.” (ENGELS, 1975, p. 32).

A maioria dessas famílias de tecelões vivia próximo das cidades e o que ganhavam era suficiente para sua subsistência. (Idem) A família trabalhava unida e ao redor das oficinas de tecelagem formou-se uma vida familiar e comunitária, na qual o trabalho não era impedimento para conversar ou cantar. É, portanto, fácil de compreender porque, mesmo antes do advento da energia do vapor, os tecelões não gostavam das fábricas de teares manuais: devido à disciplina da campainha da sirene e do controle do tempo. (THOMPSON, 1987b, v.2 p. 166-168) Além disso:

houve uma época em que as fábricas eram concebidas como uma espécie de casa de correção para crianças indigentes. Mesmo quando este preconceito desapareceu, entrar numa fábrica representava uma queda no status: de trabalhador independente, embora pobre, para o de empregado ou “mão-de-obra”. (THOMPSON, 1987b, v.2, p. 167).

---

<sup>2</sup> HARRISON, J.F.C. **Early Victorian Britain, 1832-1851**. London: Fontana; Collins, 1979.

Os trabalhadores ingleses às vezes agiam de forma violenta, no século XVIII e na primeira metade do século XIX, destruíam materiais e máquinas, ateavam fogo em bens de patrões, além de outras formas de resistência às máquinas e de fazer valer condições de trabalho e remuneração consagradas pela tradição. (THOMPSON, 1987b, v.3) “Foi lutando, perdendo, fazendo valer leis e costumes, que a classe operária foi se formando e concorreu para efetivação do moderno mundo da indústria.” (BERTUCCI; FARIA FILHO; TABORDA DE OLIVEIRA, 2007, p. 2).

Um exemplo de resistência foi o ‘luddismo’ (nome derivado do seu líder Ned Ludd), um movimento de feição insurrecional iniciado em 1811. “Mas o luddismo fracassou diante de patrões, governantes e pastores que pregavam o trabalho **para todos**<sup>3</sup>, o que resultou no fim de especialidades profissionais e do preço estabelecido pela tradição, e teve como consequência o achatamento de salários.” (Ibidem, p.12).

As ferramentas foram sendo substituídas pelas máquinas, a energia humana pela motriz, e muitos tecelões não conseguindo concorrer com a produção das máquinas, se viram obrigados a se tornarem empregados nas novas fábricas. Nesse processo, os tradicionais padrões de vida foram se transformando. Os tecelões perderam sua independência, segurança (por causa das demissões) e tempo livre; para seus filhos as mudanças representaram o fim do trabalho e lazer domésticos. A disputa por empregos entre os operários ingleses e entre eles e os imigrantes irlandeses tornou-se acentuada.<sup>4</sup> (THOMPSON, 1987b, v.2)

No início do século XIX, a Inglaterra já exportava máquinas a vapor, carvão e material ferroviário. A agricultura estava sendo mecanizada e novas estradas haviam sido construídas para escoar a produção do campo e das cidades. (OLIVEIRA, D. de., 2001, p. 21; ENGELS, 1975, p. 45-46) O processo de mecanização da produção se estendeu pela Europa e alterou as formas de produção, trabalho, organização social e a vida urbana. Com a mecanização, a hierarquia e a disciplina no trabalho, tornaram-se elementos importantes na produção. Os ritmos de trabalho extenuantes, as longas jornadas impostas pelos patrões, os baixos salários, juntamente com ambientes de trabalho insalubres tornaram a vida dos operários difícil, motivando-os a resistir contra imposições e

---

<sup>3</sup> Grifo dos autores.

<sup>4</sup> Uma outra categoria de trabalhador, o artesão, que fabricava produto diferenciado e com valor singular, também perdeu seu status social.

lutar por melhores condições de trabalho e por melhores salários. (THOMPSON, 1987b, v.2, p. 14-16)

A concentração populacional nas áreas industriais trouxe sérios problemas. Os operários moravam em “bairros de má reputação”, onde as ruas normalmente não eram pavimentadas e as casas muitas vezes eram construídas irregularmente. A água utilizada era retirada de poços ou bicas, no caso desta última as pessoas tinham que levantar à noite para entrar numa fila e ainda pagar por ela. O lixo doméstico e fabril ficava amontoado nas ruas ou em terrenos baldios e o esgoto corria a céu aberto. As habitações eram pequenas, mal arejadas e úmidas e nelas moravam muitas pessoas. Os que não possuíam casas ou não podiam pagar o aluguel de uma, se acomodavam em dormitórios públicos, quando podiam pagar; para os que não tinham dinheiro algum, só restavam os asilos ou as ruas. A maioria dos operários estava exposta a privações devido à baixa remuneração: as roupas eram medíocres, a comida era ruim e insuficiente, e muitos morriam de fome ou de doenças causadas pela falta de alimentos. Diante deste quadro, médicos e reformadores sociais se empenharam em diagnosticar e tentar melhorar as condições de vida da população mais pobre, muitos deles declaradamente pelo medo das conseqüências que estas condições poderiam acarretar para toda a sociedade. (ENGELS, 1975, p. 59, 64, 111; THOMPSON, 1987b, v.2, p. 185-188; BRESCIANI, 1994, p. 101)

Nos relatórios feitos por aqueles que visitavam bairros populares e instalações fabris, algumas questões se destacavam. O alcoolismo foi repetidamente apontado como um dos flagelos difundidos entre os trabalhadores. Eles alegavam beber por necessidades físicas (suprir falta de alimento, prover calor, etc.) e morais (vontade de “esquecer” as dificuldades da vida cotidiana, aliviar as disputas no trabalho e até desejo de se mostrar virilidade).<sup>5</sup> O hábito de beber começava cedo, muitos pais guardavam aguardente em casa facilitando e tornando familiar o uso de bebida alcoólica. A bebida contribuía para degradar ainda mais as condições físicas dos trabalhadores, predispondo-os a acidentes no trabalho, na rua, em casa, e, principalmente colaborando, direta e indiretamente, para proliferação entre eles de doenças digestivas e pulmonares cujos tratamentos médicos eram inacessíveis para os padrões de vida destes homens e mulheres. (ENGELS, 1975, p. 144-145)

---

<sup>5</sup> Para o caso inglês: ENGELS, 1975. Para o Brasil, veja: BERTUCCI, 1997, p. 81-124.

Em muitas famílias, apontavam os relatórios, como os pais trabalhavam fora, os filhos ficavam trancados em casa, sob cuidados de irmãos (pouco) mais velhos, ou soltos pelas ruas. Centenas dessas crianças morriam nos mais diversos acidentes, como queimaduras com fogo, água fervente, quedas, entre outros. (Ibidem, p.150) O trabalho da mulher, agora em local muitas vezes distante da casa e com horários longos e controlados, destrutura uma organização familiar que antes convivia com o trabalho feminino em outras bases. (PERROT, 1988, p.167-231) Mas o trabalho da mulher na fábrica é uma necessidade, em muitos casos ela é responsável pelo sustento da família enquanto o homem ajuda nos afazeres domésticos, há também casos de crianças que sustentam pai e mãe desempregados, além de seus irmãos menores. Como lembra Engels, “desde o princípio da nova indústria, estas [crianças, meninos e meninas] foram empregadas nas fábricas”. Não por acaso, militantes operários e outros grupos sociais criticavam o sistema fabril, “consideravam-no o destruidor da vida familiar.” (1975, p. 190, 193, 196).

Entre 1790 e 1830, com a crescente convergência de idéias e interesses, os trabalhadores fabris foram se unindo e separando-se de outros grupos sociais que, muitas vezes, tinham interesses divergentes dos seus (como sapateiros, pedreiros, livreiros, pequenos comerciantes, grupos com os quais, até então, dividiam idéias e ações sociais). É possível perceber, segundo Edward Thompson, o “fazer-se” (*making*) da classe operária na Inglaterra, como resultado de um processo ocorrido desde o século XVIII, com a criação de sociedades, associações e clubes, muitos deles efêmeros, que foram duramente reprimidos durante anos. (1987b, v.1, p. 9-16) Mas, o direito de livre associação foi conquistado em 1824 e fortaleceu a luta dos trabalhadores nesse período de transformações na produção (o fim das “especialidades” foi terrível para muitos trabalhadores, mas possibilitou uma convivência ímpar entre todos os que adentravam o mundo da fábrica). Em 1830 foi organizada a Associação Nacional para Proteção do Trabalho que atuava como central dos sindicatos que se formaram. Apesar das pressões dos patrões, que coagiam os operários a abandonar esses sindicatos, e conseqüentemente a Associação, eles sobreviveram e lutaram por leis e pela manutenção de direitos dos trabalhadores. (Cf.: THOMPSON, 1987b, v.3) Uma luta marcada pelas experiências desses homens e mulheres que ajudaram a construir a sociedade em que viviam.

Todo esse processo de industrialização, para o qual concorreram decisivamente as ações dos trabalhadores, e que extrapola a Inglaterra e invade a Europa e outros países do mundo, a partir da segunda metade do século XIX, é tema da Parte I do Caderno do Professor, do Programa Futuro Trabalhador. Nesta parte, que se inicia com a definição de trabalho como uma “condição inerente à existência humana” (BRASIL, 2002a, p. 11), é feita uma abordagem linear e evolucionista do tema através dos tempos, da pré-história até a atualidade, concorrendo para uma percepção supostamente ‘natural’ e, portanto, ahistórica do trabalho (desconsiderando o que era tido como trabalho pelas pessoas em diferentes épocas) e, principalmente, do processo industrial, fazendo desaparecer as complexas relações humanas existentes entre aqueles que produzem. Segundo o texto, a atividade industrial começou com a fabricação de instrumentos de ossos de animais e pedras, quando o trabalho era uma necessidade para a sobrevivência do homem; depois o trabalho teria assumido forma de escravidão, e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, passa a ser um direito. Segundo o Caderno do Professor, com a Revolução Industrial:

Os trabalhadores considerados meros produtores de mercadorias e desprezados em sua dignidade humana, só encontrando proteção nos princípios da religião ou dos direitos civis, ainda que de forma escassa. Reações fizeram-se sentir e surgiu o marco inicial da normatização das relações trabalhistas [...]. (BRASIL, 2002a, p. 12).

O Caderno do Professor, do Programa Futuro Trabalhador limita-se então a apontar aspectos legais (citando, por exemplo, a Lei de Peel, de 1802, na Inglaterra<sup>6</sup>) e ações estatais e religiosas pouco contextualizadas (como a publicação da Encíclica Rerum Novarum, de 1891) como marcos de um processo no qual os trabalhadores praticamente não aparecem. De uma quase maldição, com a escravidão e a exploração da fábrica no século XVIII-XIX, o trabalho passa a “direito”. São freqüentes no texto frases como “a idéia da justiça social impôs-se, [a partir do final do século XIX]” (Ibidem, p. 12) que, efetivamente, pouco contribuem para explicitar a complexidade das relações humanas presentes no mundo do trabalho e, particularmente, no da industrialização. Texto que, mesmo limitado pelo espaço disponível no material didático, poderia ser escrito de forma menos simplista; uma forma que se repete quando é abordado o trabalho no mundo contemporâneo.

---

<sup>6</sup> Visava coibir os abusos com relação à idade mínima para o trabalho e a duração da jornada diária.



(BRASIL, 2002a, p. 13-14) Considerações sobre o Brasil ocupam a Parte II do Caderno do Professor, passando, depois de rápidas considerações sobre o processo histórico nacional, para questões (divididas em sub-temas) mais técnicas: quem está protegido pelas leis trabalhistas, contrato de trabalho, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro-desemprego. (Ibidem, p. 17-41)

No Brasil, o processo de industrialização (entendido como processo produtor em grande escala de bens de consumo) foi pautado, até pelo menos o final do século XIX, por períodos de relativo desenvolvimento e crises causadas por diferentes fatores: das leis impostas pela metrópole portuguesa, como a de 1789, que proibia a instalação de fábricas na colônia; a agricultura de exportação, centrada na monocultura, alicerçada no trabalho de escravos que não eram consumidores ativos.<sup>7</sup> Situação que se alterará vagarosamente com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808, quando foram adotadas algumas medidas que incentivaram os primeiros empreendimentos manufatureiros (construção naval, de cordames, velas e tecidos)<sup>8</sup>, que eram estabelecimentos pequenos e, em geral, duraram pouco tempo, por sua dependência de matérias-primas e máquinas de difícil importação, devido principalmente ao alto custo. Além disso, os Tratados de Aliança e Comércio, estabelecidos entre Brasil e Grã-Bretanha, que garantiam aos produtos ingleses tarifas menores (15%) que das outras nações (portugueses 16%, outros 24%), eram outros obstáculos para a indústria nacional, pois as manufaturas brasileiras, não tinham condições de competir com produtos muitas vezes de melhor qualidade e com bom preço para o consumidor. (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 21; DECCA, 1991, p. 13)

Somente a partir de 1870 as fábricas começaram a aumentar, em número e em importância, no entanto eram pouco mecanizadas<sup>9</sup> e o trabalho era realizado por escravos, homens livres pobres e poucos imigrantes, contratados para realizarem atividades especializadas. (DECCA, 1991, p. 10-11) Entretanto, com o progressivo

---

<sup>7</sup> No início do século XIX, a população brasileira era de 3 milhões de habitantes, sendo 1 milhão escravos. (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 29)

<sup>8</sup> “A manufatura e a fábrica distinguem-se da empresa artesanal pelo número de trabalhadores que empregam. Nas duas primeiras, o número de trabalhadores é tal que o proprietário não se ocupa mais diretamente da produção.” Na fábrica a organização técnica, com maior emprego de capital, se traduz em mecanização. (SILVA, 1985, p. 82)

<sup>9</sup> No Brasil, a máquina a vapor foi utilizada pela primeira vez em 1869, em uma fábrica de tecidos da cidade de Itu, interior de São Paulo. (MENDONÇA, 1997, p. 13)

fim da escravidão, a partir da metade do século XIX, com as mudanças políticas nacionais e mundiais, e o crescimento da produção cafeeira (impulsionada pelo consumo externo) que avançou do Rio de Janeiro para São Paulo, pelo Vale do Paraíba, e chegou ao chamado “oeste paulista”, transformações significativas aconteceram. O café gerou grandes lucros nas últimas décadas do século XIX, favorecido pelo crescimento do mercado mundial e alta cotação do produto, e pela difusão do navio a vapor, que facilitava e incrementava as relações comerciais entre Brasil, Europa e Estados Unidos. Principalmente com o fim efetivo da escravidão, em 1888, empréstimos feitos com o dinheiro gerado pelo comércio do café, financiaram, direta e indiretamente, a imigração de trabalhadores (consumidores) europeus, seduzidos pela idéia de trabalho fácil e lucrativo e pela possibilidade de enriquecimento. E o dinheiro do café, que ajudou a financiar a vinda de trabalhadores para as áreas dos ricos cafezais, também remodelou cidades, construiu ferrovias, implementou serviços públicos: energia elétrica, gás, transporte urbano, etc., e favoreceu, com todas estas transformações, a multiplicação de indústrias. Assim, os lucros obtidos com a comercialização do café propiciaram capital que passou a ser investido na agricultura, no comércio, na indústria, e também em infra-estrutura urbana e organização financeira (casas de exportação, bancos), que possibilitou investimentos estrangeiros (notadamente britânicos) no Brasil, especialmente entre o final dos Novecentos e a primeira década do século XX. (DEAN, 1976; DECCA, 1991; SILVA, 1985)

Assim, foi a diversificação do complexo cafeeiro, que provocou e financiou uma formação industrial caracterizada pela implantação, quase que exclusiva, de indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis (fiações, tecelagens, fábricas de chapéus, retrós, calçados e artigos de couro, vidro, louça, alimentos, cigarros, sabão, etc.), que se concentraram no eixo Rio-São Paulo, a área do café por excelência.

“Novos atores sociais, industriais e operários, passaram a moldar também a sociedade brasileira.” (DECCA, 1991, p. 8). A partir de 1890 foram multiplicando-se os jornais operários e as organizações de grupos de trabalhadores, que se reuniam para discutir idéias, reivindicar e se ajudar, através de Ligas e Uniões, Sociedades de Resistência e de Socorros Mútuos, Caixas Benéficas, Clubes, Associações, Corporações, Federações e Confederações. Esses homens e mulheres foram marcados por influências culturais e políticas diversas, cuja mais contundente

tradução nas primeiras décadas do século XX foi o anarquismo<sup>10</sup>, na sua vertente que enfatizava importância da reunião de caráter não assistencialista dos trabalhadores como instrumento fundamental de luta e educação para emancipação dos operários. O destaque atribuído à imprensa pelos militantes anarquistas é notório. (DECCA, 1991; DULLES, 1977; FERREIRA, 1978)

O número de imigrantes que veio para o Brasil entre 1846 e 1932 foi de aproximadamente, 4,4 milhões (Cf.: BERTONHA, 2005, p. 83), a maioria indivíduos sem grande qualificação profissional ou pecúlio. Empregados nos cafezais ou nos crescentes centros urbanos, seus salários eram baixos e foi grande o número de mulheres e crianças empregadas no trabalho fabril, o que fazia com que a remuneração se tornasse ainda menor. Além do precário nível salarial, o operário enfrentava uma jornada de trabalho que variava de 10 a 14 horas por dia, chegando a 17 horas em algumas fábricas. A luta pela redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias foi uma das principais reivindicações dos trabalhadores do início do século XX. (DECCA, 1991, p. 12-13) A maioria desses operários vivia em condições miseráveis, trabalhava em fábricas onde as condições de higiene e ventilação eram péssimas, e muitos eram tratados com violência por chefes e mestres. As greves representaram as mais expressivas reações destes homens e mulheres. Organizados por militantes, muitos destes operários também realizaram congressos na tentativa de dar rumos claros e coordenados as suas reivindicações na luta pela transformação da sociedade. (PINHEIRO; HALL, 1981)

Em 1906 foi realizado no Rio de Janeiro o I Congresso Operário Brasileiro, com a ação decisiva das chamadas “ligas” e “uniões” de trabalhadores e da imprensa operária, que fez intensa propaganda do encontro. O encontro aconteceu de 15 a 22 de abril e contou com representantes de todo país, sendo 38 as organizações representadas, das quais significativamente 26 eram de São Paulo. As resoluções deste Congresso definiram, na prática, o direcionamento que o movimento operário seguiria a partir de então: as organizações deveriam ser subordinadas às Federações locais, que, por sua vez, estariam vinculadas à

---

<sup>10</sup> O anarquismo não é uma doutrina homogênea, mas “todos os anarquismos possuem em comum a sua radical aversão em relação ao Estado e à política, esta entendida como ação partidária e parlamentar – isto, a própria origem da palavra ‘anarquia’ (sem governo) indica”. Segundo o anarquismo, a relação de trabalho deve ser resolvida “pelo confronto, seguido da negociação direta ou do contrato”. (MUNAKATA, 1981, p. 14-15, 17)

Confederação Operária Brasileira. Em 1907, a Confederação Operária Brasileira realizava em Curitiba o Congresso Operário de Curitiba cuja importância foi colocar em evidência a questão social na região e proporcionar condições para outras reuniões e conferências, sendo mesmo o embrião da organização dos trabalhadores paranaenses. (FERREIRA, 1978, p. 56, 66-68)

Singular foi o Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro em 1912, sob o patrocínio do Presidente da República, autodenominado IV Congresso Operário Brasileiro, e renegado pela maioria dos trabalhadores. Organizado pelo filho do presidente Marechal Hermes da Fonseca, Mário Hermes, de 7 a 15 de novembro, contou com a participação de 68 operários de todo Brasil, representando 22 associações que tinham patrocínios diversos (o próprio estado, a igreja católica, etc.). Entre suas reivindicações estavam o direito de férias, e a assistência ao menor, à mulher, aos órfãos e às viúvas. Denunciaram os longos períodos de trabalho e os baixos salários dos trabalhadores. Mesmo lembrando pautas de luta dos militantes da classe operária, as propostas e denúncias tinham um viés assistencialista e/ou apelavam para uma aliança governamental inaceitáveis, especialmente para os anarquistas. (DULLES, 1977; PINHEIRO; HALL, 1981)

Em 1913, de 8 a 13 de setembro, também na capital do Brasil, foi organizado aquele que os militantes operários consideram o II Congresso Operário Brasileiro, com o patrocínio da Confederação Operária Brasileira. Participaram confederações estaduais e locais, ligas e uniões de trabalhadores de todo o país e representantes de 4 jornais operários. A organização dos trabalhadores em sindicatos de luta e os problemas sociais (condições de trabalho e vida dos operários) foram os grandes temas. (FERREIRA, 1978, p. 70-71)

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) traz diversas conseqüências para a indústria e para os trabalhadores brasileiros: os grandes fornecedores de produtos industrializados e compradores de matérias-primas se envolvem diretamente no conflito, o que gera demanda interna (principalmente) e externa por produtos brasileiros, as indústrias nacionais fazem sua produção crescer ao máximo possível e novas fábricas surgem.<sup>11</sup> Além disso, a exportação de produtos agrícolas e matérias-primas aumenta significativamente, devido a dificuldade de seu

---

<sup>11</sup> No início da Guerra, o Brasil tinha 7.430 indústrias, empregando 153.163 operários, em 1920, passou para 13.336 estabelecimentos (descontados os estabelecimentos rurais), com 275.512 operários. (IGLÉSIAS, 1987, p. 73-74, 76)

cultivo/produção nos países beligerantes. (DEAN, 1976) Mas, conseqüências negativas logo se fizeram sentir. O conflito paralisou a entrada de capitais estrangeiros e interrompeu a importação de máquinas e outros bens de capital, geradores de emprego na indústria, o que, a médio prazo, fez com que o aumento da produção, experimentado em meados dos anos 1910, declinasse. (VILLELA; SUZIGAN, 1973) O contexto da guerra fez ainda com que o custo de vida aumentasse de forma significativa – os gêneros de primeira necessidade eram exportados e os produtos nacionais industrializados, antes baratos frente aos importados de melhor qualidade, tiveram seus valores majorados. A inflação e a escassez de gêneros alimentícios causaram muitas “dificuldades aos operários, cujos sindicatos cresceram rapidamente em número e militância e provocaram inúmeras greves gerais como a de 1917.” (DEAN, 1976, p. 75).

Entre o final de 1917 e 1920, com a progressiva recuperação das nações mais diretamente envolvidas na Primeira Guerra Mundial, há crise na indústria nacional, com queda de produção devido à entrada cada vez maior de produtos norte-americanos (baratos e geralmente, melhores que os brasileiros), antes vendidos para a Europa, e queda significativa do poder de compra dos salários dos trabalhadores. O movimento operário de São Paulo, Rio de Janeiro e outras regiões do Brasil, viveu então um período de grande mobilização, sempre reivindicando aumento de salários e melhores condições de trabalho, a repressão de empresários e policiais foi igualmente grande. Redações de jornais operários foram empasteladas, líderes foram presos, alguns foram mortos e outros deportados. A década de 1920 assiste a desmobilização dos operários: pela perda de vários de seus líderes, por divisões internas importantes como a ocasionada pela organização do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>12</sup>, em 1922, do qual participavam alguns importantes ex-anarquistas, pelas transformações no interior da fábrica que reordenaram a relação entre os trabalhadores, e pela repressão governamental. (DE DECCA, 1984; 1985; MUNAKATA, 1981) Em 1927, o PCB tenta dar uma nova estrutura ao movimento sindical brasileiro, conseguindo certa influência nos sindicatos cariocas e em diversos núcleos estabelecidos em empresas de diferentes partes do Brasil. A proposta comunista é a criação de uma central sindical, a Confederação Geral do Trabalho (CGT), que seria o topo de uma pirâmide que

---

<sup>12</sup> Na década de 1960, o partido passou a chamar-se Partido Comunista Brasileiro. Em 1962, um novo Partido Comunista do Brasil foi fundado.

envolveria as federações sindicais em base territorial e as federações de cada categoria. (MUNAKATA, 1981, p. 42-43; PINHEIRO, 1977)

A partir de 1930, ocorrem muitas mudanças na estrutura sindical brasileira e na legislação trabalhista, capitaneadas pelo governo federal. Uma das primeiras medidas tomadas pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, depois da tomada do poder em outubro de 1930, é a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, cujo objetivo é reordenar as leis trabalhistas e os sindicatos, uma propaganda intensiva e diversificada é desencadeada na tentativa de apagar da memória (e da história) as organizações, as propostas, as lutas, as conquistas e as derrotas dos operários e militantes da classe trabalhadora. O corporativismo<sup>13</sup> substitui a noção de classe, o patrão passa a ser chamado de empregador e o trabalhador de empregado, sinal de aparente igualdade e complementaridade. As relações entre patrão e trabalhador passam a ser mediadas pelo governo, e a legislação trabalhista que então se organiza passa a ser utilizada pelo Estado para assegurar a suposta igualdade e evitar conflitos. Os sindicatos são subordinados ao Ministério, inclusive mediante coação explícita, por exemplo: apenas aos trabalhadores de sindicatos associados ao Ministério era garantido o direito de férias. Foi neste contexto que ocorreu a criação da carteira profissional, documento necessário para associação em sindicato e gozo de férias. (MUNAKATA, 1981, p. 64-90) “Assim, a carteira profissional, que hoje é considerada como um simples documento neutro e até como garantia e arma do trabalhador, nasce como um instrumento de controle e dominação.” (Ibidem, p. 91).

Se hoje muitos trabalhadores lutam para ter “carteira assinada”, na década de 1930 a luta de vários deles era contra a carteira profissional, considerada instrumento de dominação e controle pelos sindicatos. Portanto, a legislação trabalhista, “carrega as marcas das lutas operárias, mas também as de sua derrota.” (Ibidem, p.105).

No Caderno do Aluno, do Programa Futuro Trabalhador (BRASIL, 2002b) essa luta realizada pelos trabalhadores brasileiros antes de 1930 não é sequer mencionada. As informações apresentadas no Caderno do Professor, apesar de alusões esporádicas e superficiais a outras épocas, se forem repassadas aos

---

<sup>13</sup> Getúlio Vargas seguiu o modelo corporativo de Estado, inspirado na "Carta del Lavoro" de Mussolini, permitiu a incorporação política do empresariado industrial e dos trabalhadores urbanos numa estrutura hierárquica, sob a tutela do Estado.

alunos, os farão supor que o mundo do trabalho, com suas disputas sociais e legais, começou realmente no Brasil depois de 1930, notadamente depois de 1934, quando a Constituição instituiu normas de Direito do Trabalho. (BRASIL, 2002a, p. 17-18)

O que se pretende fixar para o aluno é a importância da Carteira de Trabalho em si e, indiretamente, do governo de Getúlio Vargas, desqualificando toda a atuação prévia dos operários (e não só na questão desta Carteira). (BRASIL, 2002b, p. 12-13) Uma frase, na qual é utilizada a palavra “emprego” e não “trabalho”, afirma: “todas as pessoas que querem arranjar um emprego são obrigadas a ter sua Carteira de Trabalho”. (Ibidem, p. 12). Em atividade proposta aos alunos do Programa, em São José dos Pinhais, “emprego” é substituído por “trabalho”: “Qual o nome do documento necessário para iniciar no trabalho?”. Os alunos respondem: “Carteira de Trabalho”.<sup>14</sup> Caso consideremos o termo “emprego” (generalizado a partir dos preceitos legais corporativistas do governo de Vargas) como uma ocupação regulamentada legalmente, afirmar que todos para arranjar um emprego são obrigados a ter Carteira de Trabalho faz sentido. Entretanto, se os termos emprego e trabalho forem tomados como sinônimo, como foi feito na atividade proposta aos alunos de São José dos Pinhais, a questão ganha outra dimensão: para fixar a importância da Carteira de Trabalho, a atividade, em flagrante oposição à realidade nacional, induz a equívoco, pois muitos são os homens e mulheres no Brasil que labutam diariamente sem Carteira de Trabalho, realizando trabalho precário, informal, temporário, parcial ou com subcontratos. (ANTUNES, 2003, p. 62)<sup>15</sup> Pessoas que trabalham sem o amparo de uma legislação que traz, também, “as marcas das lutas e das conquistas dos trabalhadores”, como lembra Munakata (1981, p. 8).

---

<sup>14</sup> Reprodução dos testes dos alunos nas páginas 123-125.

<sup>15</sup> Atualmente em consequência das altas tecnologias temos o remanejamento e a demissão de milhares de trabalhadores, o desaparecimento de algumas profissões, de postos de serviços e o enxugamento estatal (BRINGEL, 2005, p. 57), e conseqüentemente o aumento do subproletariado (pessoas que trabalham em tempo parcial e precário). A taxa de sindicalização está diminuindo, devido à heterogeneidade e fragmentação da classe trabalhadora, direitos e conquistas dos trabalhadores são substituídos e eliminados. (ANTUNES, 2003)

## Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS



- A Carteira de Trabalho é um documento muito importante.
- Todas as pessoas que querem arranjar um emprego são obrigadas a ter sua Carteira de Trabalho.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 12.

O Paraná dos anos 1930 era um estado novo (o desmembramento da então província de São Paulo ocorreu no final de 1853), e sua economia com a crise da indústria da erva-mate, tinha na intensificação da exploração madeireira e no café suas principais fontes de riqueza. A extração da madeira e as indústrias correlatas (papel, papelão, móveis, etc.), se espalharam por muitos municípios e empregavam grande parte dos trabalhadores na indústria. Grande parte da área norte do estado só fora explorada a partir dos anos 1920 e ganharia real importância econômica para o Paraná com a expansão cafeeira do início dos anos 1950 na região chamada de Norte Novo (desde Cornélio Procopio até Londrina), quando a área cultivada chegou a ocupar 350 mil hectares: auge da cafeicultura paranaense, que fez proliferar vários núcleos urbanos e propiciou a instalação na região de um parque industrial dedicado à torrefação, moagem e transformação do produto (café solúvel).<sup>16</sup> No entanto, no início da década de 1960, com o excesso de produto no mercado internacional e seguidas geadas que destruíram lavouras, a cafeicultura entrou em declínio; muitos proprietários rurais da região trocaram o café pela soja, que nos anos seguintes também avançou por outras terras do estado e gerou novas instalações industriais, destinadas a soja e seus derivados: óleo e farelo. (OLIVEIRA, D. de., 2001, p. 30-37)

Assim, substituindo um produto agrícola por outro, e mesmo variando o tipo de plantio de uma região do estado para outra, o Paraná continuou, como nos tempos de sua organização administrativa autônoma, uma região agrícola, com

<sup>16</sup> O cultivo do café teve início em 1860, na divisa com São Paulo, no nordeste do estado (chamado Norte Pioneiro) e sua expansão ganhou impulso real décadas mais tarde.



indústrias diretamente relacionadas com a produção agrícola. A exceção é a região metropolitana de Curitiba, que apesar de marcada pelos empreendimentos agrícolas sofreu significativas mudanças, especialmente a partir dos anos 1950, mesmo tendo sua história socioeconômica relacionada à industrialização gerada pela exploração da erva-mate e da madeira.

O desenvolvimento da região de Curitiba teve início nas primeiras décadas do século XIX, com a instalação dos primeiros engenhos de preparo da erva-mate. No mesmo local da colheita, as folhas da erva, nativa dos campos do Paraná, eram cortadas e amarradas e enviadas para os engenhos que inicialmente eram movidos a energia hidráulica ou animal, nestes as folhas eram torradas e moídas, e o pó obtido era comercializado em sacos de couro (chamados surrões) e em barricas. Os trabalhadores (escravos no início) dos engenhos tinham uma jornada de 11 horas por dia, ficavam com o corpo coberto de pó verde do mate, e estavam expostos ao barulho ensurdecedor dos pilões e das peneiras. (MIO<sup>17</sup>, 1951, apud SANTOS, 2001, p. 52) A colheita do mate era feita em terras do planalto curitibano e o produto transportado para os engenhos no litoral, localizados em Morretes, Paranaguá e Antonina. Exportado desde 1820, para região do Prata, a exploração do produto enriqueceu fabricantes, mas especialmente o pequeno grupo de comerciantes do produto. Paralelamente, a indústria do mate gerou novas demandas, entre elas a mais significativa foi a exploração da madeira local, que além de usada para fabricação das barricas era, também, utilizada para fabricação de móveis e casas. O crescimento da demanda pelo produto fez com que engenhos fossem também construídos em Curitiba, o que alterou a estrutura econômica da região. Em poucos anos, ainda na primeira metade do século XIX, o mate representava 44% das exportações paranaenses. (OLIVEIRA, D. de., 2001, p. 26; PEREIRA, 1996, p. 42; SANTOS, 2001, p. 41- 43)

Ao final dos anos 1850, a concorrência do Rio Grande do Sul e do Paraguai, associada à má qualidade do produto vendido, devido misturas feitas para dar volume à mercadoria, fez o produto perder valor e mercado comprador, situação que não se tornou crítica graças a Guerra do Paraguai (1864-1870) que eliminou a concorrência da nação vizinha, e aos desdobramentos das transformações políticas que fizeram do Paraná uma província autônoma. Em 1854, com a designação de

---

<sup>17</sup> MIO, J. de. **Notícias históricas sobre a erva-mate e os seus engenhos de beneficiamento em Curitiba de 1886 a 1950**. Curitiba, Bol. IHGEP, Papelaria Requião, 1951, v.5.

Curitiba como capital da Província, em função de sua localização privilegiada na ligação sul-sudeste e seus “bons ares”, livres das pestes de então (como a febre amarela), a expansão econômica em torno de Curitiba é notória, com a integração de áreas limítrofes dentre as quais a de São José dos Pinhais. (SANTOS, 2001, p. 47- 56) A conclusão da estrada da Graciosa, ligando a capital ao litoral, em 1873, concorreu ainda mais para essas mudanças, pois vários fabricantes de mate do litoral mudaram para Curitiba, acelerando o desenvolvimento da região. (ROCHA POMBO, 1980, p. 91-92) Além dos industriais e comerciantes do mate, com seus empregados burocráticos e trabalhadores jornalheiros, a cidade recebeu profissionais liberais e funcionários públicos. O comércio varejista expandiu e foi criado “um mercado de pequenos serviços urbanos e de criadagem doméstica.” (PEREIRA, 1996, p. 111-112). Mas as conseqüências de toda essa transformação foram, além do desenvolvimento e aumento da população, os problemas sociais.

Problema para Curitiba, como para outros centros urbanos do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, a concentração de muitas pessoas no espaço da cidade, causa e conseqüência das transformações da localidade, acarretou um crescimento descontrolado do meio urbano, gerando dificuldades ligadas a questões de salubridade, abastecimento de água, esgoto, que tinham conseqüências para a saúde de toda a população, com seus hábitos variados. A combinação desses problemas com uma vida de poucos ganhos, que inviabilizava uma existência digna e saudável na cidade, favorecia a proliferação de doenças. (BERTUCCI, 2006, p. 4).

No Paraná, especialmente em Curitiba, o início do processo de industrialização coincide com a intensificação das políticas imigratórias<sup>18</sup> e com o auge da exploração econômica da erva-mate no século XIX. Os imigrantes ajudaram na criação do mercado local de bens de consumo não-duráveis e na composição do “nascente mercado de trabalho urbano e industrial.” (OLIVEIRA, D. de., 2001, p. 24).

O desejo de transformar Curitiba em uma cidade como as grandes metrópoles européias e brasileiras, fez com que as autoridades iniciassem um projeto de urbanização nas últimas décadas do século XIX. Novas vias foram abertas, houve alargamento de avenidas, imponentes construções arquitetônicas foram feitas; foram criados novos espaços de lazer e cultura, e implementados

---

<sup>18</sup> Desde as primeiras décadas do século XIX imigrantes chegavam ao Paraná, mas essa penetração foi lenta até 1870. (BUENO, 1999, p. 18-19) A política imigratória procurava através dos imigrantes instalados nas imediações da cidade de Curitiba resolver o problema de “abastecimento, incrementando a agricultura de subsistência e a produção de hortigranjeiros.” (BOSCHILIA, 1997, p. 119) A vizinhança com a cidade e as famílias numerosas possibilitou que alguns membros destas trabalhassem na agricultura e outros na indústria. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, 1969)

cuidados com a saúde e a salubridade: para combater os miasmas decorrentes das águas paradas e a contaminação dos alimentos, foram elaboradas normas que deveriam ser seguidas pelos habitantes envolvidos com comércio de produtos rurais e pelos habitantes urbanos. (BUENO, 1999, p. 62-64)

A introdução de novos processos mecânicos na indústria do mate (roda hidráulica melhorada, torrador de forma cilíndrica, máquina para peneirar e abanar mate, engenho para moer e prensa para comprimir o mate nos surrões e nas barricas) e as subsidiárias desta indústria (metalúrgicas, moveleiras, litográficas) deram o toque dominante à sociedade paranaense do final do século XIX e início do século XX. (PEREIRA, 1996, p. 42-56) Com o declínio da indústria da erva-mate, o setor mais dinâmico da economia estaria nas áreas de plantio de café, que atraía grande número de migrantes, especialmente dos vizinhos estados de São Paulo e Minas Gerais (entre 1940 e 1950, a população do Paraná passou de 1.236.276 para 2.115.547 e entre 1950 e 1960, atingiu 4.258.239 habitantes). (OLIVEIRA, D. de., 2001, p. 33)

Na década de 1950, início de 1960, a indústria paranaense está ligada à produção primária e de baixo grau de elaboração, como o beneficiamento do café, ou a indústria de madeira, notadamente moveleira. A pouca diversificação industrial se deveu à carência de modernos sistemas de transporte, deficiência na geração de energia elétrica e à falta de um sistema adequado de financiamento de investimentos industriais — sem uma política de incentivo por parte do governo, a indústria do Paraná cresce menos que a indústria a nível nacional. Em fins dos anos 1960, com a queda na produção cafeeira que sustentava a economia do estado e o ainda pouco desenvolvimento da produção de soja, investimentos estatais foram feitos em infra-estrutura e energia elétrica, na melhoria do sistema portuário, na construção de um sistema rodoviário e melhorias no sistema ferroviário, visando integrar a economia paranaense e, principalmente, atrair novas indústrias para o Paraná. Esta política de atração de indústria, que efetivamente privilegiava poucas áreas metropolitanas, fez com que a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e a Associação Comercial do Paraná (ACP) promovessem na capital, em 1965, o I Seminário de Desenvolvimento Industrial de Curitiba. (IPARDES, déc. 70, p. 11-13, 48)

O evento contou com a participação da administração municipal e estadual e teve como objetivos, “estudar as medidas capazes de promover a industrialização de

Curitiba, incentivar o entrosamento dos órgãos que pudessem influir nessa promoção e divulgar as vantagens que a região pudesse oferecer aos novos investidores.” (OLIVEIRA, 2000, p. 124-125). Em 1971, foi promovida a 1ª Conferência de Desenvolvimento Econômico de Curitiba, iniciativa da Associação Comercial do Paraná em parceria com a Prefeitura Municipal, para reativar as decisões e sugestões que foram estabelecidas no I Seminário de Desenvolvimento Industrial. (OLIVEIRA, D. de., 2001, p. 57-58) A partir de 1972, a Urbanização de Curitiba S/A (URBS), ainda com o objetivo de implantação de infra-estrutura urbana se envolveu com o projeto da Cidade Industrial de Curitiba<sup>19</sup> (CIC) na região do Prado de São Sebastião, área com uma extensão de 43,7 milhões de metros quadrados<sup>20</sup>, que correspondia a dez por cento da extensão territorial de Curitiba. (OLIVEIRA, 2000, p. 104; MENDONÇA, 1998, p. 25-26)



MAPA CIC – Companhia de Desenvolvimento de Curitiba.

<sup>19</sup> “O arquiteto paulista Jorge Wilhelm, um dos responsáveis pelo Plano Diretor de Curitiba, planejou a Cidade Industrial.” (MENDONÇA, 1998, p. 28)

<sup>20</sup> Eram “25 milhões de metros quadrados para a indústria, 6,7 milhões de metros quadrados para habitação, 3,86 milhões de metros quadrados para sistema viário, 5,14 milhões de metros quadrados para áreas de venda, 1,4 milhão de metros quadrados para área de serviços e 1,6 milhão de metros quadrados para área habitacional e serviços”. (MENDONÇA, 1998, p. 27)

A implementação da CIC<sup>21</sup> ocorreu a partir de 1973, no mesmo ano que foi feito um convênio entre a prefeitura e o governo do estado, determinando que a prefeitura ficaria encarregada da elaboração dos projetos de urbanização e o governo do estado seria o responsável pela infra-estrutura de água, esgoto, energia elétrica, telefone e telex, e a “concessão de financiamento para implantação ou expansão das indústrias.” (OLIVEIRA, 2000, p. 129).

Depois da implantação da CIC e dos acordos entre município e estado, as indústrias foram se instalando, alterando o perfil da economia urbana local, transformando e aumentando o número de empregos em toda a região de Curitiba — importante lembrar que este processo foi iniciado no auge no chamado “milagre econômico brasileiro”, que facilitou a vinda de capital estrangeiro para o país de maneira geral. Mas a implantação da CIC gerou dívidas<sup>22</sup> e inúmeros foram os processos judiciais impetrados pelos antigos proprietários dos terrenos onde ela foi instalada, além dos problemas ambientais que chamariam a atenção da sociedade civil, sobretudo nos anos seguintes. (OLIVEIRA, D. de., 2001, p. 61, 63; OLIVEIRA, 2000, p. 183)

As medidas implementadas a partir dos anos 1970, alteraram a configuração econômica do Paraná. Enquanto cidades do interior do Estado permanecem com a economia voltada para a agroindústria<sup>23</sup>, concentraram-se em Curitiba e região principalmente as indústrias metal-mecânica. (IPARDES, déc.70, p. 49, 51) Essas transformações provocaram mudanças sociais nas cidades, especialmente em Curitiba. Como os grandes municípios concentraram os serviços de atendimento à população (como hospitais, por exemplo), parte dos moradores das cidades menores migrou para as maiores. Movimento semelhante ocorreu do campo para as cidades. Nos anos 1980 a população paranaense urbana ultrapassou a rural, mas o crescimento de algumas dessas grandes cidades é anterior. Desde a década de

---

<sup>21</sup> Em 1991, a CIC S.A. passa a ser denominada Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, e ter como tarefa atrair investimentos para toda cidade. (MENDONÇA, 1998, p. 56)

<sup>22</sup> Em setembro de 1991, foi feito um acordo entre a Prefeitura de Curitiba e o Governo do Estado; a Prefeitura assumiu compromisso de pagar 40% e o Estado os outros 60% da dívida, até 2004. (MENDONÇA, 1998, p. 56)

<sup>23</sup> A modernização da agricultura expande o mercado para indústrias produtoras de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas e setores processadores de produtos agropecuários (óleos vegetais, frigoríficos, madeira, rações, entre outros). (IPARDES, déc. 70, p. 51)

1930 o processo de metropolização de Curitiba é evidente, com o aumento da população local e dos núcleos urbanos em torno. (Ibidem, p. 67)<sup>24</sup> Como escreveu Dennison de Oliveira, metropolização pode ser um fenômeno presente tanto quando houver “uma expressiva concentração da população urbana em algumas poucas cidades, quanto [quando existir] o papel proeminente destas no desenvolvimento de uma rede de cidades que com elas mantém relações de interdependência.” (2001, p. 9).

Nos anos 1990, a CIC gerava 50 mil empregos diretos e 150 mil indiretos (MENDONÇA, 1998, p. 24), época em que houve o aumento da participação do capital estrangeiro em Curitiba e na região metropolitana, com a instalação de novas indústrias graças a incentivos fiscais (basicamente isenção de impostos). Paralelamente, indústrias paranaenses instaladas na região há décadas foram compradas por empresários estrangeiros. (OLIVEIRA, D. de, 2001, p. 76) Refletindo este período de transformações do perfil industrial da área, em 1998 foi inaugurada em São José dos Pinhais, cidade da Região Metropolitana de Curitiba, a montadora automobilística da Renault, que segundo o governador na época, Jaime Lerner, “possibilitaria ao Paraná deixar a posição de Estado periférico para se tornar um pólo econômico de peso no país.” (Ibidem, p. 73). Apesar deste ufanismo, compartilhado por muitas pessoas, críticas não faltaram, especialmente pelo uso do dinheiro público para incentivar a instalação de uma indústria que geraria poucos empregos aos moradores locais, devido à grande automação e imprescindível especialização exigida para realização da maioria das funções da indústria. (Ibidem, p. 74)

Foi durante este processo de mudanças, que avançou pelo início dos anos 2000, que o Programa Futuro Trabalhador foi implantado em São José dos Pinhais, em 2003.

---

<sup>24</sup> Com relação à distribuição da industrialização no Paraná: a região de Curitiba (a mais importante) concentrou os setores industriais ligados aos bens de consumo duráveis de capital; Ponta Grossa a maior parte do complexo agroindustrial e Londrina, produção de bens de consumo não-duráveis. (OLIVEIRA, D. de., 2001, p. 55)

## **1.2 Pequenos trabalhadores brasileiros, em especial os de Curitiba e Região Metropolitana**

Os termos criança, infância, adolescente e menor, têm uso e significado que variam de acordo com as concepções sociais de cada época. A criança tem “múltiplas imagens e representações constituídas em diferentes tempos.” (VEIGA; FARIA FILHO, 1999, p. 22). Na Europa, durante o período medieval, a infância terminava entre 6 e 7 anos, sendo o indivíduo considerado adulto após essa fase. A concepção de infância surgiu gradativamente durante os séculos XVII e XVIII — a percepção da adolescência é mais recente ainda, data dos séculos XIX e XX. (ROSEN, 1979, p. 58) No Brasil, criança, adolescente e menino são termos que já aparecem em dicionários da década de 1830. No século XIX, a infância era a primeira fase da vida, compreendendo o período do nascimento até os 3 anos, dos 3 ou 4 anos até 10 ou 12 anos era a puerícia. Estes períodos estavam relacionados a atributos físicos, tais como: fala, dentição, altura e caracteres secundários femininos e masculinos. O termo adolescente já existia, mas seu uso tornou-se comum no século XIX. A adolescência, também conhecida como mocidade ou juventude, era considerada o período entre 14 e 25 anos. (MAUAD, 2002, p. 140-141)

Os estágios do ciclo vital não dependem só da maturidade fisiológica, mas da “forma pela qual a sociedade reconhece, define e estrutura tais estágios em termos de atitudes e papéis sociais”; como as concepções se reproduzem em instituições sociais, têm impacto sobre elas (ROSEN, 1979, p. 58). No Brasil, a palavra menor, utilizada desde o final do século XIX, para referir-se a pessoa que não tinha idade suficiente para assumir responsabilidades de seus atos. O termo menor incorpora conceito jurídico, que informa que o indivíduo ainda não possui plenos direitos civis, nem direitos administrativos e políticos, e não pode ser responsabilizado penalmente, mas esta classificação tem outros significados em diferentes épocas. Usado para designar os trabalhadores de pouca idade o termo passou a referenciar a partir da República, a situação de abandono ou marginalidade de crianças e adolescentes. (COLOMBO, 2002, p.11-12, 14) Enquanto na literatura médica (psicologia e biologia) difundia-se o termo infância como uma das etapas da vida e o termo criança determinava um limite de idade que expressava habilidades sociais, cognitivas e corporais. (VEIGA; FARIA FILHO, 1999,

p. 49) As crianças e jovens de origem pobre eram chamados pejorativamente de menores até o fim dos anos 1970.

Décadas depois, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em vigor no Brasil desde 1990, “considera-se criança, para efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” (BRASIL, ECA, 2000, p. 1). O ECA define criança e adolescente de forma cronológica, pois para a psicologia e para a medicina os estágios de desenvolvimento têm em vista a configuração da personalidade, interação social, o desenvolvimento da libido e definições fisiológicas entre outros. (COLOMBO, 2002, p. 10) “A Lei reflete a conceituação sobre a questão da infância e da adolescência, num momento dado, daqueles que estão no poder, baseado em um saber, no estudo e na observação sobre a criança e o adolescente.” (Ibidem, p.13).

Independente do termo utilizado para designar os ‘pequenos’, sabemos que eles eram e ainda hoje são utilizados como mão-de-obra. O trabalho precoce durante muito tempo foi considerado regenerador, principalmente no caso dos mais pobres e dos infratores: “Trabalhar cedo como adultos, se comportar cedo como adultos.” (VEIGA; FARIA FILHO, 1999, p. 16). No século XIX, a presença de crianças vagando pelas ruas das cidades brasileiras despertou a atenção de médicos-higienistas, juristas e educadores que apresentavam estratégias para civilizar a infância: instituições públicas regeneradoras promoveriam a civilidade que a cidade requeria. (Ibidem, p. 22, 33) Essas instituições assistencialistas tinham uma educação voltada não só para o trabalho, mas também para a moral das crianças e a higiene de seus corpos. (MARCÍLIO, 1998; KULMANN JUNIOR, 2004)

Os modelos de robustez física, os investimentos relacionados à modelagem da personalidade e do caráter das crianças são predominantes no início do século XX, tanto quanto as preocupações em relação às crianças pobres, doentes, delinquentes, viciadas. (VEIGA; FARIA FILHO, 1999, p. 32).

“O tripé higiene corporal, higiene mental e trabalho se constituirá na principal estratégia formadora/educadora de meninos”. Os institutos de regeneração das crianças pobres centralizavam a educação na formação para o trabalho e na “incorporação de atitudes positivas frente ao ato de trabalhar.” (VEIGA; FARIA FILHO, 1999, p. 40-41). Essa forma de educação da criança pobre ou delinquente perdurará até a segunda metade do século XX, quando acontecem transformações



no mundo do trabalho e, desenvolver o hábito de trabalhar não é suficiente para formação do cidadão trabalhador<sup>25</sup> e mais, o trabalho antes sinônimo de regeneração social passa a ser muitas vezes sinal de reprodução de miséria e derrocada social – como no caso dos pequenos catadores de lixo. (MARQUES, 2003, p. 67, 73-74)

Desde o final do século XIX, médicos, legisladores e outros defensores da regeneração da criança pelo trabalho, debatiam e muitas vezes se opunham ao tipo de trabalho que crianças estavam sujeitas na sociedade fabril. Mas os pequenos trabalhadores estão presentes na produção industrial brasileira, como em outras partes do mundo. Em São Paulo, no início do século XX, a imprensa operária preocupada com a gravidade do emprego de crianças e adolescentes nas indústrias, publicava notícias e artigos sobre as condições desumanas de trabalho que envolvia menores. (BERTUCCI, 1997, p. 132-134)

Apesar dos esforços para a conservação da infância, pelo menos mediante a regulamentação do trabalho infantil, o trabalhador menor continuou a fazer parte do dia-a-dia das indústrias instaladas nas primeiras décadas do século XX. Na visão dos empregadores a utilização da mão-de-obra infantil como forma de moralização através do trabalho era justificativa para exploração tantas vezes denunciada. Mas não só empregadores, os pais, muitos deles operários, também precocemente introduziam seus filhos no mundo do trabalho, por necessidade financeira (BERTUCCI, 1997, p. 135-141) ou porque, pouco atento aos excessos, viam o trabalho dos filhos pequenos como “atividade redentora e enobrecedora, formadora do bom caráter do cidadão.” (RAGO, 1985, p. 135-136). Humilhações, maus tratos, espancamentos, insultos, castigos corporais; trabalho exaustivo em ambientes insalubres e acidentes. Poucas eram as virtudes que o mundo do trabalho oferecia para os pequenos. As dependências das fábricas muitas vezes eram transformadas pelas crianças e adolescentes em um espaço para brincadeiras, adaptando o que tinham ao redor para brincar. Essas brincadeiras que subvertiam a ordem fabril demonstravam a resistência desses pequenos trabalhadores ao mundo do trabalho que lhes era imposto. (MOURA, 2002, p. 269-270)

---

<sup>25</sup> O indivíduo precisa além do ‘hábito do trabalho’ e educação escolar básica, aperfeiçoar-se e atualizar-se constantemente, inclusive em habilidades paralelas e complementares de sua atividade principal, para entrar e se manter no mercado de trabalho.

A presença das crianças no mercado de trabalho representou aumento de lucro para o empresariado, visto que os salários pagos para os menores eram bem inferiores que dos adultos. (MARQUES, 2003, p. 59) Segundo tese difundida entre empresários do início do século XX, as crianças produziam menos que os adultos, pois seriam mão-de-obra tecnicamente desqualificada: empregadas como aprendizes, recebiam menos, mas muitas vezes trabalhavam tanto quanto os homens e mulheres da fábrica. (MOURA, 1988, p. 17) Essas crianças trabalhavam geralmente em instalações improvisadas<sup>26</sup>, em espaços insuficientes e sem equipamentos de proteção. Em processo de desenvolvimento físico, inexperientes profissionalmente, eram mais suscetíveis aos acidentes do trabalho. A saúde precária em razão da alimentação inadequada deixava o organismo debilitado o que propiciava doenças profissionais ou outras, que se propagavam no interior das fábricas e oficinas. Ponto crucial da questão social paulista, desde o final do século XIX, o trabalho do menor e o acidente do trabalho constituem pauta constante de debate de diferentes grupos sociais e, de forma repetitiva, são denunciados pelos jornais operários, que noticiavam acidentes do trabalho que envolviam menores. (MOURA, 1991, p. 113-121; MOURA, 2002, p. 270; BERTUCCI, 1997, p. 134) E esses acidentes não eram noticiados apenas pela imprensa operária, como podemos observar na notícia do jornal **O Estado de S. Paulo**<sup>27</sup>, de 15 de maio de 1913: “na manhã de ontem, pouco depois das 7 horas deu-se um horrível desastre na fábrica de tecidos Pinotti & Gambá, no Cambuci, onde uma desventurada menina, ali empregada, teve um braço despedaçado por uma máquina.” (apud, MOURA, 1991, p. 115).

No Paraná, as crianças também estão presentes no mundo do trabalho desde o século XIX. “Em relatórios de governo, as autoridades provinciais reclamavam que os filhos de imigrantes não iam à escola por encontrarem-se às voltas com o cultivo da erva-mate, tratando de incrementar a economia doméstica.” (MARQUES, 2003, p. 60).

---

<sup>26</sup> “Francisco Matarazzo havia se esmerado em termos dessa mão-de-obra na Fábrica Mariângela a ponto de adquirir, para as crianças que empregava, máquinas de tamanho reduzido, o que não minimizava o fato de que os pequenos operários e operárias permaneciam submetidos a condições de trabalho inadequadas à idade e continuavam a ser vítimas de acidentes”. (MOURA, 2002, p. 264)

<sup>27</sup> **O Estado de S. Paulo**, de 15 de maio de 1913, p. 6.

Objeto da caridade e da filantropia desde o século XVIII, a preocupação com o menor e o trabalho infantil no Brasil também não é recente, mas foi nos últimos cem anos, que houve uma preocupação maior em institucionalizar a proteção da infância e da adolescência, mesmo que de eficácia duvidosa. (MARCÍLIO, 1998) Ainda em 1891, o governo federal através de um “Decreto-Lei<sup>28</sup> regularizava idade mínima e jornada máxima para o trabalho em fábricas que em 1917; passam a ser 14 anos e 6 horas diárias.” (DIEESE, 2001, p. 171). Resultado da luta de trabalhadores, de relatos de médicos e juristas/parlamentares a lei, entretanto, pouco foi cumprida e denúncias de exploração continuaram a ser feitas, especialmente pelos jornais operários de várias cidades brasileiras. Para livrar “os pequenos da atmosfera assassina da fábrica”, militantes operários criaram também em 1917, o Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores Operários. (BERTUCCI, 1997, p. 137-138)

A partir da década de 1920, marcada internacionalmente pela elaboração em Genebra (Suíça) da Declaração dos Direitos da Criança, de 1924, a infância brasileira torna-se objeto de constante discussão que resultaria em novas leis para regulamentar o trabalho dos pequenos e para punir os infratores (neste período a palavra ‘menor’ passa a ser utilizada como classificatória da criança pobre) e na ampliação de ações assistencialistas do Estado. Fundamentada na ciência médica e jurídica, a filantropia tem como objetivo central organizar a assistência “dentro das novas exigências sociais, políticas, econômicas e morais que nascem com o início do século XX no Brasil.” (MARCÍLIO, 2003, p. 78).

A contínua preocupação com a infância, fez com que em 1934, o presidente Getúlio Vargas autorizasse a criação da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, vinculada ao Ministério da Educação e Saúde Pública, com objetivo de promover a saúde e o desenvolvimento da criança desde antes do nascimento até a adolescência, para compor uma nação de “homens racialmente fortes e úteis ao ‘progresso do país’.” (REIS, 2000, p. 153). Paralelamente, houve a proibição do trabalho de “menores de 14 anos sem permissão judicial, trabalho noturno aos menores de 16 anos e, nas indústrias insalubres, aos menores de 18 anos.”

---

<sup>28</sup> O Decreto nº1313 proibia na indústria fluminense, o trabalho de menores de doze anos e autorizava a contratação de menores a partir de 8 anos como aprendiz, nas fábricas de tecidos. O limite da jornada de trabalho era de sete horas diárias para o trabalhador menor de quatorze anos. (TAVARES, 2001)

(BRASIL, 1995, p. 2). Em 1946, foi proibida a discriminação do salário por idade, que foi retirada da Constituição de 1967, que também rebaixou para 12 anos a idade legal para o trabalho. (Ibidem, p. 3) Indicativos da preocupação e das tentativas de coibir o trabalho infantil, mas também retrato contundente de sua permanência através dos anos.

Uma nova política de atendimento ao 'menor' passa a ser adotada em 1964 com a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBM), com metodologia científica fundamentada no conhecimento 'biopsicossocial', consideraria as condições materiais dos carentes, abandonados e infratores; a personalidade, o desempenho escolar e suas deficiências. O objetivo era reverter a cultura da violência e através da educação em reclusão, formar o indivíduo para a vida em sociedade. As unidades da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (FEBEM), criadas por esta política, deveriam ser espaços de ressocialização, mas elas eram vistas como lugares lúgubres de torturas e espancamentos, além disso, familiares, funcionários e a vizinhança ficavam em pânico, com as tentativas de fugas e rebeliões. Com a Constituição de 1988, as unidades da FEBEM seriam substituídas por programas descentralizados em casas alugadas, para abrigar e dar assistência a crianças que antes viviam nas ruas. (PASSETTI, 2002, p. 357-359, 364-365)

A partir da década de 1970, foram intensificados esses programas destinados a meninos e meninas de rua, voltados para a profissionalização e ressocialização de crianças e jovens, através do isolamento do convívio social em instituições de reclusão, reeditando prática utilizada no Brasil desde o início da República. Em muitas instituições as atividades laborais e profissionalizantes eram utilizadas também como medida de punição. (LIMA; MINAYO-GOMEZ, 2003, p. 935)

Um novo Código de Menores<sup>29</sup> entra em vigor em 1979, tratando crianças e adolescentes de forma generalizada, sem distinção entre o menor abandonado e o delinqüente, relacionando diretamente a criminalidade à pobreza (DIEESE, 2001, p. 171), repetindo de forma mais elaborada, legalmente transcrita, uma tese presente em discussões do início dos Novecentos, quando os pobres e os sem ocupação fixa representavam perigo iminente para a sociedade do trabalho industrial que se implementava. (Cf.: KARVAT, 1998) Nos anos 1980, em meio às mudanças políticas da sociedade brasileira, as experiências de orientação para o trabalho com crianças

---

<sup>29</sup> O primeiro de Código de Menores entrou em vigor em 1927.

e jovens, passaram a ser criticadas (LIMA; MINAYO-GOMEZ, 2003, p. 936) e o debate sobre os direitos da criança ganha novo impulso, o que se refletiu na Constituição brasileira de 1988, que no artigo 227 do capítulo VII que trata da família, da criança, do adolescente e do idoso determina que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2004a, p. 131).

Procura-se institucionalizar através da Constituição de 1988 o combate às várias formas de violência contra a criança e o adolescente, que passam a ser tratados como sujeitos que têm direitos. Neste contexto é aprovado em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que para muitos é o mais completo código de direitos da infância e adolescência organizado no Brasil, sendo considerado um dos mais abrangentes do mundo, por adotar como princípio a Doutrina de Proteção Integral que agrega direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. (DIEESE, 2001, p. 172) O ECA é, entretanto, criticado principalmente quando acontecem crimes considerados hediondos cometidos por adolescentes<sup>30</sup>, a punição prevista é considerada branda, pois independente do crime ou delito cometido, a *internação* da criança ou adolescente é de no máximo 3 anos. Segundo o ECA, Seção VII, da Internação:

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalmente e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. [...]  
 § 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a 3 (três) anos. [...]  
 Art. 122 A medida de internação só poderá ser aplicada quando:  
 I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;  
 II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves;  
 III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. (BRASIL. ECA, 2000, p. 24).

---

<sup>30</sup> Segundo o ECA, adolescente é a pessoa com idade entre 12 e 18 anos. (BRASIL, ECA, 2000, p. 1)

A partir da mobilização da sociedade civil,<sup>31</sup> e com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), é criado em 1994, o Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil<sup>32</sup>, com o objetivo de diagnosticar e atuar nos casos mais urgentes de exploração do trabalho de crianças e jovens. O Fórum começou sua atuação no meio rural e logo alcançou as cidades, notadamente, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). (CARNEIRO, 2002, p. 41) Lançado pelo governo federal em 1995, quando 3.289.262 crianças entre 10 e 14 anos trabalhavam no Brasil (MARQUES, 2003, p. 70), o PETI chegou ao Paraná em 1997,

[tendo como] objetivo retirar as crianças e adolescentes, de 7 a 14 anos, do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, ou seja, aquele trabalho que coloca em risco a saúde e segurança das crianças e adolescentes. A família que for inserida no PETI recebe uma bolsa mensal por cada filho, com idade entre 7 e 14 anos, que for retirado do trabalho. Para isto, as crianças e adolescentes devem estar freqüentando a escola e a jornada ampliada, ou seja, em um período as crianças e adolescentes devem ir para a escola e no outro período devem ir para jornada ampliada, onde elas terão um reforço escolar além de desenvolverem atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer. (PROGRAMA PETI, 2007, páginas sem numeração).

Em Curitiba, o PETI é executado através da Fundação de Ação Social (FAS), que entre outras atividades de acompanhamento e atendimento às famílias pobres que tenham crianças de 0 a 16 anos incompletos trabalhando, faz a triagem e cadastramento destas famílias, promovendo programas de geração de trabalho e renda familiar.<sup>33</sup> (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, [200-])

Antes mesmo do PETI chegar ao Paraná, em 1995 foi elaborado e implantado o Programa da Rua para a Escola<sup>34</sup>. Idealizado pela Secretaria Estadual

<sup>31</sup> No Brasil, nesse período, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) ganham espaço na luta contra a exploração do trabalho infantil, com projetos e programas dirigidos às crianças e jovens, muitas vezes articulando-os com ações estatais. Há ênfase na tese da trilogia educação, trabalho (como aprendiz) e cidadania, em contraposição ao trabalho na infância, e o incentivo a uma política de proteção e profissionalização. (LIMA; MINAYO-GOMEZ, 2003, p. 936-940)

<sup>32</sup> Concorde com o DIEESE (2001, p. 170), o uso do termo *trabalho infantil* denota aquilo que é próprio ou adequado à infância, não existe trabalho que possa ser chamado de infantil.

<sup>33</sup> O desligamento ocorre quando: não forem cumpridos os critérios estabelecidos; os filhos atingirem a idade limite; a família atingir um nível de renda que permita a sua auto-suficiência; atingir o limite máximo de 04 anos no Programa; mudar de município; mudar de endereço e não comunicar ao Núcleo Regional da FAS. Em dezembro de 2005 o PETI beneficiou 48.534 crianças e adolescentes no Paraná. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, [200-], p. 15 e 18)

<sup>34</sup> O Programa foi premiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, em 1996.

da Criança e Assuntos da Família, teve abrangência estadual, atendendo crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos, de ambos os sexos, que desenvolviam atividades geradoras de renda na rua e tinham vínculo familiar. O Programa possibilitava acompanhamento escolar e familiar, bem como atividades recreativas e culturais no contraturno escolar. Os pais eram encaminhados para programas de alfabetização e qualificação profissional, no entanto, a maioria dos cursos de qualificação exigia um grau de escolarização que muitos não tinham e os cursos de alfabetização eram ofertados em locais e horários que tornavam a participação difícil. Implantado em Curitiba em maio de 1997, o Programa utilizava uma pesquisa realizada pela Secretaria Municipal da Criança no ano anterior para localizar nas ruas da cidade aqueles que deveriam ser assistidos: 707 crianças e adolescentes trabalhavam, deste total, 434 eram oriundos da Região Metropolitana. As famílias cujos filhos trabalhadores estavam fora da escola foram convidadas a participar do Programa<sup>35</sup>. Apesar das conquistas, o Programa se mostrou limitado e paliativo, pois a maioria das pessoas atendidas não conseguiu autonomia, permanecendo dependentes da assistência oferecida. (CARNEIRO, 2002, p. 113-116, 122-123, 125-126)

Apesar dos vários empreendimentos locais<sup>36</sup>, estaduais e federais, entre 1994 e 1995 era 26% (aproximadamente, 89 mil) o total de crianças e jovens de 10 a 17 anos trabalhando na Região Metropolitana de Curitiba, total que pouco se alterou até o final da década de 1990, quando 20% dos paranaenses entre 10 e 13 anos trabalhavam. No mesmo período, no campo, cerca de 37% das crianças acima de 10 anos labutavam diariamente<sup>37</sup>, e o Paraná só perdia para o Piauí o título de maior empregador nacional de mão-de-obra infantil. (MARQUES, 2003, p. 69)

---

<sup>35</sup> Não foi possível localizar informações sobre o número de famílias atendidas.

<sup>36</sup> Para conhecer outros programas de erradicação do 'trabalho infantil', da Prefeitura de Curitiba veja: CARNEIRO, 2002. Especificamente para adolescente (educação e primeiro emprego), veja o Projeto Piá no Ofício, criado pela Prefeitura Municipal em 1993.

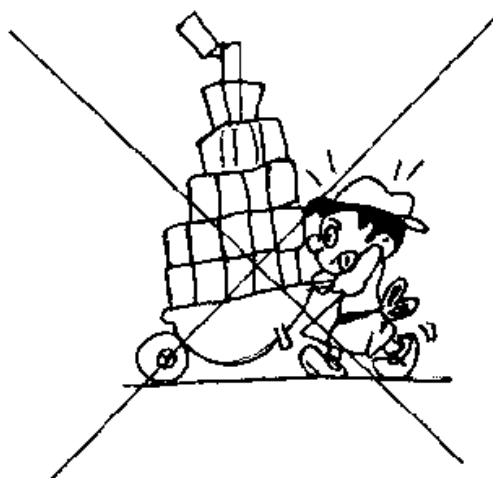
<sup>37</sup> No campo as crianças trabalhadoras são vítimas de intoxicação por agrotóxicos, perfurações graves, mutilações, picadas de animais peçonhentos, lesões na coluna vertebral, entre muitos outros. (MARQUES, 2003, p. 68-69) Com o propósito de diminuir o número de acidentes, o Serviço Nacional Rural (SENAR), juntamente com a Federação dos Agricultores do Estado do Paraná (FAEP), desenvolveu atividades de capacitação, na área rural do estado, utilizando materiais didático-pedagógicos para orientar crianças e adolescentes sobre o uso de agrotóxicos. (BRASIL, 1995, p. 16) O que, contraditoriamente, atesta mais que a preocupação com a saúde, a convivência com a permanência do trabalho na infância em pleno final de século XX.

Para tentar a articulação de vários setores da sociedade e do governo e enfrentar a questão do trabalho infantil, foi criado no Paraná em 1997 o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho do Adolescente (FETI-PR), que elaborou o Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil do Estado, juntamente com a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, possibilitando a realização de ações organizadas e com o apoio financeiro do Estado. (FETI-PR, [200-], p. 15; CARNEIRO, 2002, p. 103) Entretanto, os resultados são pequenos e as transformações morosas, como indica o dado percentual relativo ao final dos anos 1990.

Foi neste contexto nacional e paranaense, que o Programa Futuro Trabalhador foi lançado em 1997 pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com prefeituras municipais. A idéia geral do Programa é ensinar noções de direito trabalhista, saúde e segurança no trabalho e saúde e higiene pessoal a crianças e jovens na sala de aula. O Caderno do Professor, na parte III (BRASIL, 2002a, p. 45-49) apresenta um texto sobre legislação da criança e do adolescente, no qual consta: idade mínima para começar a trabalhar, trabalhos proibidos aos adolescentes, direitos trabalhistas dos adolescentes, combate ao trabalho infantil, riscos do trabalho precoce, mitos do trabalho infantil e trabalho como aprendiz. No Caderno do Aluno a questão do trabalho na infância é abordada numa linguagem simples, que de forma resumida diz que o trabalho da criança é proibido e lugar de criança é na escola. Como mostra a ilustração a seguir: trabalho infantil é apresentado como sinônimo de esforço descomunal que deve ser terminantemente barrado. O X do desenho é emblemático, e mais que muitas palavras destaca a interdição do trabalho na infância.



## Trabalho da criança e do adolescente



O trabalho da criança (trabalho infantil) é proibido.

### *"Lugar de Criança é na Escola"*

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: "futuro trabalhador consciente": caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 29.

Até 1998, a idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho era de 14 anos, mas ela foi alterada para 16 anos através da Emenda Constitucional nº20. Crianças com 14 anos podem, apenas, ingressar em programas de aprendizes, conforme nova redação do inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal que determina a "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos"<sup>38</sup> (BRASIL, 2004a, p. 17). Mas, como mostram os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o trabalho infantil ainda é uma realidade nacional.<sup>39</sup> Em 2004, 1.965.645 crianças e jovens de 5 a 14 anos trabalhavam no Brasil. Segundo o DIEESE, "o crescimento do setor de serviços, dos empregos de meio expediente e de relações de trabalho precarizadas, ou de mão-de-obra flexível, como muitos preferem chamar, facilita a

<sup>38</sup> Antes da Emenda nº20 o inciso XXXIII determinava a proibição de qualquer trabalho aos menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz, e de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos. (OLIVEIRA, A. de., 2001)

<sup>39</sup> Programas do governo federal, como Bolsa Escola (2001), Bolsa Alimentação (2001), Auxílio Gás (2002), Cartão Alimentação (2003), unificados pelo Bolsa Família (2003), são tentativas de colaborar para o fim do trabalho infantil e a manutenção das crianças na escola.

entrada de crianças no mercado de trabalho.” (FETI-PR – [200-], p. 9). Muitas vezes o trabalho na infância parece *invisível*. A mídia mostra crianças trabalhando no corte da cana-de-açúcar, carvoarias ou quebrando pedras, e as pessoas ficam indignadas, mas e uma criança de 9 anos atendendo no balcão de um estabelecimento comercial, fazendo malabarismos ou vendendo doces nos sinaleiros, seria considerado ‘trabalho infantil’ pela maioria das pessoas?<sup>40</sup> O ‘trabalho infantil’, especialmente o tipicamente urbano, passa muitas vezes despercebido. A proibição do trabalho na infância e programas de erradicação deste têm sido insuficientes para resolver esta situação, a exploração continua nas “áreas urbana e rural, em particular na exploração sexual, na cultura do fumo, no lixo, no tráfico de drogas e nas ruas.” (Idem).

Conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 a 2005, observa-se uma leve redução da ocorrência de trabalho precoce na faixa de 10 a 17 anos: de 333.758, em 2001, para 309.445, em 2005. No entanto, a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) destaca-se por um surpreendente acréscimo no final do quinquênio, muito superior às demais Regiões Metropolitanas brasileiras, possivelmente pela sua condição de destino de expressivos fluxos migratórios intra e interestaduais. (ESTATÍSTICA - TRABALHO INFANTIL, 2008, páginas sem numeração).

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em parceria com organizações governamentais e não governamentais, através dos chamados Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente (GECTIPA)<sup>41</sup> presentes nas Delegacias Regionais do Trabalho, fiscaliza toda e qualquer forma de ‘trabalho infantil’. No entanto, esta tarefa não é fácil:

As relações informais são muito difíceis de ser fiscalizadas e punidas pelo modelo de fiscalização adotado, tanto nas cidades como nas áreas rurais, onde a dificuldade aumenta pela ação dos agenciadores de mão-de-obra infantil que atuam, por exemplo, no corte da cana de açúcar [sic]. Nas cidades, a fiscalização tem dificuldades para atuar em atividades como tráfico de drogas, prostituição infantil a até mesmo trabalho em lixões. (CARNEIRO, 2002, p. 74).

<sup>40</sup> O ‘trabalho infantil’ é uma questão polêmica, muitas pessoas consideram que é importante para a formação do caráter que a criança trabalhe (ajudando sua família), desde que a ocupação não exponha a criança a risco físico ou moral e que ela tenha tempo para brincar e estudar. Outros condenam a realização de qualquer tipo de trabalho pelas crianças.

<sup>41</sup> Na década de 1990, o MTE criou comissões de combate ao trabalho infantil nas Delegacias do Trabalho (DRTs), em todo País, que posteriormente evoluíram para núcleos e depois para grupos. (BRASIL, 2004b, p. 28)

A naturalização histórica do trabalho na infância como medida de prevenção para a sobrevivência dos pobres, e a visão do trabalho dos pequenos como virtude, permanece, ocultando que muitos enriquecem as custas do trabalho ágil e dócil de crianças e adolescentes. Além disso, muitos pequenos enfrentam uma jornada excessiva de trabalho, não lhes são fornecidos equipamentos de proteção, exercem atividades insalubres e que exigem esforço físico além de sua capacidade, têm alimentação e transporte inadequados, e recebem pouca ou nenhuma remuneração. As condições desfavoráveis em que muitas crianças e jovens trabalham não os deixam livres do risco de aprender a roubar ou de fazer parte das estatísticas relacionadas à violência. (FETI-PR, [200-], p. 11, 21)

Mas, por que os empresários ainda empregam menores de idade?

Entrevistas com 122 empresários revelaram que os motivos que os levavam a contratar menores estão relacionados diretamente à sua condição de explorado: o fato de se submeterem a baixos salários e regime disciplinar interno rigoroso, de não usufruírem de proteção e/ou benefícios, de não possuírem capacidade organizacional e reivindicatória, o que os tornam empregados com muitas obrigações e poucos direitos, e por não contar com a defesa das instituições de classe, como os sindicatos. (SPINDEL<sup>42</sup>, 1985, apud RIZZINI, 2002, p. 388-389).

Existem esforços para comprometer empresários com ações de combate ao trabalho dos 'pequenos', um exemplo é o programa Empresa Amiga da Criança<sup>43</sup>, criado pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança. As empresas que fazem parte do Programa comprometem-se a não empregarem crianças, respeitando a idade mínima legal, além disso, algumas dessas empresas mantêm programas de profissionalização e educação para jovens carentes. (RIZZINI, 2002, p. 395)

Assim, nesse início do século XXI, ainda são poucas as ações que conseguem reverter a situação de exploração a que crianças e adolescentes são submetidos pelo trabalho. Os riscos à saúde e o pleno desenvolvimento físico e

<sup>42</sup> SPINDEL, C. R. **O menor trabalhador**: um assalariado registrado. São Paulo: Nobel, 1985.

<sup>43</sup> As embalagens dos produtos fabricados por estas empresas têm um selo que as identifica como empresa amiga da criança.



intelectual são a triste realidade da maioria daqueles que trabalham desde tenra idade. Trabalho realizado muitas vezes com incentivo da família que, ou necessita do ganho infanto-juvenil para sua manutenção, ou vê o trabalho da criança e do adolescente como meio disciplinador que ocupa, distrai e afasta dos perigos das ruas.

## **2 SAÚDE DO TRABALHADOR. LEGISLAÇÃO E ACIDENTES DO TRABALHO: O CASO BRASILEIRO**

### **2.1 A preocupação com a saúde do trabalhador**

Existem muitas definições de saúde, pois a definição depende do “contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas.” (CNS, 8., 1987, p. 4). De acordo com a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS): “em sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde.” (Idem).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença”. Para o professor francês René Dubos<sup>44</sup> (apud PEREIRA JÚNIOR, 1996, p. 19), “saúde é o perfeito equilíbrio entre o indivíduo e o seu meio ambiente”. Vamos levar em consideração as definições citadas.

O bem-estar ou equilíbrio do indivíduo é muito importante para sua vida particular e para sua capacidade para realizar trabalho. Segundo Kenneth Cooper (1982), para conseguir o bem-estar, devemos praticar atividade física regular, ter hábitos alimentares adequados e equilíbrio emocional. Quando a pessoa goza de bem-estar, podemos dizer que ela tem boa qualidade de vida. As condições de trabalho, que incluem: o posto de trabalho, o ambiente, os meios, a tarefa, a jornada, a organização, alimentação, transporte, relações entre as pessoas e relação entre produção e salário (SELL, 1998a, p. 153-154), influenciam na realização do trabalho de forma positiva ou negativa e conseqüentemente na qualidade de vida e na saúde. Portanto a qualidade de vida do indivíduo depende também da qualidade de vida no trabalho, neste sentido o trabalho deve ser realizado de forma que não prejudique o bem-estar. As más condições de trabalho podem provocar, “dor, doença, tristeza, lesão, invalidez, morte, comprometimento das capacidades e habilidades das

---

<sup>44</sup> DUBOS, R. **O homem e seu ambiente**. Conferência da O.N.U., 1975.

peessoas” (SELL, 1998b, p. 171-172), podemos constatar que no Brasil as condições de trabalho, de uma forma geral, não são adequadas.

Para um país em franco desenvolvimento, aceleradamente perseguindo a competitividade nos mercados internacionais e a modernização de sua sociedade – ao menos no discurso –, a melhoria das condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida no trabalho é um requisito obrigatório. A melhoria das condições de trabalho é também uma questão de sobrevivência das empresas, pois pessoas trabalhando em condições adversas trabalham mal, produzem pouco [...]. (SELL, 1998a, p. 167-168).

No Brasil, um dos marcos fundamentais das mudanças nas questões referentes à saúde foi a realização da 8ª CNS. Realizada em 1986, em Brasília, esta Conferência contou com a participação de sindicatos e associações, partidos políticos e entidades de representação de moradores. Esta conferência foi singular em relação às anteriores, pela participação de representantes da sociedade civil nas discussões e pela realização das Pré-Conferências Estaduais, além disso, o relatório final serviu de base para a elaboração do capítulo sobre saúde da nossa Constituição Federal de 1988. A participação de várias instituições foi importante no sentido de recuperar as experiências positivas acumuladas por elas, na busca de um sistema de saúde adequado aos brasileiros. As questões saúde e trabalho estiveram entre as discussões, e uma das propostas do relatório final da Conferência, referente ao tema ‘Financiamento do Setor’, foi de tributar as empresas proporcionalmente ao número de acidentes de trabalho, como mecanismo coercitivo de estímulo a sua prevenção. (CNS, 8., 1987)

No mesmo ano da 8ª CNS, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores (CNST), da qual participaram vários setores governamentais e da sociedade civil, assegurando assim legitimidade democrática ao encontro. Foram realizadas Pré-Conferências Municipais e Estaduais para delinear as prioridades de cada região, sendo que as questões mais significativas foram incorporadas nos seguintes temas:

1. “Diagnóstico da situação de saúde e segurança dos trabalhadores;
2. Novas alternativas de atenção à saúde dos trabalhadores;
3. Política nacional de saúde e segurança dos trabalhadores.” (CNST, 1., 1986, p. 2)

O objetivo da Conferência era, a partir dos temas citados, formular uma política de saúde que atendesse toda a população trabalhadora brasileira, para tal,

foi feita uma análise da situação da classe trabalhadora e a partir daí apresentadas soluções para transformar esta realidade. Embora nem todas as propostas tenham sido aplicadas, vale ressaltar a importância da Conferência para classe trabalhadora, pela preocupação com a formulação de uma política nacional de saúde dos trabalhadores.

No Paraná, com a realização da 1ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador, preparatória para a 1ª Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores, começa o debate entre diversas entidades e instituições sobre a questão da Saúde do Trabalhador no Paraná. Em 1989, passam a ser discutidas as ações de Saúde do Trabalhador no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA). No período de 1990 a 1992 foi elaborado no Paraná, o Programa de Saúde do Trabalhador que serviu para dar subsídio às equipes das Regionais de Saúde e municípios na execução de ações de Saúde do Trabalhador. Dentre as ações realizadas pela SESA entre a década de 1990 e início dos anos 2000, podemos citar em 1996, a criação em parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba, do Centro Metropolitano de Apoio à Saúde do Trabalhador (CEMAST), com abrangência Macro-Regional, sendo referência para 45 municípios. E em dezembro de 2004, é criado no Hospital do Trabalhador o Ambulatório de Saúde do Trabalhador, que atende Curitiba e disponibiliza de 30% das consultas para a Região Metropolitana e Paranaguá, agendadas pela Central de Marcação de Consulta da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba. (SESA, 2008)

A preocupação com a saúde do trabalhador é antiga. Para ficarmos nos tempos modernos, em 1700, por exemplo, o médico italiano Bernardino Ramazzini, publicou o livro **Morbis artificum diatriba**, editado no Brasil em 1971 com o título **As doenças dos trabalhadores**. No livro o autor, considerado o pai da medicina do trabalho, descreve uma série de doenças relacionadas à cerca de 50 profissões. (Cf.: RAMAZZINI, 1971)

Com a Revolução Industrial que, pouco a pouco, transformou o trabalho urbano e rural, galpões e outros tipos de instalações foram transformados em fábricas, nas quais muitas máquinas eram colocadas sem preocupação com espaçamento entre elas, em ambientes com pouca ventilação e iluminação. Os problemas de saúde dos trabalhadores foram das primeiras e mais terríveis conseqüências desse processo, sendo denunciados por trabalhadores desde o final do século XVIII na Inglaterra. Problemas agravados por jornadas extenuantes em

ambientes de intensa aglomeração humana. As doenças infecto-contagiosas, ao mesmo tempo em que a periculosidade das máquinas associada ao cansaço eram responsáveis por várias mutilações e mortes. (MCKEOWN, 1981)

Pressionado pela dramática situação dos trabalhadores e da luta destes, o Parlamento Britânico cria uma comissão para avaliar a situação dos estabelecimentos fabris e da vida dos trabalhadores. Após uma prolongada investigação é promulgada a primeira lei de proteção dos trabalhadores, em 1802 - Lei de Saúde e Moral dos Aprendizes. A Lei estabelecia o limite de 12 horas de trabalho por dia, proibia o trabalho noturno para menores, obrigava os empregadores a lavar as paredes das fábricas duas vezes por ano, e tornava obrigatória a ventilação do ambiente. (MARANO, 1996, p. 32)

Segundo Carlos Gomez e Sonia Costa:

As propostas controvertidas de intervir nas empresas, àquela época, expressaram-se numa sucessão de normatizações e legislações, que tem no Factory Act, de 1833<sup>45</sup>, seu ponto mais relevante, passando a tomar corpo, na Inglaterra, a medicina de fábrica. (1997, p. 22).

A idéia da medicina de fábrica, ou seja, de se ter um médico nas unidades fabris, partiu do médico do proprietário de uma fábrica têxtil localizada na Inglaterra, em 1830. O proprietário da fábrica, preocupado com o fato de seus trabalhadores disporem apenas dos cuidados propiciados por instituições caritativas, pediu que seu médico indicasse uma maneira de resolver esta situação. A sugestão dada foi que ele contratasse um médico que cuidaria da prevenção, da proteção da saúde e da condição física dos operários. O proprietário então o contratou para trabalhar na fábrica. (MENDES; DIAS, 2007) Antes de considerarmos esta como apenas uma ação benemerita do industrial inglês, lembremos o que dizia o doutor Benjamin W. Mc Cready<sup>46</sup>, em 1837: “motivos não apenas de misericórdia pelo pobre, mas medo por nós mesmos, clamam por uma reforma [...]” (apud STERN, 1983, p. 92). Mesmo estando mais preocupado com o aspecto sanitário das metrópoles e com a propagação rápida de doenças que a aglomeração humana poderia proporcionar,

---

<sup>45</sup> Proibia o trabalho noturno aos menores de 18 anos e restringia as horas de trabalho destes, a 12 por dia e 69 por semana. As fábricas precisavam ter escolas para menores de 13 anos; a idade mínima para o trabalho era 9 anos, e um médico devia atestar que o desenvolvimento da criança correspondia a sua idade cronológica. (Cf.: MCKEOWN, 1981)

<sup>46</sup> MC CREADY, B. W. **On the Influence of Trades, Professions and Occupations in the United States in the Production of Disease**. New York: Medical Society of the New York, 1837.



suas palavras podem ser perfeitamente aplicadas a questão da preocupação com os trabalhadores, quer por seus locais de trabalho e moradia (sujos, pouco ventilados, propagadores de doenças) como pelo potencial de revolta que representavam - basta lembrar a grande agitação destes homens e mulheres que tiveram suas vidas profundamente transformadas a partir da segunda metade do século XVIII. (THOMPSON, 1987b)

As leis trabalhistas inglesas, até o início da década de 1860 foram votadas para proteger os trabalhadores das fábricas de tecidos e, em menor grau, os mineiros. A partir do Ato de 1864 incluíram-se outras indústrias, entre elas as manufaturas de fósforos e cerâmicas. Durante as três últimas décadas do século XIX foram aprovados novos atos, relativos à prevenção do envenenamento por chumbo, ventilação, saneamento e segurança das fábricas. Ao final do século XIX, tinha-se um código de lei fabril, com muitos atos e regulamentações destinados aos trabalhadores das indústrias. (ROSEN, 1994, p. 319-320)

Em meio a tantas mudanças causadas pela Revolução Industrial, o Papa Leão XIII preocupado com as condições de vida e trabalho nas indústrias, escreveu a Encíclica *Rerum Novarum* (15 de maio de 1891), onde proclamava e defendia os direitos dos operários. Na citação abaixo, podemos observar a preocupação com a saúde do trabalhador:

Proteção do trabalho dos operários, das mulheres e das crianças.

25. No que diz respeito aos bens naturais e exteriores, primeiro que tudo é um dever da autoridade pública subtrair o pobre operário à desumanidade de ávidos especuladores, que abusam sem nenhuma discrição, das pessoas como das coisas. Não é justo nem humano exigir do homem tanto trabalho a ponto de fazer pelo excesso de fadiga embrutecer o espírito e enfraquecer o corpo.

A atividade do homem, restrita como a sua natureza, tem limites que se não podem ultrapassar. O exercício e o uso aperfeiçoam-na, mas é preciso que de quando em quando se suspenda para dar lugar ao repouso. Não deve, portanto, o trabalho prolongar-se por mais tempo do que o as forças permitem. Assim, o número de horas do trabalho diário não deve exceder a força dos trabalhadores, e a quantidade do repouso deve ser proporcionada à qualidade do trabalho, às circunstâncias do tempo e do lugar, à compleição e saúde dos operários. O trabalho, por exemplo, de extrair pedra, ferro, chumbo, e outros materiais escondidos, debaixo da terra, sendo mais pesado e nocivo à saúde deve ser compensado, com uma duração mais curta. Deve-se também às estações, porque não poucas vezes um trabalho, que facilmente se suportaria numa estação, noutra é de fato insuportável ou somente se vence com dificuldade [...]. (LEÃO XIII, Papa, 1891, páginas sem numeração).

O aumento do número de fábricas no século XX, os avanços na química, a utilização de novos metais, a aplicação da força elétrica à produção das indústrias,

criaram novos problemas para a saúde do trabalhador. Os protestos, rebeliões e reivindicações dos operários, fizeram com que aos poucos fossem aprovadas leis e normas que visavam à manutenção de sua saúde. Foram desenvolvidos estudos de ergonomia<sup>47</sup> que tinham como objetivo a adaptação do trabalho ao homem e equipamentos de proteção para máquinas e operários. Podemos citar o Ato do Ordenamento Fabril inglês de 1916, que:

[...] autorizava o secretário de Estado a compelir os empregadores a se responsabilizarem pela saúde e pela higiene dos trabalhadores, fornecendo-lhes roupas protetoras, recursos de primeiros socorros, instalações para se lavarem e vestirem, e acomodações para preparar e comer as refeições. (ROSEN, 1994, p. 321).

No Brasil, a Lei de Acidentes do Trabalho, de 1919<sup>48</sup>, tanto quanto a organização da Inspetoria de Higiene Industrial e Profissional, e do Conselho Nacional do Trabalho, ambos de 1923, são exemplos de atuação do Estado na questão da relação entre saúde e trabalho nas primeiras décadas do século XX. A Inspetoria de Higiene Industrial e Profissional tinha entre suas atividades, a inspeção dos locais de trabalho e dos operários, a análise de substâncias utilizadas nas indústrias, e a determinação de adoção de medidas para proteção da saúde dos trabalhadores e dos moradores próximos aos estabelecimentos industriais. Nas décadas de 1930 e 1940 se efetivaram políticas e ações no campo da medicina, higiene e segurança do trabalho. A instituição do Ministério da Educação e Saúde e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930<sup>49</sup>; a organização da Justiça do Trabalho, em 1934, e outras leis que tinham como alvo a valorização moral e física dos trabalhadores brasileiros, traziam as marcas de lutas de vários anos destes trabalhadores. Importantes nesse período foram as agências do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que atuaram na regulamentação das condições de trabalho e pelas ações normativas referentes à higiene, medicina e segurança do trabalho. Em 1931, com a organização do Departamento Nacional do

<sup>47</sup> Ergonomia - termo de origem grega, *ergon* – trabalho e *nomos* – teoria, estudo. A Ergonomia é uma ciência que tem por objetivos básicos a humanização do trabalho e a melhoria dos processos de trabalho, para isso, “dispõe de dados, informações e conhecimentos científicos sobre o homem, suas características físicas, psíquicas, emocionais e mentais, bem como suas limitações em todos os aspectos” (SELL, 1998b, p. 179) para adequar o ambiente de trabalho, as máquinas e equipamentos ao indivíduo, dando-lhe condições para desempenhar suas funções sem prejuízo de seu bem-estar.

<sup>48</sup> Nas páginas 67-68 há outras considerações sobre a Lei.

<sup>49</sup> Criados respectivamente em 14 e 26 de novembro de 1930.

Trabalho, foi criada uma seção voltada à organização, higiene e segurança do trabalho, que resultou na Inspetoria do Trabalho, em 1933. A Inspetoria começou a funcionar em 1934 como órgão de fiscalização das leis trabalhistas, sendo que os três primeiros médicos do trabalho nomeados deveriam fazer a inspeção das fábricas e realizar inquéritos sobre condições de trabalho e sobre a incidência de moléstias profissionais. Em 1938 foi criado, junto à Inspetoria, o Serviço de Higiene Industrial, que entre outras funções deveria fiscalizar as leis e convenções referentes à higiene e segurança do trabalho. (Cf.: ALMEIDA, 2004)

Por iniciativa da Associação Brasileira de Medicina do Trabalho, foi realizado em 1949, o I Congresso Brasileiro de Higiene e Segurança do Trabalho, no Rio de Janeiro. Entre os assuntos, destacavam-se os relacionados às doenças profissionais e ao conceito de higiene do trabalho (Ibidem, p. 205). Nos anos seguintes, a saúde do trabalhador foi tema de vários congressos e conferências nacionais e internacionais que, juntamente com as reivindicações destes trabalhadores, resultou em leis com o objetivo de proteger o homem no ambiente de trabalho.

A legislação brasileira tem várias Normas Regulamentadoras (NRs) que visam a efetivação dessa proteção do trabalhador e do meio ambiente, mas elas nem sempre são respeitadas, e as agressões à saúde continuam a existir nos ambientes de trabalho. Vejamos algumas dessas Normas:

**NR 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais**

[...] estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – (PPRA), visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

**NR 17 - Ergonomia**

[...] visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.

**NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção**

[...] estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção. (NRs, 2007, páginas sem numeração, grifo nosso).

**NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho**

Estabelece normas referentes às instalações sanitárias, vestiários, refeitórios,

cozinhas, alojamentos e condições de higiene e conforto por ocasião das refeições. (NRs, 2007)

Durante o 15º Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho, realizado em 1999 em São Paulo, o chefe do Programa de Saúde e Segurança da Organização Internacional do Trabalho, Dr. Jukka Takala, expôs que as 3 doenças que lideram as estatísticas mundiais são: câncer ocupacional, problemas respiratórios e contaminação por produtos químicos. Das mais de 1,1 milhão de mortes que acontecem por ano no trabalho, 992.400 estão associadas a doenças ocupacionais, sobretudo tumores adquiridos na exposição a produtos tóxicos. Das pessoas com mais de 30 anos que têm câncer diagnosticado, 8% foram adquiridos no trabalho. (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE OSASCO E REGIÃO, 2001, p. 112)

Os processos e produtos perigosos que muitas indústrias utilizam, causam prejuízos à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente, Dr. Jukka Takala ressalta:

Permanecem na penumbra o peso que tem as condições e ambientes de trabalho e do meio ambiente no aparecimento e progressão de doenças tardias e de evolução lenta, como as neoplasias e as doenças circulatórias, respiratórias, gastrocônicas, hepatorenales e neuropsíquicas. (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE OSASCO E REGIÃO, 2001, p. 112, 117).

As doenças ocupacionais são abordadas no Caderno do Professor (BRASIL, 2002a, p.65-75), do Programa Futuro Trabalhador na parte que trata da Saúde e Segurança do Trabalhador. No texto há aspectos legais dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais e a prevenção dos mesmos. No entanto, no Caderno do Aluno (BRASIL, 2002b, p. 38), as doenças profissionais aparecem apenas em uma página e como podemos observar nas figuras, voltadas para construção civil.



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 38.

O Caderno do Professor, ainda na parte que trata da Saúde e Segurança do Trabalhador, no item Local de trabalho seguro e saudável apresenta um quadro com “certos riscos encontrados em algumas profissões” (BRASIL, 2002a, p. 76):

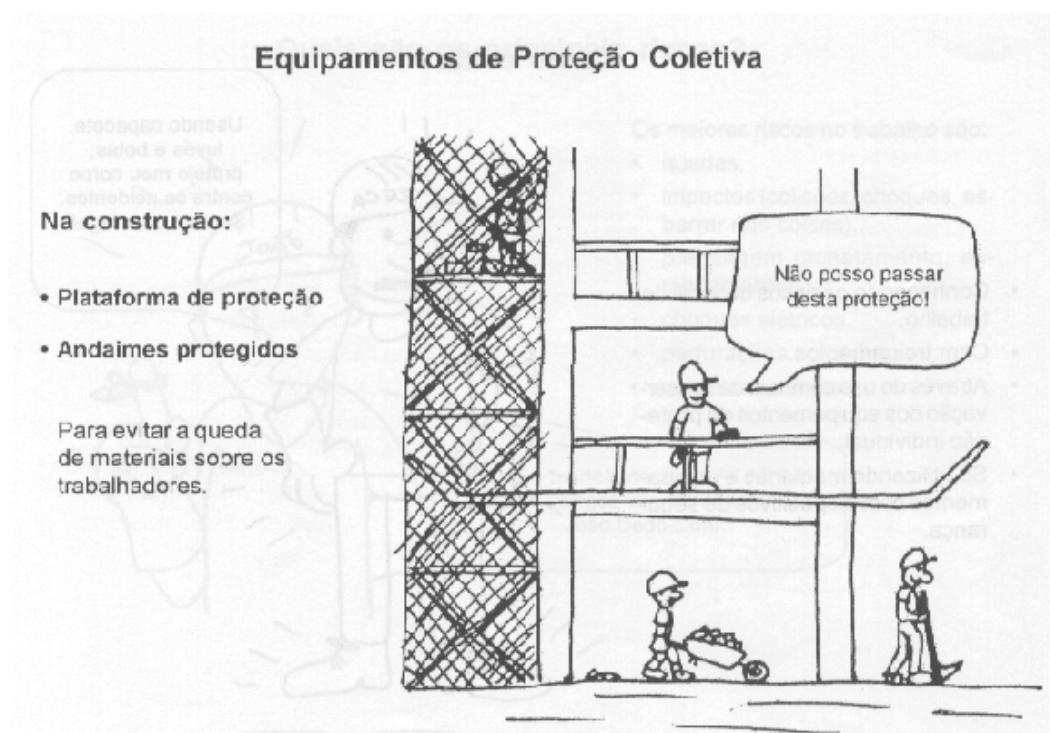
| PROFISSÃO         | OPERAÇÃO                                    | RISCOS/CLASSIFICAÇÃO   |
|-------------------|---|--|
| Carpinteiro       | 1. Corte de madeira na serra circular       | 1. Ruído: risco físico que pode provocar surdez<br>– Pó de madeira: risco químico que pode provocar doenças nas vias respiratórias<br>– Corte de dedos: risco de acidente com mutilação da mão |
|                   | 2. Colagem                                  | 2. Vapores do solvente da cola: risco químico que pode provocar intoxicação  |
|                   | 3. Pintura com verniz                       | 3. Verniz: risco químico que pode provocar intoxicação   |
| Pedreiro          | 1. Trabalho em altura                       | 1. Queda: risco de acidente que pode levar até a morte do trabalhador  |
|                   | 2. Reboque de parede com cimento            | 2. Cimento: risco químico que pode provocar doença de pele   |
| Jateador de areia | 1. Jateamento de vidro com areia            | 1. Inalação de poeira de sílica: risco químico que pode levar a uma doença pulmonar chamada Silicose   |
| Eletricista       | 1. Reparos em instalações elétricas ligadas | 1. Choque elétrico: risco de acidente que pode provocar até a morte  |
|                   | 2. Uso de ferramentas de corte              | 2. Ferimentos: risco de acidente   |
| Digitador         | 1. Digitação de textos                      | 1. Movimento repetitivo: risco ergonômico que pode levar a inflamação nos tendões<br>– Postura inadequada: risco ergonômico que pode gerar dores nas costas, nas pernas                        |
| Médico            | 1. Exame de paciente com doença infecciosa  | 1. Bactérias, vírus etc.: risco biológico  |
| Lixeiro           | 1. Contato com o lixo sem proteção adequada | 1. Bactérias, etc.: risco biológico  |
|                   | 2. Jogar o lixo no caminhão                 | 2. Carregamento de peso: risco ergonômico que pode levar a dores nas costas  |

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa educativo escola do futuro trabalhador**. 2. ed. Caderno do Professor. Brasília: MTE, SIT/DSST, 2002, p. 76.

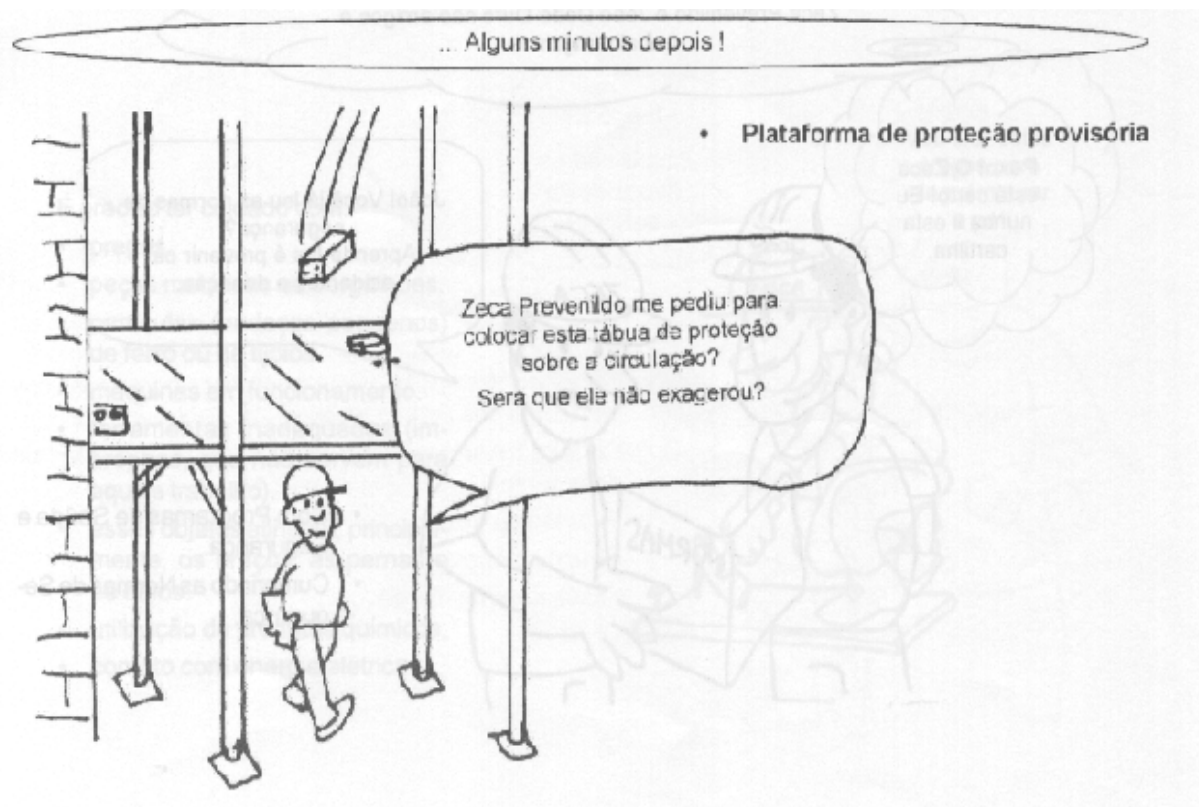
É significativo que este Caderno, manual básico para os responsáveis diretos pela implementação do Programa, não apresente no quadro citado um item sobre o que poderia ser feito para proteger o trabalhador e eliminar ou minimizar os riscos apontados. No mesmo Caderno (Ibidem, p. 76-77) há um texto sobre a proteção coletiva e individual no ambiente de trabalho. De acordo com o texto, a proteção coletiva tem por objetivo salvaguardar vários trabalhadores ao mesmo tempo, através do controle dos agentes de risco na fonte e na sua trajetória, enquanto a proteção individual se dá através dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), que devem ser fornecidos gratuitamente aos empregados pelo empregador. Os EPIs, que protegem diferentes partes do corpo, devem ser utilizados:

- sempre que as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis ou não oferecerem completa proteção contra os riscos de acidentes de trabalho e /ou doenças ocupacionais;
- enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas;
- para atender as situações de emergência. (BRASIL,2002a, p. 77).

No Caderno do Aluno, do Programa Futuro Trabalhador (BRASIL,2002b, p. 42-45), a proteção coletiva é mais direcionada à indústria da construção civil, provavelmente porque é extremamente visível, mesmo para quem não está diretamente presente no ambiente de trabalho, que nesta atividade acontecem muitos acidentes fatais.



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 42.

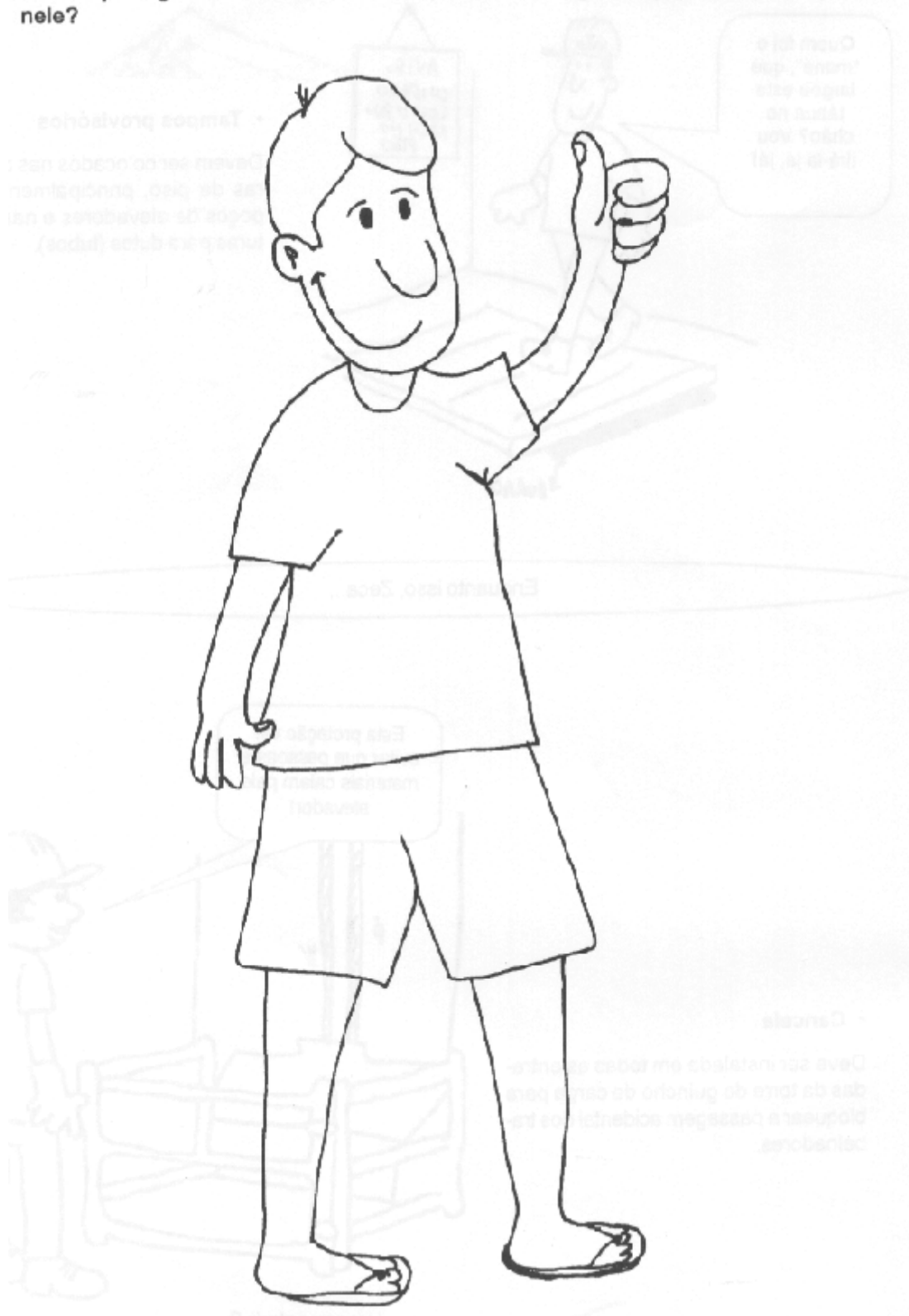


BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 42.

No Caderno do Aluno (BRASIL, 2002b, p. 46-49) o item proteção individual resume-se a uma atividade de pintura, recorte e colagem, onde aparecem alguns EPIs e seus respectivos nomes, mas não há explicação sobre como, onde e porquê esses equipamentos devem ser usados. Além disso, os desenhos dos EPIs são desproporcionais em relação ao desenho do trabalhador, dificultando a realização da atividade. A maneira como esta atividade é proposta e as formas explicitadas para tentar fixar no aluno o cuidado com a saúde e segurança são frágeis e podem levar a uma realização pouco refletida (mecânica) da atividade proposta.

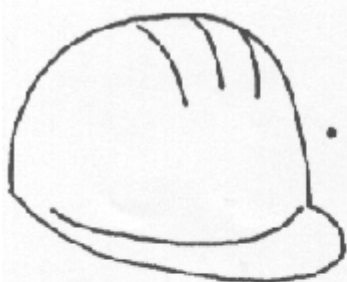


Que tal protegermos o João Dedo-Duro, colocando alguns equipamentos de proteção nele?

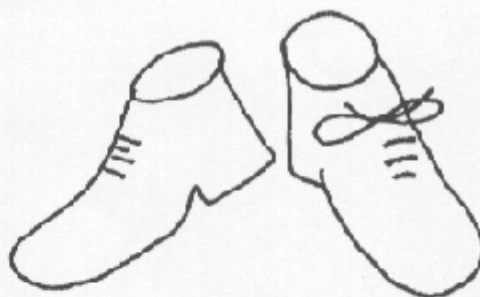


BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 46.

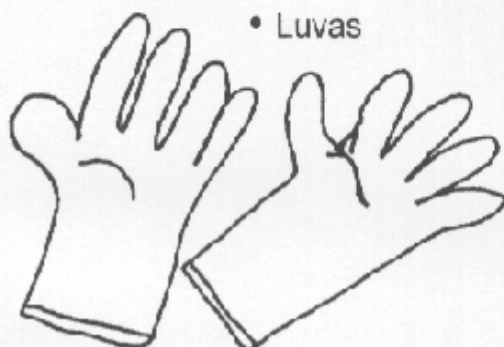
Vamos colorir e recortar os Equipamentos de Proteção Individual?



• Capacete



• Botinas de Segurança

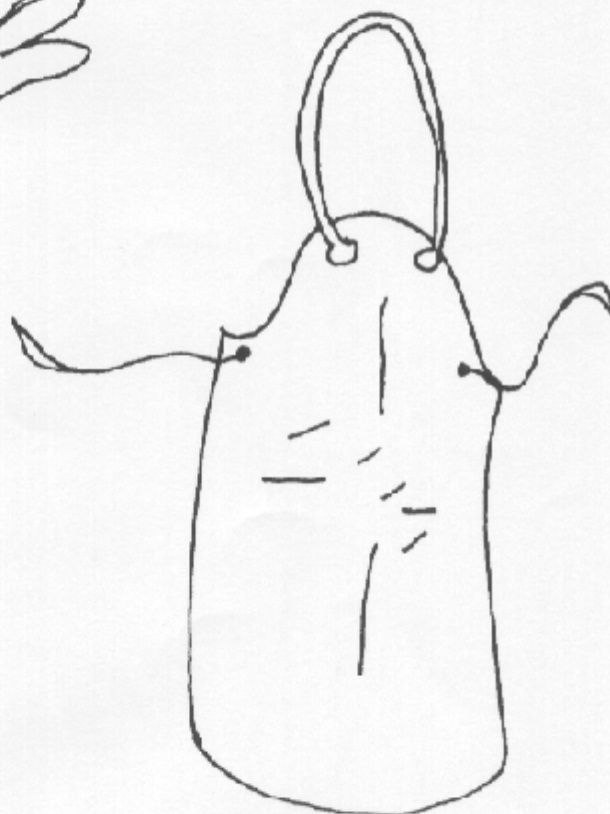
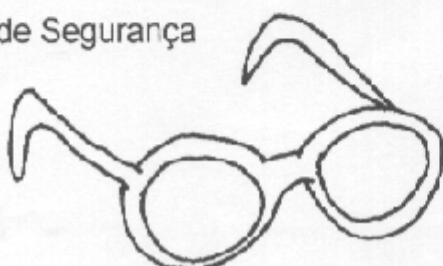


• Luvas

• Botas de Borracha



Óculos de Segurança



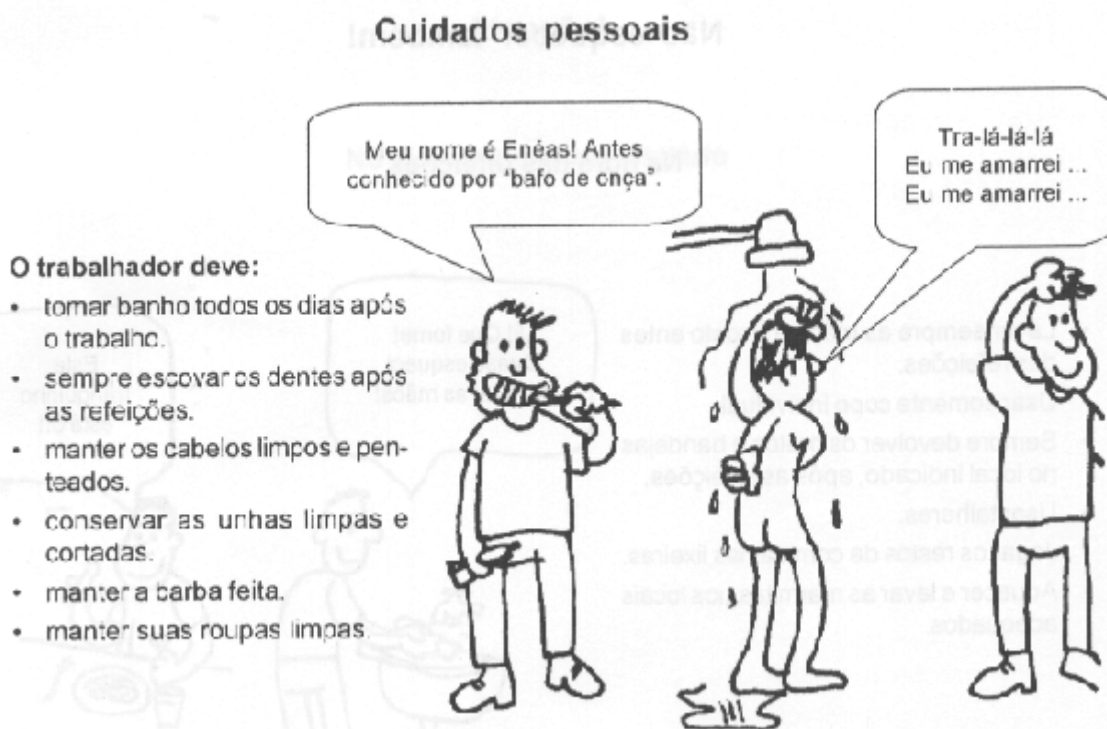
• Avental de Raspa de Couro

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: Caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 47. Na página 49 tem mais alguns EPIs, não achamos necessário colocar as duas páginas. As 3 páginas referentes a esta atividade estão na página 121.

No Caderno do Professor (BRASIL, 2002a, p. 77-79), também há um item que se refere a higiene pessoal no trabalho, no entanto na maior parte do texto, os cuidados mencionados são de responsabilidade do empregador. Por exemplo, “Cuidados com a alimentação e a água”:

- a água para ser ingerida deve ser potável, os copos devem ser individuais; o reservatório de água deve ser identificado, para que não se corra o risco de tomar por engano outro líquido semelhante a água, mas que pode ser uma bebida tóxica;
- quando forem utilizados materiais perigosos, deve-se proibir comer ou beber dentro dos locais de trabalho; deve-se providenciar um local adequado, fora da área produtiva, para os trabalhadores se alimentarem; até mesmo os bebedouros não podem ficar dentro da área produtiva nesses casos. (BRASIL, 2002a, p.78).

No Caderno do Aluno (BRASIL, 2002b, p. 63-65), no item “Saúde e higiene”, aparecem cuidados pessoais, com o alojamento e vestiário, nos três casos, mas especialmente no caso dos cuidados com o alojamento e vestiário são indicados no texto, como manter a ordem, o que também vai depender das condições de ambiente de trabalho proporcionadas pelo empregador.



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 63.

## Não esquecer também!

### Na hora das refeições

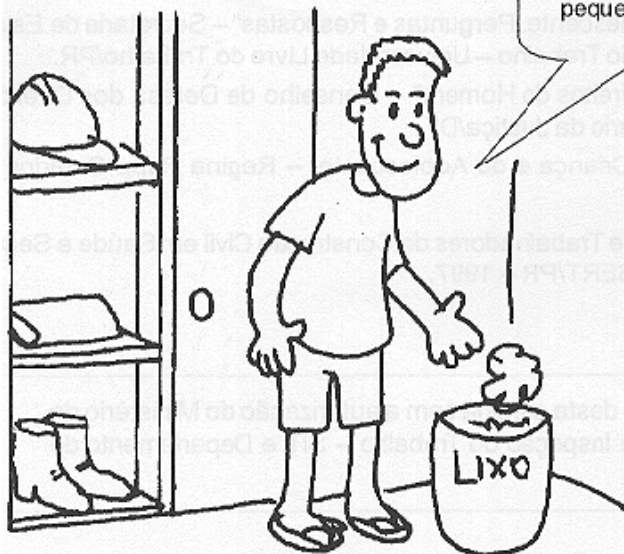
- Lavar sempre as mãos e o rosto antes das refeições.
- Usar somente copo individual.
- Sempre devolver os pratos e bandejas no local indicado, após as refeições.
- Usar talheres.
- Jogar os restos de comida nas lixeiras.
- Aquecer e lavar as mamitas nos locais adequados.



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 64.

### No alojamento e no vestiário

Ordem e progresso começam com os pequenos detalhes.



- Sempre guardar as roupas no armário. Nunca pendurar na fiação elétrica.
- Não guardar roupas e sapatos molhados no armário.
- Não perturbar o descanso dos colegas.
- Não fumar no alojamento. Além de poluir o ar, pode causar incêndio.
- Não comer nos vestiários.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 65.

Desde as últimas décadas do século XX, a saúde do trabalhador cada vez mais mereceu atenção, o que necessariamente não se traduziu em melhor qualidade de saúde e vida destes homens e mulheres. No período de 1999 a 2003, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) concedeu em média, por dia útil, 3.235 auxílios-doença e aposentadorias por invalidez. Para o mesmo período, foram registrados 105.514 casos de doenças relacionadas ao trabalho, mas os dados referem-se apenas aos trabalhadores com carteira assinada. (CNST, 3., 2005) Esses números estão distantes de corresponder à realidade em nosso país, onde trabalho informal está presente de norte a sul.

As conferências de saúde elaboram propostas que visam a melhoria dos ambientes de trabalho e a saúde do trabalhador, mas a distância entre estas propostas e a realidade de sua implementação é ainda muito grande. Na 12ª Conferência Nacional da Saúde<sup>50</sup>, realizada em 2003, um dos objetivos propostos foi:

Estabelecer políticas de saúde para prevenção e atenção de doenças ocupacionais, doenças relacionadas ao trabalho e acidentes de trabalho, que garantam a comunicação dos acidentes ocorridos bem como o cumprimento dos direitos à saúde do trabalhador que implicam na expedição correta de laudos e atestados de saúde, conforme legislação vigente. Implantar ações de prevenção e reabilitação da voz, bem como avaliação auditiva por emissões otoacústicas, para os trabalhadores submetidos a riscos químicos ou físicos que afetem esses sistemas. [...] (CNS, 12., 2004, p. 94).

Anos antes, na 2ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (CNST) de 1994, duas das propostas se referiam aos ambientes de trabalho e doenças relacionadas a ele:

- A criação de mecanismos de fiscalização dos ambientes de trabalho mais eficientes a nível quantitativo (medições para mapeamento dos riscos, entre outras) e qualitativo (organização do trabalho em turnos, informações, etc.), que sirvam de parâmetros nos contratos coletivos de trabalho e/ou nas causas trabalhistas.
- Atualizar e aperfeiçoar sistematicamente o reconhecimento de doenças relacionadas ao trabalho, criando fóruns de discussão com a participação das Centrais Sindicais, dos Sindicatos e das Instituições de Ensino, etc.. (CNST, 2., 1994, p. 17, 21).

---

<sup>50</sup> A 13ª Conferência Nacional de Saúde foi realizada em 2007, mas até o início de 2008 seu relatório final ainda não estava disponível.

Em 2006, na 3ª CNST, a proposta sobre riscos ambientais, fiscalização e serviços especializados visava:

- Garantir que os empregadores sejam obrigados a prover condições salubres de trabalho, alcançando a eliminação da monetarização dos riscos, garantindo aos trabalhadores o direito à recusa de submeter-se a ambientes insalubres, bem como o direito de aposentadoria especial e o cumprimento de todas as normas regulamentadoras de saúde e segurança no trabalho, por todos os empregadores, alcançando a eliminação dos riscos.
- Garantir a fiscalização conjunta dos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social, da Saúde e do Meio Ambiente, em articulação com o Ministério Público do Trabalho, onde houver trabalho em condições insalubres, perigosas e degradantes, como nas carvoarias, madeireiras, canaviais, construção civil, agricultura em geral, calcareiras, mineração, entre outros.
- Transformar os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT (Norma Regulamentadora NR 4 do Ministério do Trabalho e Emprego), em serviços especializados de segurança e saúde no trabalho, contando com a participação efetiva das empresas e órgãos públicos e privados na melhoria das condições laborais, de forma articulada com os profissionais das áreas de saúde, segurança, meio ambiente e controle social, a ser inserido nas empresas privadas e nas empresas e órgãos públicos, nas três esferas. (CNST, 3., 2006, p. 1-2, 4).

Discutida por órgãos governamentais e não-governamentais, a saúde do trabalhador é objeto de legislação que incide sobre questões do conforto e da manutenção da saúde de quem trabalha, mas nem sempre o cumprimento dela é garantido e a fiscalização é insuficiente. Além disso, para que as condições do ambiente de trabalho sejam satisfatórias é importante que o trabalhador participe do processo de melhora em benefício de sua saúde, pois segundo Schüller Sobrinho (1996, p. 399), pesquisas realizadas em empresas demonstraram que as condições de trabalho melhoram quando o empregado participa do planejamento das mudanças, “o sujeito das ações de promoção da saúde é o próprio cidadão, e no campo específico da Saúde do Trabalhador, é o trabalhador” (MENDES; OLIVEIRA, 1998, p. 33). Cabe ressaltar ainda que:

Hoje, a responsabilidade pelas ações nas áreas de segurança e saúde dos trabalhadores está fragmentada em três setores de governo: Trabalho e Emprego, Saúde e Previdência Social. Faz-se necessária uma atuação de forma transversal, integrando, inicialmente, esses três setores. Também é importante que cada um deles promova uma integração entre as áreas internas afins. (CNST, 3., 2005, páginas sem numeração).

## 2.2 Legislação acidentária e a educação prevencionista

Operário morre soterrado em Londrina, no norte do Paraná.

Um operário que abria uma vala para construção de galeria para escoamento de água da chuva morreu na tarde de ontem, na Zona Leste de Londrina, após ser soterrado. Luis Carlos Ramos, 48 anos, estava em seu primeiro dia de trabalho. Para a Polícia Científica, houve falha do responsável, pois não havia escoras laterais no buraco de mais de três metros de profundidade e o trabalhador não usava capacete. (PORTAL TRABALHO SEGURO, 2006, páginas sem numeração).

A notícia acima, de um caso que ocorreu dia 19 de setembro de 2006, nos mostra a realidade de muitos trabalhadores brasileiros que no início do século XXI, ainda sofrem acidentes durante o exercício do trabalho. Como há anos, os acidentes do trabalho causam grandes prejuízos econômicos e sociais. Os problemas econômicos são devidos a diminuição da produtividade e danificação ou perdas de ferramentas, máquinas ou equipamentos e, em tempos mais recentes, aos altos custos das indenizações. Os problemas sociais decorrem das seqüelas deixadas pelos acidentes que incapacitam temporariamente, parcialmente ou permanentemente vários trabalhadores, quando não ocorre a situação mais grave: a morte, como o caso citado na notícia de Londrina, uma tragédia para muitas famílias.

De acordo com dados estatísticos:

No período de 1999 a 2003, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) concedeu 854.147 benefícios por incapacidade temporária ou permanente provocada por acidentes do trabalho – Apesar de elevados, esses números não refletem a realidade que, infelizmente, é bem pior. O Brasil possui uma População Economicamente Ativa de 82.902.480 pessoas. Apenas 22.903.311 são formalmente registrados pela Previdência Social (trabalhadores com carteira assinada) e as estatísticas oficiais apenas se referem a esse segmento menor. (CNST, 3., 2005, páginas sem numeração).

Segundo Octávio Bueno Magano (1976, p.14), jurista no âmbito do Direito do Trabalho, a primeira legislação que atribuía responsabilidade objetiva aos empregadores por acidentes sofridos pelos respectivos empregados, foi a alemã, de 6 de julho de 1884. A legislação alemã definia de forma ampla o acidente do trabalho, além de estabelecer pensões em caso de morte, e normas de prevenção.

A Constituição de 1917 do México é um exemplo da preocupação em estabelecer normas de proteção ao trabalhador em nível constitucional, na América Latina. No artigo 123 do Capítulo VI, é prevista a responsabilidade dos empresários pelos acidentes e doenças profissionais ocorridas no exercício do trabalho, além da

questão das indenizações e das medidas de prevenção.<sup>51</sup> A criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>52</sup>, em 1919, da qual o Brasil é membro, concorreu para a elaboração e aprovação de leis em nível internacional que têm como objetivo a saúde do trabalhador. A OIT procura estabelecer normas para a proteção dos trabalhadores, bem como divulgar mundialmente informações sobre os problemas relacionados com o trabalho procurando desta forma, compartilhar problemas comuns de diferentes países e difundir possíveis soluções.

No Brasil com as mudanças impulsionadas pelo mundo da fábrica, que redefinem a vida urbana em vários pontos do território brasileiro, os problemas também ganham nova dimensão. As condições de trabalho, moradia e alimentação para grande parte da população não eram satisfatórias e várias foram as manifestações dos trabalhadores, reivindicando melhores condições de trabalho e de vida. Era comum homens, mulheres e crianças trabalharem mais de dez horas por dia, em ambientes insalubres e amontoados junto com máquinas. Os salários normalmente eram baixos, os acidentes do trabalho eram freqüentes, diversos envolvendo menores.

Desde o final do século XIX, os pequenos trabalhadores foram alvo da atenção de médicos, legisladores e, de maneira especial, dos jornais operários que publicam notícias de acidentes do trabalho envolvendo menores, numa tentativa de chamar a atenção para a gravidade de se empregar crianças e jovens nas indústrias. (BERTUCCI, 1997, p. 134) No I Congresso Operário em 1906, os representantes de organizações operárias presentes responsabilizaram o patrão

---

<sup>51</sup> TITULO SEXTO: DEL TRABAJO Y DE PREVISION SOCIAL  
ARTICULO 123

XIV. Los empresarios serán responsables de los accidentes del trabajo y de las enfermedades profesionales de los trabajadores, sufridas con motivo o en ejercicio de la profesión o trabajo que ejecuten; por lo tanto, los patronos deberán pagar la indemnización correspondiente, según que haya traído como consecuencia la muerte o simplemente incapacidad temporal o permanente para trabajar, de acuerdo con lo que las leyes determinen.

Esta responsabilidad subsistirá aun en el caso de que el patrono contrate el trabajo por un intermediario;

XV. El patrón estará obligado a observar, de acuerdo con la naturaleza de su negociación, los preceptos legales sobre higiene y seguridad en las instalaciones de su establecimiento, y a adoptar las medidas adecuadas para prevenir accidentes en el uso de las máquinas, instrumentos y materiales de trabajo, así como a organizar de tal manera éste, que resulte la mayor garantía para la salud y la vida de los trabajadores, y del producto de la concepción, cuando se trate de mujeres embarazadas. Las leyes contendrán, al efecto, las sanciones procedentes en cada caso,<sup>51</sup> [...] (MÉXICO, 1917).

<sup>52</sup> Criada pela Conferência de Paz em 1919, após a Primeira Guerra Mundial, tem como um dos objetivos a melhoria dos níveis de vida.



pelos acidentes no trabalho, reivindicando para os sindicatos que então se organizavam, o papel de árbitro na definição de indenizações ao acidentado. (COHN, et al., 1985, p. 137)

Tema recorrente nas organizações sindicais e nos periódicos ligados aos trabalhadores o trabalho infantil e os acidentes no trabalho foram itens que marcaram as reivindicações operárias da segunda metade da década de 1910. A eles juntou-se a luta contra a carestia e aqueles que lucravam com ela. Durante a Primeira Guerra Mundial, o Brasil exporta gêneros alimentícios para seus aliados e a ação de açambarcadores que procuram enriquecer com as vendas para a Europa faz crescer a carestia, repetidamente denunciada pelos trabalhadores. (HARDMAN, 2002; BERTUCCI, 1997)

Em meados de 1917, operários de São Paulo iniciam uma greve geral, que em poucos dias atingiu várias cidades, inclusive Curitiba, entre as reivindicações estava a jornada de oito horas de trabalho e a luta contra o trabalho de menores. (LOPREATO, 2000) Derrotado o movimento, a luta continuou, nos anos seguintes aconteceram outras greves pelo Brasil, sendo particularmente significativo o ano de 1919. É neste contexto que é elaborada a primeira lei acidentária brasileira, o Decreto lei nº3.724. Como lembra Thompson, “a lei não foi apenas imposta de cima sobre os homens: tem sido um meio por onde outros conflitos sociais têm se travado.” (THOMPSON, 1987a, p. 358).

O texto do Decreto nº3.724 de 15 de janeiro de 1919, foi resultado de um longo processo de negociação, isso devido à divergência no que dizia respeito ao critério indenizatório que seria adotado: indenização em um só pagamento e pensão vitalícia. Com a elaboração do projeto nº284 houve a incorporação da idéia da adoção das duas formas de indenização, sendo em um só pagamento para os casos de morte e pensão vitalícia para os casos de incapacidade permanente. Seguiu-se o projeto substitutivo nº239, que eliminou o critério de pensão vitalícia para os casos de incapacidade permanente. (MAGANO, 1976, p. 20-21) Após revisão, o projeto nº239, converteu-se no Decreto Legislativo nº3.724, que estabeleceu o seguro obrigatório para acidentes do trabalho<sup>53</sup> (MACHADO, 2001, p. 60; MALLOY, 1976, p. 96), limitou a proteção jurídica somente aos acidentes que ocorressem durante o

---

<sup>53</sup> De acordo com Magano (1976, p. 21) o seguro era facultativo (art. 28 do Regulamento).

horário do trabalho e fossem relacionados a ele e incorporou as doenças<sup>54</sup> contraídas no exercício do trabalho em seu rol de proteção.

Nos anos seguintes poucas foram as mudanças legais em nível nacional. A tomada do governo federal por Getúlio Vargas, em outubro de 1930, representou para muitos a possibilidade de efetivação de projetos sobre saúde e educação que há anos eram discutidos no Brasil, por diferentes setores da sociedade e com diferentes intenções, de empresários a sindicatos. O regime instaurado, em especial na fase autoritária pós 1937, prometeu uma ‘nova república’ em um país renovado e efetivamente integrado: a verdadeira nação brasileira. (Cf.: HOCHMAN, 2005; BERTUCCI, 2007)

Em 1932, foi organizada uma comissão no recém-criado Ministério do Trabalho<sup>55</sup>, que elaborou um projeto que se converteu no Decreto nº24.637, de 10 de julho de 1934. O novo Decreto incluiu no campo de proteção acidentária os industriários, trabalhadores agrícolas, comerciários e domésticos.<sup>56</sup> O seguro privado de acidentes do trabalho foi mantido e as doenças profissionais (isto é, as doenças provenientes de determinadas condições de trabalho) foram equiparadas aos acidentes. “A Constituição de 1934, no que se refere aos direitos sociais contempla, pela primeira vez, a indenização dos acidentes de trabalho, custeados pelo Estado, empregador e empregado.” (MACHADO, 2001, p. 60). A Carta Magna de 1937, não seguiu o mesmo critério da de 1934, no que diz respeito aos infortúnios decorrentes do trabalho, determinando apenas a instituição de seguro para os casos de acidentes do trabalho, deixando ao critério do legislador ordinário a conceituação do mesmo. (SAAD, 1988, p. 66-67)

A partir da década de 1930, e especialmente depois do golpe de 1937, a tentativa de evitar conflitos entre patrões e empregados foi marca legislativa. A estrutura sindical foi modificada e subordinada ao Estado, como forma de controlar as manifestações dos trabalhadores. Uma marca do pensamento corporativista e centralizador do governo Vargas: passamos do liberalismo estatal que não intervém

---

<sup>54</sup> Não eram consideradas as doenças decorrentes das condições de trabalho, somente as exclusivas do exercício do trabalho, como por exemplo, intoxicações. (ALMEIDA, 2004, p. 231)

<sup>55</sup> O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi criado pelo Decreto nº 19.433, de 26 de novembro 1930. Assumiu a pasta o Ministro Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor.

<sup>56</sup> Entre outros, foram excluídos: os autônomos, consultores técnicos, empregados de pequenos estabelecimentos industriais e comerciais sob regime familiar. A justificativa para a exclusão foi o baixo valor médio dos vencimentos das categorias.

em relações de mercado – ou entre patrões e empregados – para um governo que controla as diferentes e, necessariamente, harmoniosas partes do ‘corpo da nação’. (MUNAKATA, 1981)

Ainda no governo de Getúlio Vargas, entra em vigor o Decreto-lei nº5.452 de 1º de maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), um conjunto de regras que sistematiza e amplia a legislação trabalhista, concretizando mudanças que se processaram nos anos anteriores. A questão da prevenção de acidentes do trabalho, entretanto, é tratada de forma genérica, do artigo 154 ao 201, cabendo ao Ministério do Trabalho da Indústria e do Comércio, a expedição de normas específicas sobre cada situação de risco. O destaque fica para a classificação das empresas segundo o número de empregados e a natureza do risco de suas atividades. Segundo Kazumi Munakata:

Sob o império da CLT, os trabalhadores assistem à proliferação incontrolável e incessante de conselhos, órgãos e até Ministérios (por exemplo, o da Previdência Social), que lhes são totalmente exteriores, mas falam por eles, decidem por eles, agem por eles e que, portanto, os controlam e os dominam. (MUNAKATA, 1981, p. 105-106).

Em 1944 o Decreto 24.637/34 é alterado, sendo elaborado o Decreto-lei nº7.036, de 10 de novembro de 1944. Principais destaques deste decreto:

- estendeu a sua aplicação a todos os trabalhadores;
- definiu o conceito de acidente, que passou a caracterizar-se pela causa;
- determinou a extensão do conceito de acidente, que passou a abranger os ocorridos durante o período destinado às refeições, ao descanso ou satisfação das necessidades fisiológicas, no local ou durante o trabalho e no trajeto ao trabalho;
- destinou um capítulo para prevenção de acidentes;
- previu o direito à reabilitação profissional;
- regulamentou o seguro obrigatório. Com o seguro a responsabilidade sobre o acidente é transferida do empregador para as empresas de seguro;
- criou as Comissões de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CIPAs) para empresas com mais de 100 empregados. (MAGANO, 1976, p. 24-25; MACHADO, 2001, p. 61)

Em 1945 os operários pedem liberdade e autonomia sindical, direito de greve, eleições livres em suas entidades (CASALECCHI, 2002, p. 69), neste mesmo

ano, após 15 anos de governo, Getúlio Vargas é deposto; eleito, o General Eurico Gaspar Dutra toma posse em 1946 e instala a Assembléia Nacional Constituinte. A Constituição de 1946 faz distinção entre o seguro social e seguro contra acidentes do trabalho, deixando o primeiro ao encargo do Estado, através das Caixas e Autarquias Previdenciárias, e o segundo com a obrigatoriedade para o empregador, que deveria instituir um seguro contra os infortúnios decorrentes do trabalho. Ao diferenciar o seguro social do seguro contra acidentes do trabalho, a lei de 1946 retirou da esfera constitucional a idéia de seguro social para os infortúnios do trabalho, já existente na Constituição de 1934. (SAAD, 1988, p. 67)

Ainda no governo de Dutra foi criado o Plano Salte<sup>57</sup> que, em vários aspectos retomava propostas que haviam começado a ser executadas entre 1937 e 1945, durante a gestão de Gustavo Capanema frente ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Efetivação de idéias que começaram a ser elaboradas no Brasil em meados dos anos 1910 (BERTUCCI, 2007, p. 148-158), as propostas de Capanema podiam ser vislumbradas em vários pontos do Plano Salte quando o item era saúde.

Preocupado com os gastos públicos, o governo Dutra buscava coordenar as despesas em programas de saúde, alimentação, transportes e energia. No setor de saúde, o objetivo era desenvolver campanhas contra a malária, verminoses, lepra, febre amarela, entre outras. Desenvolver programas de assistência médico-hospitalar, sanitária e de higiene e segurança do trabalho, além da produção de remédios. No entanto, o Plano foi abandonado em 1952, pois, como no tempo de Capanema, para seu atendimento eram necessários vultosos recursos públicos. (CASALECCHI, 2002, p. 20-22)

No governo Dutra foi aprovada a Lei nº9.070 que, na prática, proibia a realização de greves. Entretanto mesmo havendo repressão mais ou menos velada aos movimentos grevistas, as organizações operárias ressurgiram. A greve dos 300 mil trabalhadores em 1953, em São Paulo, foi marcante no ressurgimento das lutas sindicais no país. O movimento iniciou nas indústrias do setor têxtil, estendeu-se rapidamente para outras categorias profissionais, tendo como reivindicações, aumento salarial e melhorias das condições de trabalho. Entre os resultados mais significativos do movimento grevista estão o aumento salarial de 32% sobre os

---

<sup>57</sup> Sigla que identificava os objetivos do plano: Saúde, Alimentação, Transporte e Energia.

salários de 1952, a derrubada da Lei nº9.070 e o aumento de 100% do salário mínimo, decretado no ano seguinte. (MOISÉS, 1978)

Nos anos 50, tem início a organização dos serviços de medicina do trabalho e Comissões de Prevenção de Acidentes (CIPAs) em grandes indústrias, em empresas estatais e multinacionais. Assim, os médicos das indústrias e das empresas passam a ser os “grandes atores” da medicina e da saúde do trabalhador no Brasil. Isso, devido um convênio assinado entre o Serviço Social da Indústria (SESI) de São Paulo, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e uma Missão Técnica do Governo dos Estados Unidos, que resultou em equipamentos e mão-de-obra especializada para o Serviço de Higiene e Segurança Industrial do SESI. No governo de Juscelino Kubitschek, inicia-se um período de maior abertura ao capital estrangeiro e, por conseqüência, há um aumento das multinacionais, muitas delas adotam práticas prevencionistas, implantando equipamentos, normas de segurança e de saúde no trabalho e contratando profissionais especializados (médicos do trabalho, engenheiros em segurança do trabalho). (ALMEIDA, 2004, p. 215-216) É a implementação de uma política empresarial que associa maior segurança com maior produtividade.

Em agosto de 1960 é promulgada a Lei 3.807, denominada Lei Orgânica da Previdência Social, que estabeleceu a unificação geral da previdência social, abrangendo todos os trabalhadores sujeitos ao regime da CLT, excluídos os trabalhadores rurais, os empregados domésticos e, naturalmente, os servidores públicos e de autarquias que tivessem regimes próprios de previdência. (Cf.: MERCADANTE, 2002)

Com o golpe militar em 1964, que fez ruir o sistema político e partidário que se implementava desde meados de 1940, transformações relacionadas à vida cotidiana do trabalhador e aos acidentes de trabalho ganharam novos rumos em meio ao conjunto de alteração que foi imposto à vida nacional: mudanças nas regras da vida política (com os Atos Institucionais e o fim da pluralidade partidária), a censura, a intervenção ou vigilância nos sindicatos e a aprovação de uma lei de greve que dificultava ao máximo a greve legal. Quanto à segurança do trabalho, “a consolidação da política de prevenção nos governos militares ocorre com a criação da FUNDACENTRO, através da Lei nº5.161, de 21.10.66.” (MACHADO, 2001, p. 61).

## A FUNDACENTRO é:

uma pessoa jurídica de direito privado, que tem por objetivo principal e genérico realizar estudos e pesquisas relacionadas com problemas de segurança, higiene e medicina do trabalho, no seu mais amplo sentido e, em especial, desenvolver programas de treinamento de pessoal técnico para solução desses problemas. Instituída [...] com a denominação de Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, passou a denominar-se, de acordo com a Lei nº6.618 de 16 de dezembro de 1978, Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho. (SOUNIS, 1991, p. 17).

Antes mesmo do 31 de março, durante o Congresso Americano de Medicina do Trabalho, realizado durante o mês março de 1964 em São Paulo, foi apresentada a idéia de criação de uma instituição voltada para o estudo e pesquisa das condições dos ambientes de trabalho. Com a participação de todos os agentes sociais envolvidos na questão, a preocupação foi motivada pelos altos índices de acidentes e doenças do trabalho, índices apontados por estatísticas oficiais e estudos particulares. Em 1966, durante o Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes, também realizado em São Paulo, foi oficializada a criação da FUNDACENTRO, sendo a cidade de São Paulo escolhida como sede da nova instituição, em função do porte de seu parque industrial. Com a vinculação, em 1974, da entidade ao Ministério do Trabalho (MTb), cresceram as atribuições e atividades<sup>58</sup> da instituição, para tanto foi implantado um Centro Técnico Nacional, cuja construção foi concluída em 1983. Durante o regime militar e os anos seguintes as atividades e efetiva autonomia da FUNDACENTRO variaram de acordo com a política geral do governo federal. (FUNDACENTRO, 2007)

No início do século XXI, a FUNDACENTRO está presente em todo País por meio de suas unidades descentralizadas, distribuídas no Distrito Federal e em 11 Estados, entre eles o Paraná. Atuando de acordo com os princípios do tripartismo, a entidade tem no Conselho Curador sua instância máxima. Nele estão representados, além do governo, os trabalhadores e empresários, por meio de suas organizações de classe. A FUNDACENTRO é designada como centro colaborador da Organização Mundial da Saúde (OMS), é colaboradora da Organização

---

<sup>58</sup> Realizar estudos e pesquisas sobre as condições do trabalho e do trabalhador; realizar estudos, testes e pesquisas relacionados com a avaliação e controle de medidas e métodos, e de equipamentos de proteção coletiva e individual; desenvolver e executar programas educacionais relacionados com segurança, higiene e medicina do trabalho; prestar apoio técnico e orientação aos órgãos responsáveis pela política nacional de segurança, higiene e medicina do trabalho. (FUNDACENTRO, 2007)

Internacional do Trabalho (OIT), mantém intercâmbio com países das três Américas, da Europa, além do Japão e da Austrália. Suas ações envolvem desde trabalhos na área de educação até o desenvolvimento de projetos de sistemas de gestão ambiental. (FUNDACENTRO, 2007)

Mas não foi apenas a FUNDACENTRO que resultou de mudanças implementadas a partir de 1964 na área da saúde do trabalhador. Com uma nova constituição, aprovada por um Congresso convocado extraordinariamente em 1967, o governo federal passou a dispor de poderes que seriam ampliados nos anos seguintes. Neste contexto, ainda em 1967, foram decretadas duas leis acidentárias: o Decreto-lei nº293 de fevereiro e a Lei nº5.136 de 14 de setembro. O Decreto-lei nº293 estabeleceu a primazia do seguro de acidentes privado, mas admitiu que o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que unificou o sistema previdenciário nacional a partir de 2 de janeiro de 1967, continuasse também a operar na área, em regime de concorrência. Instituiu para o caso de morte e incapacidade total e permanente, uma renda mensal em benefício do acidentado ou seus dependentes. O Decreto-lei nº293 teve uma curta duração, sendo substituído pela Lei nº5.316, que estabeleceu a integração gradual do seguro de acidentes do trabalho à Previdência Social. (MAGANO, 1976, p. 26) Pela nova Lei, o Estado além de regular os conflitos distribuiria os benefícios sociais. Para Cohn et al.:

O empregador se exime de qualquer responsabilidade quanto ao acidente do trabalho, cabendo ao acidentado o ônus da lesão física definitiva, parcial ou temporária e ao Estado o dever de ampará-lo temporária ou definitivamente através de auxílio-aposentadoria ou pecúlio. Em caso de morte, os dependentes da vítima têm direito à pensão. (1985, p. 142, 143).

O número de acidentes entre 1968 e 1969 sobe de 450 mil para 1 milhão. A partir de 1969, com o “fechamento” ainda maior do regime instalado em 1964, a política relativa à previdência sofre alterações relacionadas a assistência aos trabalhadores, fortalecendo, paralelamente, a intervenção do Estado entre estes, controlando-os, indiretamente, ainda mais. Foram aprovados em 1969: o Decreto nº564 de 1º de maio, que estendeu a previdência social a empregados não abrangidos pelo sistema geral da Lei nº3.807 de 1960, e que distribuiu o custeio da previdência entre os segurados, as empresas e a União. Com a finalidade de reestruturar o custeio dos benefícios e serviços decorrentes de acidente do trabalho, foi aprovado o Decreto nº64.787 de 7 de julho. O Decreto-lei nº893 de 26 de

setembro estabeleceu novas normas processuais na questão do acidente do trabalho. O estabelecimento do procedimento administrativo para concessão dos benefícios decorrentes de acidentes do trabalho, entrou em vigor através do Decreto nº71.037 de agosto. (COHN, et al., 1985; SAAD, 1988)

Entre 1970 e 1973, com a política econômica do chamado “milagre brasileiro”, coordenada pelo então Ministro da Fazenda Delfim Neto, houve uma maciça entrada de capital estrangeiro no país, motivada por um sistema de incentivos fiscais e através de empréstimos do governo brasileiro junto aos órgãos financeiros internacionais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), para a realização de obras que deveriam favorecer o desenvolvimento e modernização do setor industrial e, também do meio rural brasileiro. Entre os setores que mais foram beneficiados estavam o setor automobilístico, de eletrodomésticos e as indústrias de transformação. Paralelamente, a tentativa de controlar a inflação que, em tese, tinha como causa fundamental a grande quantidade de dinheiro circulando entre a população e fazia aumentar o preço dos produtos, uma rígida política de controle de salários foi implementada com o apoio do governo federal, o que fez uma parte da classe média ter seu nível de vida achatado. (SINGER, 1974; ROETT, 1978) Foi nesse momento de crescimento e idealização de um desenvolvimento geral para o país, que foi aprovada a Lei nº5.889, em 8 de junho de 1973, que tornava obrigatória a utilização de normas de Segurança e Medicina do Trabalho na área rural.<sup>59</sup>

A partir de 1974, com a crise mundial gerada pela alta do preço do petróleo, os resultados negativos do grande endividamento do Estado (empréstimos realizados pela União nos anos anteriores) e com a persistente alta da inflação, houve o aumento de impostos diretos (como a alíquota do imposto de renda retido na fonte) e indiretos (como de telefone, luz, etc.) na tentativa de solucionar os problemas econômicos; paralelamente, a tensão social cresceu. Reprimidas de maneira violenta desde final dos anos 1960, as manifestações populares contra o governo nacional (que resultou inclusive em guerrilha armada), voltaram a pressionar por mudanças, mobilizando diversos setores organizados da sociedade, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), parte significativa da Igreja Católica e a União Nacional dos Estudantes (UNE). (KRISCHKE, 1982; RIDENTI, 1993)

---

<sup>59</sup> Cf.: NRs, 2007.



A segunda metade da década de 1970 foi marcada pelo fim do “milagre brasileiro”, pela volta das manifestações populares contra a ditadura, pelas greves, pelas derrotas do partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e vitórias do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas urnas. Esse período assiste também a uma elevação significativa dos índices de acidentes do trabalho: em 1970 o total de trabalhadores estimado era de 7.284.022, destes, 1.220.111 foram vítimas de acidentes; em 1975 o número de trabalhadores estimado era de 12.996.796, tendo 1.916.187 sofrido acidente. (ESTATÍSTICAS DE ACIDENTES DE TRABALHO – **Dados estatísticos 1970-1999**, 2007)

Nessa década de transformação econômica acelerada, que fez desmoronar a credibilidade das idéias de um milagroso desenvolvimento nacional, os trabalhadores foram grandes vítimas, inclusive no quesito saúde e segurança no trabalho. A partir de meados dos anos 1970, em meio à crise anunciada, quatro leis e um decreto acidentário foram aprovados:

- Lei nº6.195 de dezembro de 1974, o seguro de acidentes do trabalho rural fica a cargo do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL);
- Decreto nº77.077 de 24 de janeiro de 1976, consolidou as leis da Previdência Social, várias vezes alteradas, formalizando a inserção do acidente do trabalho na área do direito previdenciário;
- Lei nº6.367 de 19 de outubro de 1976, alterou a Lei nº5.316/67, restringindo a cobertura das doenças profissionais, pois somente aquelas que constassem da relação, organizada pelo Ministério da Previdência Social (MPS), seriam consideradas acidentárias. A Lei nº6.367 declara que o custeio das prestações por acidentes do trabalho cabe ao Estado e ao segurado, sendo que a tarifa paga pelo empregador, conforme faixas preestabelecidas, conta com uma complementação de recursos. O trabalhador é obrigado ao contrato compulsório do seguro e, quando se acidenta e não morre, recebe uma compensação monetária inferior ao salário que recebia;<sup>60</sup>
- Lei nº6.439, de 1º de setembro de 1977, criou autarquias vinculadas ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), do Instituto Nacional

---

<sup>60</sup> Auxílio-doença: valor igual a 92% do salário de contribuição do empregado. (Cf.: BRASIL. **Lei nº6.367/76**, 1976)

de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS); Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS);

- Lei nº6.514, de 22 de dezembro de 1977, alterou a redação dos artigos 154 a 201 da CLT, obrigando a adoção de medidas de prevenção pelas empresas. Sua regulamentação aconteceu somente em 1978, pela Portaria nº3.214, de 08 de junho de 1978, que organizou as Normas Regulamentadoras (NRs). (COHN, et al., 1985; MACHADO, 2001) Foram aprovadas 28 NRs relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, fixando regras para normatização e fiscalização.<sup>61</sup>

Significativamente, diversos jornais da imprensa do maior centro industrial do país, a cidade de São Paulo, publicam artigos na década de 1970, nos quais as causas dos acidentes do trabalho eram tratadas segundo a visão dos empresários, atribuindo a responsabilidade pelo acidente ao próprio trabalhador pela sua falta de atenção. Época de censura e repressão, especialmente na primeira metade do período, nos anos 1970 poucos foram os que se dedicaram a discutir publicamente a questão dos acidentes com efetiva determinação de procurar elucidar o problema e não simplesmente apontar culpados – fossem eles quais fossem. Entre aqueles que buscaram uma nova perspectiva estavam muitos técnicos em segurança do trabalho e pesquisadores do tema (entre eles sociólogos e assistentes sociais) que relacionavam os acidentes à falta de condições de segurança no ambiente de trabalho, ausência de fiscalização eficaz, além da falta de participação dos sindicatos na questão da prevenção. (COHN et al., 1985, p. 18)

Foi em 1971, que a Liga Brasileira Contra os Acidentes de Trabalho, criada pelo médico Raimundo Estrela, publicou o livro **As doenças dos trabalhadores**,<sup>62</sup> tradução da obra de Bernardino Ramazzini, em explícita tentativa de divulgar informações sobre como várias profissões podiam afetar a saúde dos trabalhadores e, assim, mobilizar atenções para o tema. Obra escrita na Itália em outra época

---

<sup>61</sup> Até dezembro de 2007 eram 33 NRs. A segurança do trabalho rural tem regulamentação específica através da Lei nº 5.889, de 5 de junho de 1973, cujas Normas Regulamentadoras Rurais - NRRs - foram aprovadas pela Portaria nº 3.067, de 12 de abril de 1988. A regulamentação do trabalho rural está concentrada em uma Norma Regulamentadora específica, a NR-31, aprovada pela Portaria nº 86 de 3 de março de 2005. (Cf.: NRs, 2007)

<sup>62</sup> O médico Raimundo Estrela traduziu do francês a obra de Bernardino Ramazzini e, depois de esgotada a 1ª edição, cedeu os seus direitos à FUNDACENTRO.

(final do século XVII), o livro não encontrou problemas com a censura então vigente no Brasil.

No período entre 1974 e 1978, o Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho promoveu um Programa de Segurança e Medicina do Trabalho, com objetivo de reduzir os índices de acidentes entre trabalhadores que apresentavam crescimento contínuo, causando prejuízos ao país, empresas e empregados. O então presidente Ernesto Geisel participou dos Congressos Nacionais de Prevenção de Acidentes do Trabalho nos quatro anos do Programa, o que mostra a pretensão do governo de demonstrar para vários setores sociais sua atenção com a questão. (BRASIL, 1979a)

No final da década de 1970, o movimento operário brasileiro emergiu após o impacto promovido pelo golpe militar de 1964. Articulado com ações de outros grupos sociais, como intelectuais, universitários, associações de bairro e comunidades eclesiais de base (organizações católicas, que atuavam notadamente nas periferias das grandes cidades). Os trabalhadores reorganizados em sindicatos cada vez mais autônomos, como o dos Metalúrgicos do ABC paulista, lutaram pela ampliação dos espaços representativos dos interesses da classe trabalhadora. (Cf.: SINGER; BRANT, 1981; SANTANA, 2003) Segundo Ricardo Antunes:

O ressurgimento do movimento sindical e grevista foi o fato mais relevante na conquista da democracia no Brasil. Ao reiniciar o seu movimento, através da reposição dos níveis salariais, que acabou deflagrando as greves de 78-79, a classe operária deu um passo importante, pois, além de fazer “letra morta” da legislação sindical repressiva, iniciou um processo de rompimento das amarras do arrocho salarial. E ao fazer isso, começou a romper também com os pilares da política econômica antipopular instaurada a partir de 64 em nosso país. (ANTUNES, 1981, p. 91).<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> Na década de 1980 houve crescimento vertiginoso do sindicalismo e a contestação social assumiu um caráter de contestação política, canalizada pela perspectiva socialista do Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1981 a partir de base sindical, mas que aglutinou parcela significativa da intelectualidade brasileira. Período de relativa distensão política e de índices elevados de inflação, esse foi um tempo em que os sindicatos buscaram recompor a perda salarial contínua através de greves periódicas, que demonstraram a ascensão dos trabalhadores organizados do ABC paulista, a região industrial mais importante do país, que tinha nas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano seus pólos mais significativos. A greve que realizaram em 1978 abriu caminho para diversas outras paralisações, inclusive por melhores condições de trabalho (incluindo aí questões relacionadas à saúde), que contribuíram para a mobilização dos trabalhadores em outras regiões do país. (ALVES, [200-], p. 4; SANTANA, [200]) Com o ressurgimento do movimento sindical, foi criado em 1980 o Departamento Intersindical de Estudos de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT), entidade que nos anos seguintes marcará presença nas campanhas contra os acidentes de trabalho e por melhores condições de trabalho e saúde. (Cf.: DIESAT, 2007)

No início dos anos 1980, a abertura política, que começou a ser articulada durante o governo de Ernesto Geisel, ganhou impulso decisivo e foi pontuada por vários episódios marcantes: da bomba que explodiu em show de 1º de maio no Rio Centro (que apontava para uma ação frustrada de militares contra pessoas que pretendiam a redemocratização do país) à fala do general-presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo que jurou “fazer desse país uma democracia”.

Crise econômica e pressão popular, na metade da década de 1980 o Brasil tem seu primeiro presidente civil eleito desde o início dos anos 1960. A eleição de Tancredo Neves, ainda que indiretamente, pelo Congresso, e as transformações executadas a partir do governo de José Sarney (eleito vice-presidente, substituto do presidente devido seu falecimento) foram o resultado de um processo marcado por lutas e barganhas políticas que, pouco a pouco, resultaram em transformações políticas que devolveram aos brasileiros o direito de escolher seus governantes. (ALVES, 1985) Nesse período é aprovado o Decreto nº89.312 de janeiro de 1984, pelo qual é expedida nova edição da Consolidação das Leis da Previdência Social (CLPS), que reunia a legislação referente à previdência social urbana. Essa consolidação substituiu a expedida com o Decreto nº77.077, de 24 de janeiro de 1976, que ficou revogada. (Cf.: MERCADANTE, 2002)

No final da década de 1980 com a promulgação de uma nova Constituição em 1988, novas mudanças aconteceram em relação à questão dos acidentes do trabalho. Pela Constituição de 1988, o grau de culpa do empregador não mais importa, porque ele sempre responderá pelo dano causado ao trabalhador: é a chamada responsabilidade subjetiva. Para a Previdência Social coube a responsabilidade objetiva: realizar a indenização previdenciária independente da existência de culpa. A Constituição determinou como direito dos trabalhadores a redução dos riscos próprios do trabalho, através da efetivação de normas de saúde, higiene e segurança. Esta determinação constitucional, mesmo de eficácia questionada, demonstra a conquista, explicitada na lei magna da nação, de anos de lutas por melhores condições de trabalho de muitos homens e mulheres que labutaram em diferentes ocupações, e também das pessoas que perceberam quanto o acidente de trabalho e problemas de saúde do trabalhador eram danosos, não apenas para as vítimas, mas para a própria produção e o país. A determinação da

“responsabilidade subjetiva” representou desta forma, transformação ímpar na abordagem da questão acidentária brasileira.

Em meio ao processo do retorno pleno da democracia ao Brasil, que incluiu até o *impeachment* de Fernando Collor, o primeiro presidente eleito diretamente pela população pós ditadura militar, as Leis nº8.212 e nº8.213, ambas de 1991, regulamentadas pelos Decretos nº612 e 613 de 1992 e, posteriormente pelo Decreto nº3.048 de 2000, trouxeram nova definição de acidente do trabalho.<sup>64</sup>

Considera-se acidente do trabalho aquele decorrente do exercício de trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 da Lei nº8.213/91, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. (SANTOS, 2000, p. 15).

As leis acidentárias brasileiras sofreram alterações e complementações durante todo o século XX. As primeiras leis buscavam a reparação, através de indenizações, aos acidentados. Aos poucos, de acordo com a aplicação, muitas leis eram consideradas por sindicatos, governos e até patrões, como ineficientes, sendo então alteradas ou substituídas. Mesmo alguns estudiosos da área de direito trabalhista afirmando que “o caráter autoritário em que se moldou o sistema legislativo brasileiro contempla pequena participação dos trabalhadores, os maiores interessados na prevenção dos riscos do trabalho” (MACHADO, 2001, p. 95); é impossível descartarmos ações sociais e políticas (dos operários, de sindicatos e de diversos grupos populares) que, de longa data, lutam direta e indiretamente pelo direito dos cidadãos e pelo direito a um trabalho seguro. Ações que se tornaram mais explícitas a partir do final dos anos 1970.

Refazendo o caminho nos termos do direito, desde o campo da responsabilidade civil até o seguro social, conclui-se: os primeiros fundamentos jurídicos da indenização pelos acidentes do trabalho eram alicerçados de acordo com a concepção civilista, na *Culpa Extracontratual* ou *Aquiliana*, pois exigia prova pelo empregado de culpa do patrão. No Brasil, a jurisprudência dos tribunais se manteve apegada à teoria da culpa, até a primeira lei acidentária de 1919. (MAGANO, 1976, p. 6) Como ficava difícil provar a culpa em muitos dos casos, a

<sup>64</sup> Na década de 1990, os setores hegemônicos das Centrais Sindicais buscaram negociar a reestruturação produtiva e as perdas dos direitos dos trabalhadores, o que significa que da “década neoliberal” emergiu um novo sindicalismo, que busca mais a negociação, em contraste com aquele da década de 1980. (ALVES, [200-], p. 7)

ineficácia (denunciada jurídica e socialmente de várias formas) desta teoria tornou necessária a elaboração de outra, a *Teoria Contratual*.

Com a *Teoria Contratual*, o empregador através do contrato de trabalho ficava obrigado a proteger o trabalhador, entretanto a teoria não trouxe mudanças significativas, pois não estendia aos infortúnios derivados de caso fortuito (acontecimento interno, irresistível e que não emana de culpa do devedor, mas decorre de circunstâncias ligadas a sua pessoa ou sua empresa) e força maior (acontecimento relacionado a fatos externos, independentes da vontade humana, que impedem o cumprimento das obrigações) e assim deixava sem proteção a maior parte dos acidentes. (Ibidem, p. 7) Situação que foi parcialmente modificada, com a elaboração da *Teoria de Responsabilidade Objetiva*, que assegurava que todo dano causado por um objeto deve ser de responsabilidade do proprietário do mesmo. Neste caso, o acidente do trabalho abrangia os casos fortuitos, mas os acidentes derivados de culpa do trabalhador não eram assegurados.

A necessidade de uma teoria que incluísse os acidentes causados por culpa do empregado, fez com que fosse elaborada outra teoria. A *Teoria do Risco Profissional*, determinava que o patrão seria responsabilizado pelo acidente do trabalho, independente de culpa. A obrigação de indenização se impôs amplamente, limitou-se então o montante da indenização. “A legislação brasileira acidentária, desde 1919, teve por base a teoria do risco profissional.” (SAAD, 1988, p. 47).

Depois da organização centralizadora da Previdência Social, em 1967, o acidente do trabalho foi equiparado aos demais riscos sociais cobertos pela Previdência. Foi então elaborada a *Teoria do Seguro Social*, pois com a cobertura do acidente do trabalho feita pela Previdência, o trabalhador tem assegurado o recebimento de prestação que se mantém enquanto perdura sua incapacidade para o trabalho. (MAGANO, 1976, p. 12)

Do campo da responsabilidade civil até o seguro social, as teorias sobre o fundamento das reparações por acidentes do trabalho representam tema amplo, com várias normas, leis e decretos complementares que procuram garantir a proteção do trabalhador no exercício do seu trabalho ou a serviço da empresa. No entanto em pleno século XXI, depois de traçado um rápido panorama legislativo sobre o tema durante o século XX, é visível o quanto o número de acidentes do trabalho é grande no Brasil. Segundo dados da própria Previdência Social, em 2005, ano em que o país contava com pouco mais de 40 milhões de trabalhadores formais, o total de

acidentes chegou a 491.711, sendo 2.708 óbitos, números significativos mesmo levando em consideração que não correspondem ao total real de acidentes, pois muitos não são comunicados ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ou são registrados de forma incorreta<sup>65</sup>. Além disso, não existem dados que contemplem a situação de acidentes e doenças do trabalho de todos os trabalhadores brasileiros, incluindo os que se encontram na informalidade, os trabalhadores domésticos, os servidores públicos e outros. (CNST, 3., 2005)

De acordo com a estatística e demógrafa, Bernadette Cunha Waldvogel:

Embora a consequência mais grave dos acidentes do trabalho seja a morte do trabalhador, nem todos os casos fatais chegam ao conhecimento das autoridades competentes. Isso ocorre ou pela falta de tradição dos profissionais da saúde em notificar as ocorrências associadas às atividades laborais, ou pela omissão das empresas em notificar esses eventos, apesar de serem de notificação obrigatória. Assim, a grande dificuldade nos estudos relativos à mortalidade por acidentes do trabalho é a inexistência de uma base de dados completa e detalhada sobre os casos fatais. (2003, p. 42).

Estudos recentes mostram que as estatísticas divulgadas revelam menos de um terço dos óbitos causados por acidentes do trabalho, isso se deve à forma como são preenchidas as Declarações de Óbito, pois muitas não têm preenchido o campo específico para morte por acidente do trabalho, o que resulta em informação não fornecida ou feita de maneira incorreta. Podemos observar alguns casos de sub-registros de óbitos por acidentes do trabalho no quadro elaborado por Vilma Santana, Letícia Nobre e Bernadete Cunha Waldvogel:

---

<sup>65</sup> O total de acidentes é referente às comunicações de acidentes do trabalho (CAT) e leva em consideração a seguinte classificação: **Acidente típico** - acidente decorrente da característica da atividade profissional desempenhada pelo acidentado; **Acidente de trajeto** - acidente ocorrido no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado, e vice-versa; e, **Doença profissional ou do trabalho** - entende-se por doença profissional aquela produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinado ramo de atividade constante do Anexo II do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº3.048, de 6 de maio de 1999; e por doença do trabalho, aquela adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, desde que constante do Anexo citado anteriormente. (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2007, grifo do autor)

Resumo dos achados de estudos sobre sub-registros de óbitos por acidentes de trabalho realizados no Brasil, entre 1994–2004.

| Estudo                         | Local / Período de tempo coberto                         | Fonte dados / comparações   | Resultados  |
|--------------------------------|--|---|---|
| Oliveira & Mendes, 1997        | Porto Alegre, RS<br>abril de 1992<br>a março de 1993     | Dedarações de Óbito, DO, por causas externas foram comparadas com dados de entrevistas domiciliares.  | Sub-registro das DO de 81,9% dos óbitos por acidente de trabalho.<br><br>20% das DO apresentavam o campo para registro de acidente de trabalho com a palavra ignorado, e os demais se encontravam em branco |
| Lee, 1999                      | Curitiba, PR<br>1998                                     | DO por causas externas foram comparadas com registros de CAT obtidas na Previdência Social.   | Sub-registro das DO foi de 76% de em comparação com as CAT e, entre estas, 24% dos óbitos não foram registrados nas DO.   |
| Carneiro, 2000                 | 13 delegacias da Zona Norte de São Paulo, 1998           | Boletins de Ocorrência (BO) das delegacias de polícia foram comparadas com DO, CAT e prontuários hospitalares.                                | Sub-registro de 67,7% das DO quando considerados os dados de BO, e 56,6% em relação à CAT (não há informação se foram considerados apenas os segurados).  |
| Waldvogel, 2002                | São Paulo (capital e interior)<br>1991-1992<br>1997-1999 | DO e registros do INSS.   | Sub-registro de 39,8% das DO, e de 39,0% nos dados do INSS (1991 e 1992).<br><br>Sub-registro de 40,3% das DO, e de 45,2% nos dados do INSS (1997 e 1999).  |
| Pepe, 2002                     | Município Rio de Janeiro, 1997                           | Registros de ocorrência policial de delegacias de polícia e DO.   | Sub-registro de 71,1% considerando 204 casos dos quais apenas 59 foram identificados pela DO.   |
| Souza, 2003                    | Bahia, 1998  | DO/ análise da qualidade do preenchimento.  | 97,3% das DO relativas a causas externas não apresentavam registro do campo específico para acidente de trabalho.   |
| Correa & Assunção, 2003        | Belo Horizonte, MG                                       | DO e registros do INSS.   | 72,0% das DO em relação ao total de casos identificados com BO, DO e INSS. 60,9% de sub-registro em comparação com os dados do INSS.  |
| Henington <i>et al.</i> , 2004 | Campinas, SP<br><br>Junho 1999<br>a maio 2000            | Dedarações de Óbito, DO, por causas externas foram comparadas com dados de entrevistas domiciliares restrita a homens de 15-64 anos de idade. | Sub-registro de 27% das DO em Campinas e 83,4% para o estado de São Paulo.<br><br>Nenhum caso de acidente de trabalho apresentava registro no campo próprio da DO.  |

TABELA - Acidentes de trabalho no Brasil entre 1994 e 2004: uma revisão. (SANTANA; NOBRE; WALDVOGEL, 2005, p. 846).

Segundo Anamaria Arouca (1984, p. 108), pesquisas feitas em São Paulo ainda em meados dos anos 1970 já atribuíam a causa da maioria dos acidentes do trabalho aos chamados “atos inseguros”, ou seja, à “falta de cuidado” ou “desobediência a normas técnicas de segurança”, freqüentemente associadas as “condições inseguras”, que seriam decorrentes das circunstâncias externas ao meio onde se realizava o trabalho e, portanto, não seriam responsabilidade das empresas, das técnicas utilizadas e das condições dos locais de trabalho.



O processo de precarização do mercado e das condições de trabalho desde o final dos anos 1980, resultado de anos de política econômico-financeira desastrosa, trouxe como consequência um impacto no perfil acidentário de trabalhadores: mesmo sem mudanças legais, percebemos a transferência ‘informal’ da responsabilidade pelas condições de trabalho e dos riscos inerentes ao processo produtivo para o próprio trabalhador. (HENNINGTON, 2006, p. 873) Neste contexto, em que o medo de perder o emprego é grande, vislumbramos o quanto leis e normas são resultado de demandas sociais complexas (THOMPSON, 1987a), que também fazem com que estas ordenações acabem burladas ou modificadas pela dinâmica da sociedade, por vezes parecendo retroceder no tempo ou fazendo com que atribuições de responsabilidades mudem de foco. Através do depoimento abaixo, podemos observar como os próprios trabalhadores atribuem a eles a culpa pelo acidente do trabalho, mesmo quando este foi causado por condições inseguras:

Eu trabalhava numa metalúrgica como prensista. Cortava chapas. Não foi na prensa que me acidentei. Caiu uma caixa de 50 kg no meu joelho. Fui operado, colocaram uma chapa de platina, mas dói muito. Acho que se não tivesse operado e fizesse só “físico” fosse melhor. O acidente ocorreu às 4:30 horas da tarde. Me lembro que fazia muito calor dentro da fábrica. Tinha terminado o meu lote de chapas cortadas, enchi a caixa com o material e estava transportando para outro lado. A gente tinha que carregar no braço mesmo, pois não tinha carreta. Acho que a fábrica não tinha carreta porque ela não passaria entre as máquinas, o espaço era muito apertado. Depois o chão sempre estava cheio de pedaços de ferro. Quando estava carregando a caixa, pisei num pedaço de ferro roliço e escorreguei. Não estava cansado, pode ter sido mau jeito, pois na pressa a gente fica meio encurvado o tempo todo. (COHN et al., 1985, p. 108).

As condições perigosas relatadas pelo trabalhador no depoimento (falta de carreta e pouco espaço entre as máquinas) fogem do seu controle. Existem normas que regem as condições físicas do local de trabalho<sup>66</sup>, mas que muitos empresários não cumprem. Além disso, é notório que vários casos de acidentes ocorrem pelo não uso de equipamentos de proteção individual (EPI), que por vezes são padronizados, pouco adaptáveis à diversidade física dos trabalhadores, causando desconforto. É possível perguntar: se as condições do ambiente de trabalho e os dispositivos das máquinas estivessem dentro das normas, e se os trabalhadores fossem devidamente treinados, orientados e fizessem uso de equipamentos de proteção individual que lhes são fornecidos, o número de acidentes, bem como a

<sup>66</sup> Normas Regulamentadoras: 9, 12, 15 e 16. In: NRs, 2007.

gravidade deles, diminuiria? Diminuiria sim, pelo menos o número daqueles mais presentes nas estatísticas brasileiras.

Nos primeiros anos do século XXI, depois de várias campanhas de prevenção de acidentes que enfocavam prioritariamente ora um ou ora outro aspecto da questão acidentária, assistimos a busca da realização de uma política de prevenção de acidentes do trabalho articulada, pelas relações de cooperação entre governo-empresa-homem, cada um participando com responsabilidade nas ações de prevenção: o governo deve disciplinar, fiscalizar e punir; o empresário deve oferecer condições de segurança e higiene em conformidade com a lei; o homem deve cumprir suas tarefas produtivas obedecendo aos preceitos de ordem e segurança no trabalho. (AROUCA, 1984, p. 110)

Se considerarmos o sentimento de culpa pelo acidente, que ainda persiste entre trabalhadores acidentados, e a série de problemas para o trabalhador que o acidente desencadeia (rejeição, discriminação, falta ou precariedade de atendimento médico-hospitalar, desequilíbrio familiar, ruptura profissional, redução do nível salarial em caso de afastamento, etc.), é possível vislumbrar o quanto a educação, em diferentes níveis, apontando direitos e deveres, é importante. Entretanto, nesse universo múltiplo, a prevenção educativa de acidentes, é ainda apenas voltada para o trabalhador, o que, mesmo indiretamente, atribui a este a responsabilidade última por sua segurança e saúde. Vejamos alguns exemplos de materiais utilizados em campanhas educativas:



SENAI. **Noções Básicas de Segurança e Medicina do Trabalho** - NBSMT: caderno do instrutor. Rio de Janeiro, 1987, páginas sem numeração.

A ilustração mostra vítimas fatais de acidentes num diálogo em que cada um se culpa pelo acidente que o vitimou, situação freqüente entre trabalhadores que sofrem algum tipo de acidente no ambiente de trabalho. (Cf.: BORSOI, 2005) A frase na parte inferior da ilustração, “Desculpas não justificam acidentes!”, coloca a questão da prevenção do acidente nos atos dos trabalhadores, como se eles fossem sempre os responsáveis pelos acidentes. Como lembra Izabel Cristina Borsoi (2005, p. 24), há também os casos em que o acidente é considerado intervenção de Deus, ou do destino, embora muitas vezes os trabalhadores reconheçam que determinadas condições de vida e trabalho sejam fundamentais para proteger sua saúde. Quando o trabalhador aceita receber adicionais de insalubridade e periculosidade, sem que as condições de trabalho sejam melhoradas, ele acaba de forma consciente ou não trocando sua saúde por dinheiro, embora esses adicionais sejam conquistas dos próprios trabalhadores é necessário que estes lutem para assegurar que o trabalho não lhes represente perigo. Vale ainda ressaltar como alerta a frase do relatório da 1ª CNST, de 1986: “no Brasil, é criado um exército industrial de reserva que torna o trabalhador em simples peça de reposição, o que explica o descaso para com a sua saúde.” (CNST, 1., 1986, p. 9).

**NÃO OS FAÇA  
SOFRER...**



**EVITE ACIDENTES!**

**MTb/SSMT/DRT**

Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes  
do Trabalho **CANPAT**

**FÓRMULA PARA VIVER 100 ANOS:  
PROTEGER-SE BEM**



Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do  
Trabalho **CANPAT - MTb/SSMT/DRT**

Campanha Nacional de Acidentes do Trabalho (CANPAT) – Ministério do Trabalho, 1978. (BRASIL, Ministério do Trabalho, 1979, p. 74-75.)

Os cartazes utilizados na Campanha Nacional de Acidentes do Trabalho de 1978 são significativos. O primeiro cartaz mostra o desenho de uma mulher e uma criança. No desenho aparece apenas o contorno do rosto e dos cabelos, como se representasse a mulher e o filho de qualquer trabalhador. As lágrimas no rosto de cada um aparecem em destaque, desproporcionais para o tamanho dos rostos, demonstrando a tristeza causada pelo sofrimento da perda do marido-pai. O cartaz tem apelo emocional e a frase “Não os faça sofrer...” induz o trabalhador a pensar que ele é o culpado não só pelos acidentes, mas pelo sofrimento terrível daqueles que o amam.

O segundo cartaz tem até certo humor e mostra uma tartaruga, animal que tem uma vida longa, utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs): óculos, capacetes, calçados apropriados, avental e luvas; como se esses equipamentos pudessem prolongar a vida do trabalhador. A frase “Fórmula para viver 100 anos: proteger-se bem”, demonstra uma supervalorização do uso dos EPIs. Os EPIs são importantes, mas nem sempre são suficientes para evitar muitos dos acidentes. Mais eficiente que a proteção individual é a eliminação ou redução a

níveis mínimos dos riscos ambientais que causam desconforto ou perigo à saúde do trabalhador em seu ambiente de trabalho (BERLINGER, 1983), tais como proteção de partes de máquinas que podem causar acidentes e construção de andaimes de acordo com as normas estabelecidas pela legislação<sup>67</sup>; para isso é necessário em primeiro lugar que as empresas tenham profissionais capacitados para mapear os riscos e propor soluções, além do cumprimento da legislação. (BARCELOS, 1998) Para Leny Sato (2002, p. 1148-1149), a prevenção dos agravos à saúde do trabalhador deve acontecer com o replanejamento do trabalho, através de negociações cotidianas “no chão de fábrica.”

A depender da forma como o processo de trabalho é organizado, o cotidiano no local de trabalho é configurado por contextos nos quais os modos de se trabalhar, de se relacionar, de lidar com o tempo, com o espaço e com os equipamentos são sabidamente danosos à saúde. A prevenção dos problemas de saúde que encontraria maior grau de resolução seria o replanejamento da organização do processo de trabalho [...]. (GARDELL<sup>68</sup> 1982; SPINK<sup>69</sup>, 1991, apud SATO, 2002, p. 1148).

No Caderno do Professor, do Programa Futuro Trabalhador, (BRASIL, 2002a, p. 55-77), o tema segurança e saúde do trabalhador é destaque. O texto explora os perigos em casa, perigos na rua e no lazer, perigos na escola, riscos no trabalho (dentro deste item há alguns tipos de acidentes mais freqüentes no meio rural, tais como, acidentes com tratores e máquinas agrícolas, com ferramentas, animais peçonhentos e pelo uso de substâncias químicas), aspectos legais dos acidentes e doenças ocupacionais, prevenção dos acidentes e doenças ocupacionais, riscos em algumas profissões, proteção coletiva e individual. No entanto, no Caderno do Aluno na parte correspondente (BRASIL, 2002b, p. 37-58), os textos, em forma de tópicos e as figuras ilustrativas, são mais voltados para o trabalho na indústria de transformação e da construção civil. Será por que muitas das crianças que participariam ou participam do Programa serão futuros trabalhadores desses ambientes? A questão é pertinente se considerarmos o caso de São José dos Pinhais, pois a indústria de transformação e a da construção civil

---

<sup>67</sup> NRs 12 e 18. (NRs, 2007)

<sup>68</sup> GARDELL, B. Scandinavian research on stress in working life. **International Journal of Health Services**, n.12, p. 31-41, 1982.

<sup>69</sup> SPINK, P. Saúde mental e trabalho: O bloqueio de uma prática acessível. In: CAMPOS, F.C.B. (Org.). **Psicologia e Saúde – Repensando Práticas**. São Paulo: Editora Hucitec, 1991, p. 91-102.

juntas geraram, no município que possuía 227.994 habitantes, 21.883 empregos só em 2003. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – **Estatística**, 2008)

No texto sobre os motivos que levam ao acidente, do Caderno do Aluno, não há informações sobre as obrigações do empregador em relação ao cumprimento das normas e legislações para a segurança do empregado. O que se pretende fixar são as atitudes do empregado, como mostram as figuras abaixo:

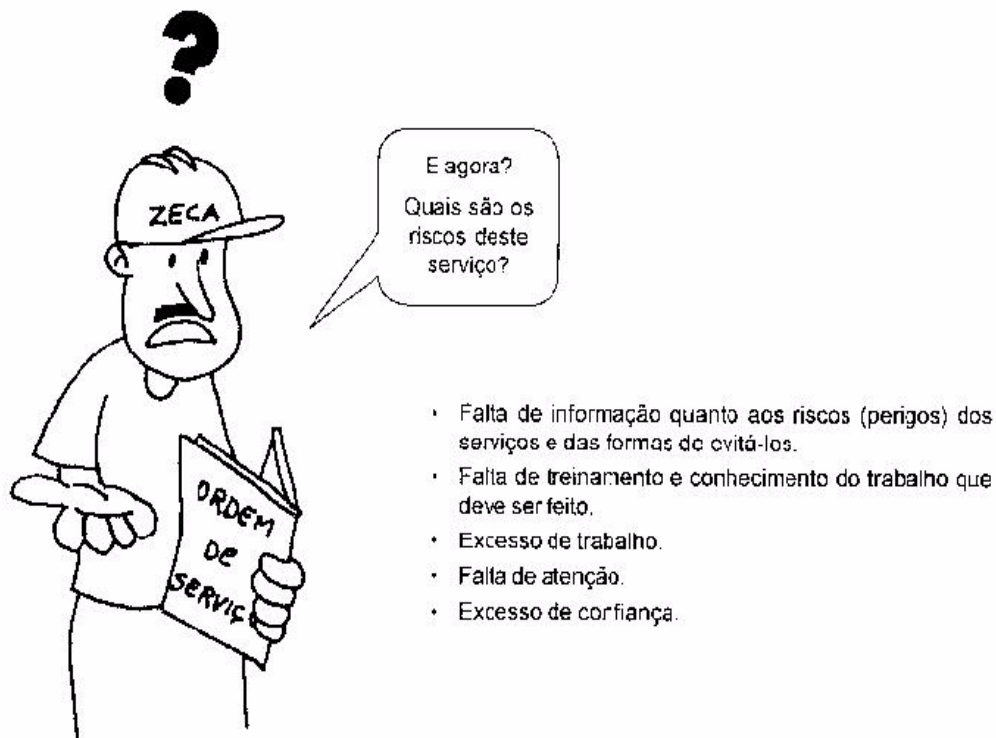
### Por que acontecem acidentes de trabalho?



Tenho de  
conhecer os riscos  
no meu local  
de trabalho para  
não me machucar!

- Máquinas e equipamentos com defeito.
- Falta de organização.
- Falta de limpeza.
- Falta de proteção nas máquinas.
- Falta de uso de equipamentos de proteção coletiva e individual.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 39.



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 39.

Mas não é só no material do Programa Futuro Trabalhador que essa perspectiva pode ser observada.



Campanha prevenção de acidentes SESI/SENAI, 2000 (apud, VILELA, 2004, p. 574).

O cartaz acima, usado na campanha de prevenção de acidentes promovido pelo SESI/SENAI em 2000, mostra a mão do trabalhador sendo prensada por uma

máquina sem proteção. A frase do cabeçalho: “Atenção ao trabalhar com prensa” leva o trabalhador a pensar que ele pode operar a máquina sem proteção desde que preste atenção.

Do final da década de 1970 até os anos 2000, apesar de propostas diferentes para tentar minimizar o número de acidentes no ambiente de trabalho, ainda são poucas as mudanças efetivas. Ao observarmos o cartaz da Campanha do SESI/SENAI de 2000 percebemos que muitas medidas preventivas ainda estão centralizadas na mudança do comportamento dos trabalhadores, reproduzindo o que haviam feito os cartazes da cena familiar e da tartaruga, utilizados na Campanha Nacional de Acidentes do Trabalho de 1978. Desde os anos 1970, a legislação mudou, foram aprovadas novas Normas Regulamentadoras, o acidente do trabalho tem nova definição, entretanto a noção da culpabilidade do trabalhador pelo acidente permanece arraigada na mentalidade de trabalhadores e empresários. Para João Cândido de Oliveira, tecnologista da FUNDACENTRO, no que diz respeito ao comportamento dos trabalhadores que sofrem acidentes e são considerados culpados por estes, deve ser observado:

[...] os determinantes do comportamento, ou seja, o que o motivou: o que havia de errado no ambiente, nas relações de trabalho e ainda na vida do trabalhador que interferiam, direta ou indiretamente, no relacionamento dele com o todo de seu trabalho, definindo posturas traduzidas em atitudes corretas ou equivocadas. (OLIVEIRA, 2003, p. 5).

Vejamos a imagem abaixo:



SESI. SESI apresenta: **Pedrinho em: uma história de responsabilidade**. Brasília: [s.n., 199-], contracapa.



É com essa perspectiva, global, que podemos observar a imagem anterior, que mostra três crianças: uma representando a sociedade, a outra a indústria e a terceira o trabalhador. A frase sobre as crianças: “Somos todos partes de uma mesma engrenagem”, nos leva a pensar que a sociedade, o trabalhador e a indústria têm que atuar em conjunto para que haja a redução dos acidentes. Segundo a revista em quadrinhos onde a imagem foi publicada:

Uma empresa que age com responsabilidade social respeita seus funcionários, oferecendo condições dignas de trabalho, com saúde e segurança, e respeito ao meio ambiente e, com isso, conquista a confiança e fidelidade do consumidor.

O trabalhador, por sua vez, deve colaborar participando dos programas de saúde e segurança e cumprindo com sua responsabilidade ao seguir as normas determinadas pela empresa.

E o consumidor deve ficar atento aos produtos e serviços que compra e utiliza, estando consciente sobre como se comportam as empresas perante seus funcionários e o meio ambiente. (SESI. SESI apresenta: **Pedrinho em: uma história de responsabilidade**. Brasília: [s.n., 199-], p. 2).

Entretanto, as campanhas preventivas/educativas ainda têm como grande foco o trabalhador, ou futuro trabalhador. Segundo Aristeu de Oliveira:

Não é praxe, no Brasil, o envolvimento direto da alta direção das empresas com as questões da segurança e saúde no trabalho, salvo quando da ocorrência de acidentes graves, que, além de danos materiais, provocam ranhuras na imagem de suas empresas, atingindo-os de forma direta. (2003, p. 4).<sup>70</sup>

O italiano Giovanni Berlinger (1983), docente de Higiene e Medicina Social, na Universidade de Sassari, e de Saúde do Trabalho na Universidade La Sapienza de Roma, em seu livro **A saúde nas fábricas**, diz que a saúde dos operários é um problema de todo o país. Cada um tem um dever a cumprir, o governo, os sindicatos, os estudantes, o movimento operário, os intelectuais de todas as disciplinas, cada um em seu campo de ação pode contribuir para o fim da demolição psíquica e física dos trabalhadores. Neste sentido, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco, editou em 1995 o livro **Ambiente de trabalho e suas vítimas**, onde são mostradas vítimas de lesões corporais graves causadas por acidentes do trabalho. O mesmo sindicato publicou o livro **As vítimas dos ambientes de trabalho – rompendo o silêncio** em que, além de fotos, transcreve relatos e histórias de vítimas e famílias de vítimas de

<sup>70</sup> É necessário considerar que, atendendo às necessidades de assistência médico-hospitalar da classe trabalhadora, empresas adotam o sistema de medicina de grupo, através de convênios.

acidentes do trabalho, revelando as conseqüências dos ambientes de trabalho inseguros para os indivíduos e sua família. Colaborando para romper com a culpa de trabalhadores pelos acidentes de que eles próprios são vítimas, as publicações difundem a questão para além dos muros das fábricas e fazem uma contribuição educativa valiosa sobre um problema que está longe de envolver a maior parte da sociedade.

É significativo que segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a questão da segurança no trabalho, que faz parte do tema transversal Trabalho e Consumo<sup>71</sup>, deva ser tratada nas escolas do Ensino Fundamental. Está implícita a tese de preparar o futuro trabalhador que mais uma vez aparece como o grande responsável pela própria segurança; indivíduo que complementará seu ‘aprendizado’ dependendo da profissão que seguir.

---

<sup>71</sup> “Por serem questões sociais, os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à intervenção no âmbito social mais amplo quanto à atuação pessoal. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrossociais e também de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões.” (BRASIL, 2001a, p. 26.)

### **3 PROGRAMA EDUCATIVO ESCOLA DO FUTURO TRABALHADOR. O CASO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS**

#### **3.1 Programa Educativo Escola do Futuro Trabalhador: considerações sobre sua apresentação e breve histórico**

Em 2001, O Programa Educativo Escola do Futuro Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)<sup>72</sup> foi lançado nacionalmente. Sendo apresentado como um conjunto de ações educativas relacionadas ao trabalho (incluindo saúde e segurança no trabalho), voltadas para crianças e adolescentes do Ensino Fundamental, cujo objetivo geral era que estes se tornassem divulgadores junto a suas famílias das noções aprendidas e, no futuro, pudessem criar condições dignas e seguras de trabalho como empregadores/empreendedores, ou como empregados, conhecedores dos riscos nos ambientes de trabalho poderiam desenvolver uma postura prevencionista. (MTE, [200-]a, b) O conteúdo privilegia abordagem relacionada ao trabalho na indústria.

Analizando o material disponibilizado pelo Programa, embora os organizadores apresentem como uma das metas a educação de futuros empregadores/empreendedores, para que criassem condições dignas e seguras nos ambientes de trabalho, fica evidente que os textos e atividades de seus Cadernos apontam para aqueles que serão empregados. As propostas de atividades são reveladoras, pela forma como procuram incentivar o uso e a reivindicação de equipamentos de segurança e a limpeza do ambiente de trabalho, quanto pela maneira como abordam o tema Carteira de Trabalho e a necessidade do conhecimento de direitos e deveres trabalhistas. A maneira indireta e pouco consistente que esse conteúdo pode favorecer quem se torne empregador/empreendedor, pela forma com que é apresentado, é reforçada, no caso de São José dos Pinhais, pelo público alvo do Programa: alunos de escolas rurais e da periferia da cidade, com grande possibilidade de se transformarem em trabalhadores nas crescentes indústrias da região. Programa do governo federal,

---

<sup>72</sup> O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio passou a ser denominado de Ministério do Trabalho, por meio da Lei nº 6.036, de 1º de maio de 1974. Por meio da Medida Provisória nº 1.799, de 1º de janeiro de 1999, o Ministério passou a ser denominado Ministério do Trabalho e Emprego.

Escola do Futuro Trabalhador, com seu nome emblemático (mesmo considerando que um empregador/empreendedor também trabalha), significativamente não foi aplicado em escolas particulares. Além disso, mesmo idealizado especialmente para ser desenvolvido em escolas do Ensino Fundamental, o Programa estava vinculado ao Ministério do Trabalho e não da Educação.

O MTE justificou a organização do Programa tendo em vista as questões relativas ao presente e futuro das relações entre capital e trabalho, e particularmente ao espaço ocupado pelo trabalho na vida do homem no século XXI, em um mundo cada vez mais sem fronteiras. Segundo o texto de apresentação, as fortes mudanças, derivadas da expansão do capitalismo, de uma nova ordem na divisão do trabalho, das conquistas na área científica e tecnológica, trazem novas relações sociais, novas noções de valores, alterando o cotidiano do homem e, portanto sua forma de pensar e ver o mundo. Nesse contexto, a educação tem um papel importante na condução de transformações visando uma sociedade na qual a qualidade de vida esteja num patamar privilegiado. (MTE, [200-]a)

Continuando, o documento afirma que devem ser priorizados os processos educativos e da consolidação do saber como um dos mecanismos de acesso à cidadania, devendo levar à compreensão da produção do conhecimento. A Educação torna-se, desta forma, fundamental para que os indivíduos possam viver na sociedade científica e tecnológica, não como objetos, mas como sujeitos do processo de apreensão do mundo social e cultural, não como acessório nos novos modos de organização do trabalho, mas, aptos, por terem seus horizontes ampliados, a transitarem, ativamente e responsabilmente, em todas as outras esferas da vida que não só a econômica. (Ibidem)

De acordo com o MTE, para alcançar suas metas, o Programa adotaria o método construtivista e histórico-crítico (Cf.: CARRETERO, 2002; SAVIANI, 1991), partindo do pressuposto do envolvimento ativo dos alunos nas aulas, o que permitiria a construção do conhecimento a partir da interação dos mesmos com as suas realidades, e com os seus diversos partícipes: pais, professores e comunidade. E considerando que, mesmo determinada e controlada pelas forças dominantes da sociedade, a educação escolar pode não ser apenas reprodutora da situação vigente, mas também é capaz de contribuir para transformar a sociedade.<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Não é objetivo deste trabalho discutir a teoria construtivista e a perspectiva marxista histórico-crítica.

Na apresentação nacional do Programa, eram explicitados como objetivos gerais: a) desenvolver o censo de cidadania dos alunos, através da apropriação do saber relativo aos Direitos Trabalhistas, Segurança e Saúde e outros temas relacionados ao mundo do trabalho; b) propiciar condições para que o aluno seja propagador de conhecimentos relativos aos direitos trabalhistas, segurança e saúde do trabalhador junto à família e comunidade. Como objetivos específicos eram arrolados: a) desenvolver ações educativas que contribuam para mudanças nas relações entre os homens, tanto em seu ambiente de trabalho como em seu macro ambiente; b) usar da transversalidade para incluir conhecimentos relativos às relações do trabalho, saúde e segurança no Ensino Fundamental; c) desenvolver ações para formação de agentes multiplicadores (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos); d) manter políticas permanentes de atualização e requalificação de todos os atores envolvidos no Programa. (MTE, [200-]a)

Para que o Programa se concretizasse, o MTE, através do Departamento de Saúde e Segurança do Trabalhador, da Secretaria de Inspeção do Trabalho realizou convênios com prefeituras de diversos municípios de estados brasileiros, determinando a atuação em duas linhas: 1) formação de agentes multiplicadores para atuar junto aos professores das unidades escolares envolvidas, atualizando-os quanto aos conteúdos referentes ao mundo do trabalho e às questões metodológicas concernentes à introdução transversal desses conteúdos no currículo básico. 2) Fornecimento de material didático para apoiar a ação dos professores junto aos alunos.

Segundo os organizadores do Programa, o conjunto de ações educativas, que ocorreria de forma transversal, tornava possível abordar temas relacionados às questões do mundo do trabalho tanto em disciplinas como a matemática, por exemplo, através do cálculo do salário ou das férias; ou história e geografia, que abordariam questões sociais. Conceitos de segurança e saúde no trabalho poderiam ser abordados nos conteúdos de biologia, química ou ciências. Entre as atividades propostas estava a criação da Cipinha<sup>74</sup> Escolar, em cada estabelecimento de ensino, cuja dinâmica reforçaria os conteúdos ministrados, uma vez que, a eleição dos cipeirinhos possibilitaria ações práticas dos alunos nas inspeções de segurança

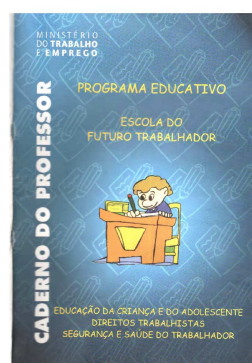
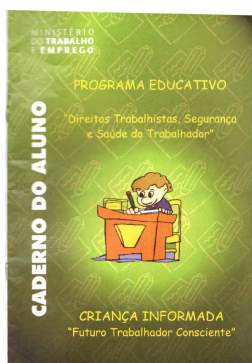
---

<sup>74</sup> Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) tem por objetivo observar condições de risco nos ambientes de trabalho e solicitar medidas para reduzir até eliminar os riscos existentes e/ou neutralizar os mesmos [...]. (Cf.: NRs, 2007)

e saúde das instalações escolares. Dentre outras atividades sugeridas para mobilizar os alunos destacavam-se a realização de gincanas, peças teatrais, músicas, concursos de poesias e cartazes, visitas a empresas locais e entrevistas com trabalhadores. Tudo isso favoreceria a construção do conhecimento.

Ao concluir as considerações na apresentação do Programa, o texto do MTE explicitava sua pretensão em envolver não apenas os alunos, mas também suas famílias, a comunidade e o poder público municipal, o que permitiria segundo seus idealizadores, o desenvolvimento das “inteligências sociais”, que redundariam no futuro, em melhores empregadores, empreendedores, empregados, profissionais liberais e administradores públicos. Todos cidadãos conscientes. (MTE, [200-]a, c) Considerações como estas nos remetem ao início do Século XX, quando educar era uma empreitada médico-pedagógica nacional. Um ideal de formação física, moral e intelectual que ganhou diversas formas e influenciou até os discursos dos militantes operários, que enfatizavam a importância do cuidado e da educação das crianças, porque o futuro da classe trabalhadora e a transformação da sociedade dependiam de homens fortes e conscientes. (BERTUCCI, 2002. p. 241-242)

Conforme determinação do MTE, a partir de 2001, o material pedagógico do Programa foi distribuído gratuitamente no território nacional aos professores e alunos das escolas envolvidas com sua realização. Esse material era formado por um kit composto por uma fita de vídeo, CD-ROM e dois Cadernos, o do Professor e do Aluno. Segundo os organizadores, o material seria a base inicial para as discussões e reflexões em sala de aula.<sup>75</sup>



<sup>75</sup> Neste estudo foram analisados apenas os dois Cadernos, por ser o material com o qual os participantes do Programa em São José dos Pinhais tinham acesso cotidiano.

O Caderno do Aluno é dividido em três partes:

- Direitos do Trabalhador
- Saúde e Segurança no Trabalho
- Saúde e Higiene

O Caderno tem textos escritos numa linguagem simples, é ilustrado e contém exercícios variados, relacionados com os temas tratados.

O Caderno do Professor é dividido em cinco partes:

- O Mundo do Trabalho
- Os Direitos Trabalhistas
- Legislação da Criança e do Adolescente
- Questões Trabalhistas – Soluções de Conflitos
- Segurança e Saúde do Trabalhador

Com linguagem pouco mais elaborada, o Caderno do Professor apresenta temas para dar subsídios às aulas, que não são tratados explicitamente no Caderno do Aluno, como exemplos, “O Mundo do Trabalho” e “Os Direitos Trabalhistas”. Nestes itens, marcados pela perspectiva histórico-crítica, os trabalhadores não aparecem, enquanto indivíduos ou grupos de pessoas que mantêm complexas, e por vezes contraditórias, relações entre si e com o mundo em que vivem. O texto aborda de maneira sintética e evolutiva (a palavra “evolução” é parte de um subtítulo)<sup>76</sup> formas de trabalho na história, leis sobre o trabalho, e ações político-governamentais, como um caminhar sem desvios e, indiretamente, com destino certo. (BRASIL, 2002a, p. 11-41)

O Programa foi originalmente desenvolvido e implantado no Paraná pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) no período que o estado passava por significativa expansão industrial, notadamente na Região Metropolitana de Curitiba. Teve início em 1997 como projeto piloto, em escolas públicas de 1º Grau (hoje, Ensino Fundamental), através de convênios entre a DRT de Curitiba e as prefeituras municipais. O lançamento oficial nacional ocorreu em 1998 no município de Quatro Barras, pelo grande envolvimento da prefeitura, professores e alunos. (DEPOIMENTO IMPRESSO, 2008) Neste mesmo ano do início do Programa o Brasil contava com 24.140.428 trabalhadores e foram registrados oficialmente 421.343 acidentes de trabalho no país. (ESTATÍSTICAS DE ACIDENTES DE TRABALHO.

---

<sup>76</sup> A Evolução do Trabalho no Brasil. (BRASIL, 2002a, p.17)

**Dados estatísticos 1970-1999**, 2007) Interessante pensarmos na conjugação destas duas facetas da realidade local com a nacional: a expansão e modificação do parque industrial da Região Metropolitana de Curitiba e o grande número de acidentes de trabalho no país, como elementos que contribuíram para embasar os organizadores do Programa.

Três anos depois, o Programa foi encampado pelo Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do MTE. Foi constituída uma equipe nacional com representantes das Delegacias Regionais do Trabalho dos estados de Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que trabalharam para a sua extensão por todo o território nacional, bem como para sua revisão (destacando temas diferentes para regiões distintas) e atualização (especialmente na questão legislativa). No caso do material utilizado em São José dos Pinhais a abordagem relacionada aos temas industriais urbanos e da construção civil foi marcante. Em abril de 2001, a Secretária de Inspeção do Trabalho, em evento realizado na cidade de Osasco no estado de São Paulo relançou o Programa, com o propósito de implantá-lo em todos os estados da União. (MTE, 2003a; [200-]b, c) Segundo um dos organizadores do Programa, Osasco foi escolhida em virtude da mobilização da prefeitura, câmara de vereadores e adesão de muitas escolas. (DEPOIMENTO IMPRESSO, 2008) Impossível não considerar que esta cidade possui um dos maiores parques industriais do estado mais industrializado do Brasil, com cerca de 500 indústrias de grande, médio e pequeno porte, com predomínio da metalurgia pesada. (OSASCO. **Desenvolvimento econômico**, 2008)

Através da Portaria nº28 de 2/10/2002, a Secretaria de Inspeção do Trabalho e o Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, instituíram a Comissão Nacional em Educação para um Trabalho Seguro e Saudável (CONEST), com objetivo de propor, implantar e implementar ações educativas através do Programa Escola do Futuro Trabalhador, promovendo parcerias com entidades públicas ou privadas<sup>77</sup>. A CONEST ficou com a atribuição de planejar e coordenar em âmbito nacional, todas as atividades inerentes ao Programa, em conjunto com as Subdelegacias Regionais do Trabalho. (MTE, 2003)

---

<sup>77</sup> No Paraná as parcerias foram feitas apenas com entidades públicas.



No Paraná, até o ano 2002, 13 municípios<sup>78</sup> fizeram convênio com o MTE para aplicarem o Programa, envolvendo 121 escolas municipais, com 931 professores e 36.582 alunos de 1ª à 4ª séries. No exercício de 2003, o Programa manteve convênio com 14 municípios, entre eles São José dos Pinhais, em 2004, 13 convênios foram mantidos, mesmo número em 2005 e em 2006, apesar da falta de material, os convênios continuaram. (MTE, [200-]b, c; 2003; 2004; 2005)

Participantes do Programa Futuro Trabalhador, por estado, 1º semestre de 2002.

| ESTADOS        | MUNICÍPIOS | ESCOLAS | ALUNOS  | PROFESSORES |
|----------------|------------|---------|---------|-------------|
| PARANÁ         | 13         | 121     | 36.582  | 931         |
| SÃO PAULO      | 32         | 372     | 36.253  | 1.098       |
| RIO DE JANEIRO | 1          | 20      | 534     | 26          |
| MINAS GERAIS   | 5          | 48      | 1.527   | 109         |
| MARANHÃO       | 2          | 136     | 18.063  | 228         |
| ALAGOAS        | 11         | 406     | 17.860  | 653         |
| MATO GROSSO    | 2          | 103     | 10.788  | 186         |
| GOIÁS          | 1          | 2       | 130     | 10          |
| TOTAL          | 67         | 1.208   | 121.737 | 3.241       |

MTE. **Expansão do Programa Escola do Futuro Trabalhador**, 2002.

Considerando como exemplo, o total de alunos do Ensino Fundamental, em 2002, nos estados do Paraná e São Paulo, teremos os seguintes resultados: no Paraná este total era de 1.211.754 crianças e jovens, portanto aproximadamente 3% (36.582) participavam do Programa; em São Paulo o número de alunos era de 5.993.885, correspondendo a menos de 1% (36.253) de participação. (SEESP, 2008; SEEDPR, 2008) A participação dos estudantes do Paraná foi bem maior, proporcionalmente, em relação a São Paulo. A origem paranaense do Programa e o empenho de seus idealizadores na direção e divulgação do mesmo (DEPOIMENTO IMPRESSO, 2006), devem ser considerados como fator importante nessa diferença de participação em relação ao estado mais industrializado do Brasil. Isto associado à expansão da principal região industrial do Paraná, a Região Metropolitana de Curitiba.

<sup>78</sup> Cambé, Campina Grande do Sul, Céu Azul, Diamante do Oeste, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Pato Branco, Quatro Barras, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu.

## Abrangência, do Programa Futuro Trabalhador até outubro de 2002:

| <b>Estados Brasileiros</b>  | <b>Cidades</b>  |
|---|---|
| <p><b>ACRE</b></p> <p>A Delegacia Regional do Trabalho estabeleceu parceria com o SENAI para confecção do Caderno do Aluno.</p>   | Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mancio Lima, Tarauacá, Feijó, Rio Branco, Brasiléia, Epitaciolândia, Sena Madureiraios  |
| <p><b>AMAZONAS</b></p> <p>O Programa abrangeria cerca de 37 escolas da rede pública municipal, 101 professores e 2.953 alunos da 4ª série do primeiro grau. A Delegacia Regional do Trabalho ainda não havia dado andamento ao Programa, até outubro de 2002.</p> | Parintins, Urucará, Tabatinga, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Alvarães.   |
| <p><b>ALAGOAS</b></p> <p>Através de parceria, confeccionaram 40.000 Cadernos do Aluno e 4.000 Cadernos do Professor, acrescentando conteúdo de interesse da região.</p>   | São Luis do Quitunde, Coruripe, São José da Laje, Arapiraca, Cajueiro, Jequiá da Praia, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos, União dos Palmares e Boca da Mata, Boca da Mata.   |
| <b>ESPÍRITO SANTO</b>   | Cachoeiro de Itapemirim, Iuna, Ibatiba, Colatina e Serra.   |
| <b>GOIÁS</b>  | Rio Verde, Itapaci, Anápolis e Goiânia (rede estadual).   |
| <b>MARANHÃO</b>   | Pedreiras, São Luís (foi a primeira capital de Estado a assinar o Termo de Cooperação em 14.12.01)  |
| <b>MATO GROSSO</b>  | Várzea Grande, Cuiabá, São José dos 4 Marcos, Cáceres, Tapurah e Veras.   |
| <b>MINAS GERAIS</b>   | Além dos 4 municípios onde o programa foi implantado, mais 8 municípios mineiros, cerca de 2000 alunos, estavam aguardando para implantar o Programa.   |
| <b>PARÁ</b>   | Ananindeua, Benevides, Breves, Santarém e Marabá.   |
| <b>PARAÍBA</b>  | Cabedelo, Bayeux, Baía da Traição, Conde, Caaporã, Gurinhém, Jacaraú, João Pessoa, Pilar, Pedras de Fogo, Pitimbu, Mari, Marcação, Mamanguape, Lucena, Guarabira, Sertãozinho, Pirpirituba, Lagoa de Dentro, Serra da Raiz, Cuitegi, Aracagi, Logradouro, Pilões, Mulungu, Alagoinha, Pilõezinhos, Serraria, Solânea e Borborema. |

|  |  |
|--|--|
| <b>PARANÁ</b>  | Cambé, Campina Grande do Sul, Céu Azul, Diamante do Oeste, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Pato Branco, Quatro Barras, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu.    |
| <b>PERNAMBUCO</b>  | O Programa estava em fase de implantação em conjunto com o SESI, conforme termo de acordo assinado com a DRT/PE, para todos os municípios do estado, nos quais o SESI mantém escolas, abrangendo cerca de 15.000 alunos. |
| <b>RIO DE JANEIRO</b>  | Paraíba do Sul.  |
| <b>RIO GRANDE DO SUL</b><br><br>Por solicitação, foram encaminhados 1.000 cadernos do aluno e 50 do professor, para divulgação do Programa | Cachoeira do Sul, Bento Gonçalves, Santa Rosa e São Francisco de Paula.  |
| <b>SÃO PAULO</b>   | Ribeirão Preto   |
| <b>TOCANTINS</b>   | Palmas, Porto Nacional, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Miracema do Tocantins, Guaraí, Colinas do Tocantins e Araguaína do Tocantins.  |

MTE. Relatórios implantação do Programa Escola do Futuro Trabalhador, 2004, 2005.

Implantação do Programa Futuro Trabalhador até 2006.

| <b>AÇÃO ESCOLA DO FUTURO TRABALHADOR</b> | <b>ANO QUE ADERIU</b> | <b>ESCOLAS QUE DERM CONTINUIDADE, ANO QUE AINDA PARTICIPAM</b> | <b>SITUAÇÃO EM 2006</b>  |
|--|-----------------------|--|--|
| 1. DRT/ACRE                              | 2002                  | Funcionava em 2005, precariamente.                             | 2006 refez o convênio, mas estava parado por falta de material |
| 2. DRT/Alagoas                           | 2002                  | Em 2005 funcionava com 363 escolas                             | Em 2006 funcionava em 285 escolas visitadas, faltava material. |
| 3. DRT/Amapá                             | -                     | Não foi implantado   | -  |
| 4. DRT/Amazonas                          | -                     | Não foi implantado   | -  |
| 5. DRT/Bahia                             | -                     | Não foi implantado   | -  |
| 6. DRT/Ceará                             | 2003                  | 2003; 2004; 2005   | SOBRAL (único), 2006 parado, faltava material.                 |
| 7. DRT/ Distrito Federal                 | -                     | Não houve interesse.   | -  |
| 8. DRT/Espírito Santo                    | -                     | Não foi implantado   | -  |
| 9. DRT/ Goiás                            | -                     | Desativado em 2004   | -  |

|                             |                   |  |  |
|-----------------------------|-------------------|--|--|
| 10. DRT/ Maranhão           | -                 | Desativado   | -  |
| 11. DRT/Mato Grosso         | -                 | Desativado   | -  |
| 12. DRT/ Mato Grosso do Sul | -                 | Não foi implantado   | -  |
| 13. DRT/ Minas Gerais       | 2002              | Desativado em 2004/2005  | -  |
| 14. DRT/Pará                | 2002              | 2003; 2004; 2005; um município.  | Existia projeto para fazer convênio em vários municípios.                          |
| 15. DRT/Paraíba             | -                 | Tem interesse.   | -  |
| 16. DRT/Paraná              | 1997              | <b>Atualizado em 08/2004, 13 municípios, 121 escolas, 36.582 alunos, 931 professores.</b>                                    | <b>2005 funcionou bem, em 2006 faltou material, mas os convênios permaneceram.</b> |
| 17. DRT/ Pernambuco         | 2001              | Em 2003, 100 professores foram capacitados. Foram elaborados manuais regionalizados do Professor e Aluno pela DRT/PE em 2001 | Em 2005 não funcionou  |
| 18. DRT/ Piauí              | -                 | Não houve interesse  | -  |
| 19. DRT/Rio de Janeiro      | -                 | Atualizado em 08/2004, Paraíba do Sul- 1 município, 20 escolas, 534 alunos, 26 professores.                                  | 2004 (não havia informações), 2005 não funcionou                                   |
| 20. DRT/ Rio G. do Norte    | -                 | Tinha interesse em reativar.   |  |
| 21. DRT/Rio Grande do Sul   | -                 | Atualizado em 08/2004 3 municípios, 36 escolas, 4086 alunos, 141 professores.  | Em 2005, não houve interesse.  |
| 22. DRT/ Rondônia           | -                 | Tinha interesse, mas não apresentou projeto.   | -  |
| 23. DRT/Roraima             | -                 | Não houve interesse/2005   | -  |
| 24. DRT/Santa Catarina      | 2003; 2004; 2005. | Atualizado em 8/2004, 3 municípios, 15 escolas, 840 alunos, 42 professores.  | Curitibanos; Campos Novos  |
| 25. DRT/ São Paulo          | -                 | Dados atualizados 08/2004, (32 municípios, 372 escolas, 38.296 alunos, 1.177 professores).                                   | Desativado em 2005.  |
| 26. DRT/Sergipe             | -                 | Não houve interesse/2005.  | -  |
| 27. DRT/Tocantins           | 2002              | Atualizado em 08/2004, 7 municípios, 82 escolas, 13.398 alunos, 158 professores.   | 2005; não houve supervisão e, não havia informações sobre os convênios.            |

MTE. **Ação Escola Futuro Trabalhador**, 2006, grifo nosso.

Através dos quadros anteriores observamos que no início de 2002, 8 estados implantaram o Programa, num total 67 municípios, com a participação de 121.737 alunos. Até outubro do mesmo ano, 15 estados haviam aderido ao Programa, através de parcerias entre as DRTs, SENAI, SESI, Secretarias da Educação Estaduais e Prefeituras. No entanto, comparando os dois quadros anteriores percebemos que o estado do Espírito Santo aderiu, mas não implantou o Programa. No último quadro, aparecem 26 estados e o Distrito Federal, mas em várias unidades da federação a implantação não ocorreu de fato, em outras houve desativação, e em algumas o funcionamento ocorreu de forma precária. A falta de material, devido ao corte orçamentário feito pelo MTE, da verba para impressão do material no 2º semestre de 2005, sinalizou que o fim do Programa se aproximava.

Mas o declínio na implantação e manutenção do Programa começa em 2003, por coincidência o ano em que o mesmo foi implantado em São José dos Pinhais. Neste ano o presidente Luís Inácio Lula da Silva desmobilizou o Comitê Nacional do Programa, ficando o mesmo ao encargo das Delegacias Regionais do Trabalho. Não houveram mais investimentos centralizados do MTE que garantiam o treinamento de professores e multiplicadores e atualização do material do Programa. A extinção do Comitê estava, aparentemente, na contramão da política do governo federal de reorganizar, implementar e centralizar ações e direções de programas de cunho social no país.<sup>79</sup> É causa de interrogação a decisão em relação ao Programa Futuro Trabalhador, especialmente considerando o quanto em seus primeiros anos este governo enfatizava sua preocupação com a educação e a saúde, divulgava suas ações nestas áreas e seu empenho em proporcionar melhores condições de vida para a população, especialmente a mais pobre, trabalhadora.

### **3.2 Formando o futuro trabalhador. O Programa em São José dos Pinhais**

Como lembra Heloísa Rocha, “a escola vem sendo, recorrentemente, chamada a oferecer sua poderosa colaboração para o sucesso de campanhas que visam ao combate de endemias e epidemias, como também para a difusão de meios de prevenção e preservação da saúde.” (2003b, p. 40). Segundo Marcos Fernandes, Vera Rocha e Djanira de Souza:

---

<sup>79</sup> Entre os programas sociais do governo do presidente Lula, podemos destacar os que são voltados para educação da população de baixa renda, entre eles: Brasil Alfabetizado, ProJovem e ProUni.

Durante a infância, época decisiva na construção de hábitos e atitudes, a escola assume um papel importante por seu potencial para o desenvolvimento de um trabalho sistematizado e contínuo. Os valores que se expressam na escola em seus diferentes aspectos geralmente são apreendidos pelas crianças na sua vivência diária. (2005, p. 284).

Na 1ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (CNST), em 1986, o tema segurança e saúde do trabalhador foi discutido como questão a ser abordada em todos os níveis escolares. Segundo essas discussões, a educação preventiva quando ocorria, ainda era distorcida e distanciada da realidade. Uma das propostas foi:

Garantir que no ensino, desde o 1º grau, sejam desenvolvidas matérias sobre higiene, segurança no trabalho e controle ecológico do meio ambiente, esclarecendo e sendo denunciado [sic] os riscos que estabelecem nas relações de produção. (CNST, 1., 1986, p. 17).

Oito anos depois, na 2ª CNST houve a cobrança:

Implementação da Portaria nº678, de 14/05/91, do Ministério da Educação que dispõe, em seu item A: “Os sistemas de ensino em todas as instâncias, níveis e modalidades contemplem, nos seus respectivos currículos, entre outros, os seguintes temas/conteúdos referentes a: a) Prevenção do uso indevido de substâncias psicoativas; b) Educação Ambiental; c) Educação no Trânsito; d) Educação do consumidor; e) Prevenção das D.S.T./AIDS; f) **Prevenção de acidente do trabalho**; g) Defesa civil; h) Relação contribuinte/Estado; i) **Educação em saúde**; j) para que isto se efetive, deve ser obrigatório a introdução, em currículos de 1º, 2º e 3º graus, de áreas de conhecimento e conteúdos que tratem da saúde do trabalhador e da conservação-proteção-recuperação do meio ambiente, garantindo-se a necessária capacitação dos próprios profissionais em educação.” (CNST, 2., 1994, p. 25, grifo nosso).

A Constituição de 1988, segundo educadores brasileiros “consagrou várias aspirações e conquistas decorrentes da mobilização da comunidade educacional e dos movimentos sociais organizados.” (SAVIANI, 2005, p. 37). Foi amparada pela Carta Constitucional que a comunidade educacional reuniu-se para elaborar um novo projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Fruto de discussões variadas, a nova LDB resultou da versão proposta pelo senador Darcy Ribeiro, considerada mais flexível<sup>80</sup>. Promulgada como Lei nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996, a nova LDB em seu título I, da Educação, Art. 1º, § 2º, afirma

---

<sup>80</sup> Cf.: Art. 12º Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: § 1º elaborar e executar sua proposta pedagógica; [...] Art. 13º Os docentes incumbir-se-ão de: § 1º - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; [...]. (BRASIL, 1996, p. 6)

que: “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.” (BRZEZINSKI, 2000, p. 246). Na Seção III, do Ensino Fundamental, que compõe o Capítulo II da Educação Básica, o Artigo 27 determina que entre os conteúdos curriculares da educação básica deverá ser observada entre as diretrizes, a orientação para o trabalho. (Ibidem, p. 252) Mas para Eva Pereira e Zuleide Teixeira:

O conceito de trabalho e sua participação na vida do indivíduo e da sociedade é algo que precisa ser rediscutido e aprofundado, particularmente diante do atual cenário em que se responsabiliza a educação de organizar um “novo perfil de conhecimento”. (2000, p. 89).

Uma das características da LDB de 1996 é a proposta de um núcleo comum para o currículo do Ensino Fundamental e Médio e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais. Segundo a Seção I, Capítulo II, Artigo 26:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996, p. 11).

Para estabelecer uma formação básica comum foram organizados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que podem ser complementados por uma parte diversificada em cada sistema de ensino e escola. Os PCNs têm por objetivo fornecer subsídios à elaboração e reelaboração do currículo, tendo em vista um projeto pedagógico específico em função dos estudantes e localização da escola, com a finalidade de um ensino de qualidade em seus diversos níveis. Portanto, os professores devem adaptar os PCNs à realidade de suas escolas e alunos. Além de tratar dos conteúdos das disciplinas (Matemática, Português, História, Educação Física, etc.), os PCNs trazem os Temas Transversais, que abrangem Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo. Esses temas podem ser abordados em qualquer disciplina ao longo do ano, o professor deverá ter sensibilidade para saber quando e quais trabalhará, dependendo do dia-a-dia de sala de aula e de acontecimentos externos que sejam relevantes. (Cf.: BRASIL, 2001a)

O Tema Transversal “Trabalho e Consumo” no Ensino Fundamental aborda entre outros assuntos a “inserção no trabalho”, certamente pensada tendo em vista um novo “conceito de trabalho”. (Cf.: PEREIRA; TEIXEIRA, 2000, p.89) A expressão

foi usada nos PCNs para substituir “escolha profissional”, que os legisladores consideravam não englobar os múltiplos aspectos do tema. (BRASIL, 2001a, p. 364) No terceiro e quarto ciclos<sup>81</sup>, no âmbito do assunto “inserção no trabalho”, as questões dos direitos trabalhistas e da saúde do trabalhador podem ser estudadas em diferentes tópicos, tais como: relações de trabalho, trabalho, consumo, saúde e meio ambiente, direitos humanos, cidadania e direitos dos trabalhadores.

Fazendo eco às propostas estabelecidas pela LDB, uma das determinações da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, realizada em 2005 foi: “garantir a segurança, a saúde do trabalhador e o meio ambiente como temas transversais nos currículos regulares de ensino dos níveis fundamental e médio e da disciplina de saúde e segurança nos níveis técnicos e superior [...]” (CNST, 3., 2005, p. 9).

Um exemplo do trabalho de professores sobre a questão da segurança e saúde do trabalhador, e outros temas relacionados à “inserção no trabalho”, é o Programa Futuro Trabalhador, que foi aplicado em algumas escolas públicas de São José dos Pinhais<sup>82</sup> de 2003 a 2006. Neste Município, onde os postos de trabalho estão em sua maioria nas indústrias de material de transporte, química (produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, etc.), metalúrgica, da madeira e do mobiliário (IPARDES, 2008, p. 12), o Programa iniciado em 2003 foi aplicado como

<sup>81</sup> Correspondem respectivamente a 5ª e 6ª série, e 7ª e 8ª série do Ensino Fundamental de 8 anos.

<sup>82</sup> São José dos Pinhais está localizado na porção leste da Região Metropolitana de Curitiba.





“projeto piloto” em 7 escolas municipais rurais (Arthur Bernardes, Caetano Munhoz da Rocha, Carlos Gomes, D. Pedro II, Lilian Viana, Divahê Cruz Ulrich, e São Francisco de Assis)<sup>83</sup> com alunos de 3ª e 4ª séries, e na Pastoral do Menor, entidade que cuidava de menores infratores. Participaram do Programa 242 alunos das escolas rurais e 20 menores da Pastoral do Menor.<sup>84</sup> Foram treinados 28 professores e 8 multiplicadores (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos). Os professores foram avaliados com teste escrito e estes também avaliaram o material do Programa fazendo algumas sugestões de melhoria. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2006a)

A partir de 2004 o Programa foi aplicado também em escolas municipais de bairros da periferia. Aproximadamente 40 escolas receberam o material para ser utilizado com os alunos da 4ª série (DEPOIMENTO IMPRESSO, 2005), mas como mostra a notícia a seguir, apenas 8 escolas aplicaram o Programa, envolvendo 364 alunos.



**Jornal da Educação** – São José dos Pinhais, novembro/dezembro, 2004.

Nesse período, a coordenação do Programa em São José dos Pinhais e do Paraná ministrava palestras para os alunos e organizava atividades a partir dos

<sup>83</sup> Na área rural de São José dos Pinhais há famílias que vivem exclusivamente da agricultura, geralmente familiar, mas há também aquelas cuja parte da renda vem de empregos da zona urbana.

<sup>84</sup> Na Pastoral o Programa foi implantado parcialmente devido à mudança de coordenação geral da instituição.

conteúdos, direitos trabalhistas e saúde e segurança do trabalhador, como mostra a notícia e as fotos a seguir:

**Futuro Trabalhador Consciente**

Alunos das 4ª séries das Escolas Municipais Pedro Constantino da Rocha, Modesto Zaniolo e Pedro Moro Redeschi receberam palestra especial do técnico de segurança do trabalho Idel Chaves de Araújo, da Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo (Sictur). O encontro faz parte do programa Escola do Futuro Trabalhador Consciente, desenvolvido pela Delegacia Regional do Trabalho no Paraná, em parceria com a Prefeitura Municipal, através das Secretarias de Educação. "O conhecimento através de palestras, fitas de vídeo e cartilhas informativas são adequadas e oportunas, interagindo as crianças sobre Trabalho, Direitos e Deveres", acredita a diretora Sílvia Maria Ravaglio, da Escola Modesto Zaniolo.

Durante a palestra, os alunos puderam tirar dúvidas acerca do tema Trabalho e Segurança do Trabalhador, interagindo com o palestrante e desenvolvendo sua cidadania. "As atividades são motivadoras e os alunos participam com interesse, percebendo a importância dos temas, que buscam garantir a plena cidadania desde cedo", completa Sílvia.



*Os futuros trabalhadores recebem orientações*

**Jornal da Educação** – São José dos Pinhais, outubro, 2004.



Foto cedida pelo coordenador do Programa em São José dos Pinhais (Coleção Particular)



Foto cedida pelo coordenador do Programa em São José dos Pinhais (Coleção Particular)

Em 2005 o Programa teve início no 2º semestre, nas mesmas escolas do ano anterior. Comprometido pela política do Ministério do Trabalho, que suspendeu a verba para impressão de nova edição dos materiais, em São José dos Pinhais o que sobrou do ano anterior foi reutilizado em algumas escolas. Em 2006 apenas 4 escolas estaduais urbanas, da periferia, com alunos de 5ª à 8ª séries, implantaram o Programa (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2006a), refletindo a diminuição drástica do Programa em todo o país. No ano seguinte o Programa não foi mais aplicado em São José dos Pinhais.

Desenvolvido primeiramente em escolas municipais rurais, depois em escolas municipais da periferia e por último em escolas estaduais também da periferia, em São José dos Pinhais ficou explícita a intenção de formar um “futuro trabalhador consciente”, como trabalhador da indústria. (BRASIL, 2002 b, frase da capa)<sup>85</sup>

No final do primeiro semestre de 2003, primeiro ano de aplicação do Programa em São José dos Pinhais, a Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal da Educação de São José dos Pinhais encaminhou ao MTE (através da Delegacia

---

<sup>85</sup> Foram localizados 72 Cadernos do Aluno, de estudantes das 4 escolas estaduais e por amostragem, selecionados aleatoriamente 21 para pesquisa sistemática (7 de cada uma das 3 escolas em que os alunos resolviam as atividades no Caderno do Programa). Entre os Cadernos localizados, os da escola estadual 4 estavam com as atividades em branco, por isso não foram utilizados.



Regional de Curitiba) o documento Instrumental de Acompanhamento e Avaliação de Ações do Programa, onde foram anexados um relatório elaborado por professores (com sugestões para melhoria do Caderno do Aluno) e testes realizados por estudantes. A Equipe Pedagógica, em conjunto com a Assessoria Técnica do Programa, realizou, além da avaliação escrita, avaliação oral com os alunos. Observações contidas no Instrumental de Acompanhamento e Avaliação de Ações do Programa ressaltavam a seriedade dos professores no desenvolvimento do mesmo, bem como o envolvimento dos estudantes. (MTE, 2003b)

No Relatório dos professores, que foi anexado ao Instrumental de Acompanhamento e Avaliação de Ações do Programa foram feitas algumas sugestões sobre o item "Direitos trabalhistas, Segurança e Saúde do Trabalhador", do Caderno do Aluno:

### Relatório

Tema: "Direitos trabalhistas, segurança e saúde do trabalhador".

Após realizar as atividades propostas no caderno do aluno, consideramos que o trabalho foi importante para a formação dos mesmos.

Gostaríamos que os responsáveis pelo material observassem os seguintes itens citados abaixo.

- os espaços deixados para realizar as atividades de desenho eram espaços pequenos.
- não conseguimos entender o "texto" (anúncios) da página 11, pois não estava legível.
- os desenhos utilizados na apostila estavam incompletos (verificar p. 22)
- a atividade proposta na página 46 está organizada de uma maneira que os alunos não conseguem completar, pois todos os equipamentos são maiores que o desenho.

Acreditamos que melhorando o material o trabalho será mais produtivo.

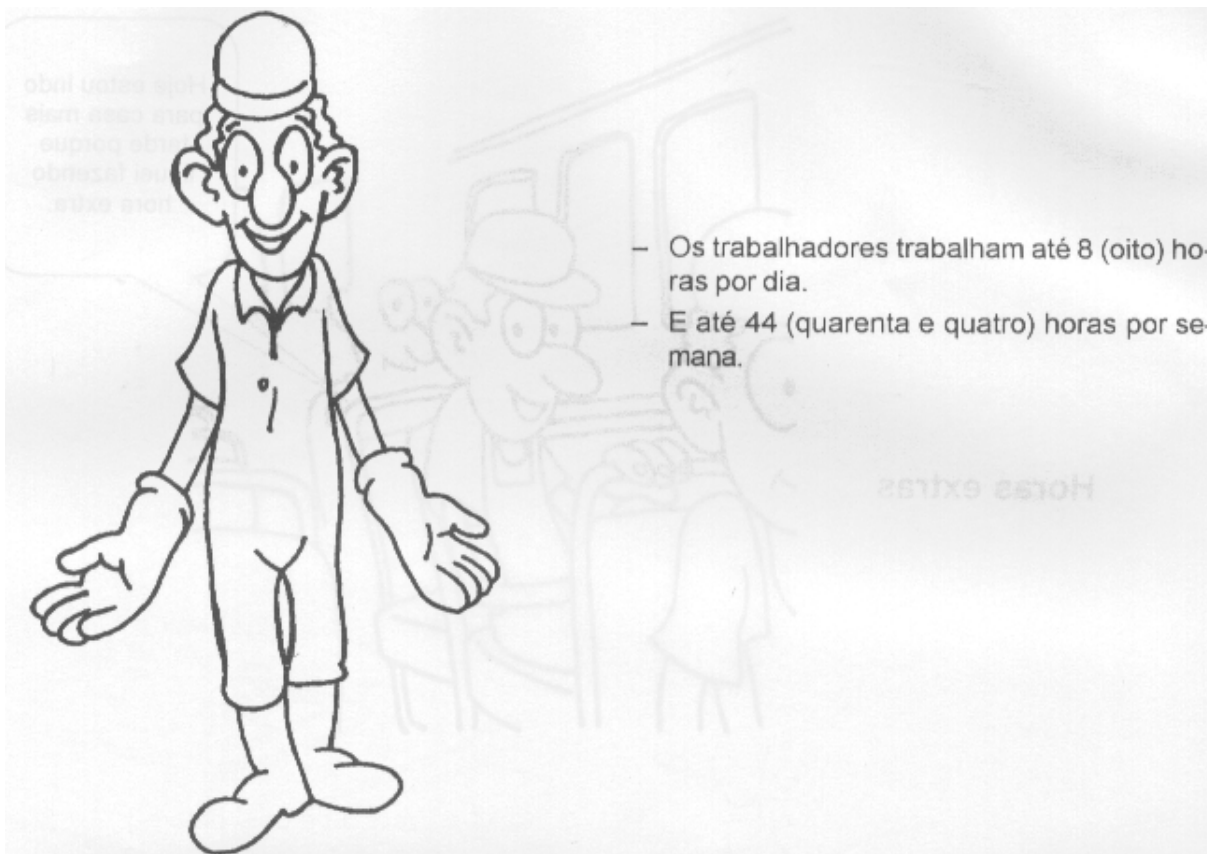
Pontual e limitado, este Relatório elaborado por professores de escolas rurais limita-se a aspectos técnicos do Caderno do Aluno. O primeiro parágrafo, introdutório, faz avaliação superficial que pouco explicita sobre como a formação dos alunos foi ou não afetada pelas atividades desenvolvidas. Depoimento escrito em 2007, por um professor que havia trabalhado com o Programa em uma escola rural, mesmo realizado a partir de respostas sintéticas a um questionário, ajudaram a entender de forma um pouco mais ampla como o Programa foi desenvolvido. (Cf.: ANEXOS, p. 154-155)<sup>86</sup>

Considerado importante para formação dos alunos no Relatório dos professores rurais, a avaliação do Programa ganha outra dimensão se considerarmos a resposta para questão feita em 2007. Pergunta: “Como era a participação dos alunos?” O professor da escola rural 6 responde: “Era pouco expressiva já que legislação trabalhista não era da realidade deles”. Se os alunos não participavam de maneira expressiva das atividades propostas, o que supostamente resultaria na construção de um saber inovador e crítico, graças à interação entre o novo saber e o conhecimento que possuíam (perspectivas construtivista e histórico-crítica explicitadas pelos criadores do Programa), como o Programa teria sido importante para formação dos alunos, conforme informa o relatório de 2003?

Por outro lado, os professores rurais de 2003 não mencionam a flagrante falta de raciocínio reflexivo dos textos dos Cadernos, principalmente do Caderno do Aluno. Os textos resumidos e as atividades “mecânicas”, propostas para os alunos: algumas respostas seguem exatamente a mesma ordem do texto, conforme podemos observar nas atividades resolvidas por um aluno da 7ª série (2006), da escola estadual 1, da periferia de São José dos Pinhais:

---

<sup>86</sup> Os professores e alunos que responderam aos questionários que estão transcritos nos Anexos foram os únicos que, contactados através das escolas onde o Programa foi implementado em São José dos Pinhais, aceitaram colaborar com esta pesquisa. Não foi possível contactar alunos que participaram do Programa nas escolas rurais.



- Os trabalhadores trabalham até 8 (oito) horas por dia.
- E até 44 (quarenta e quatro) horas por semana.

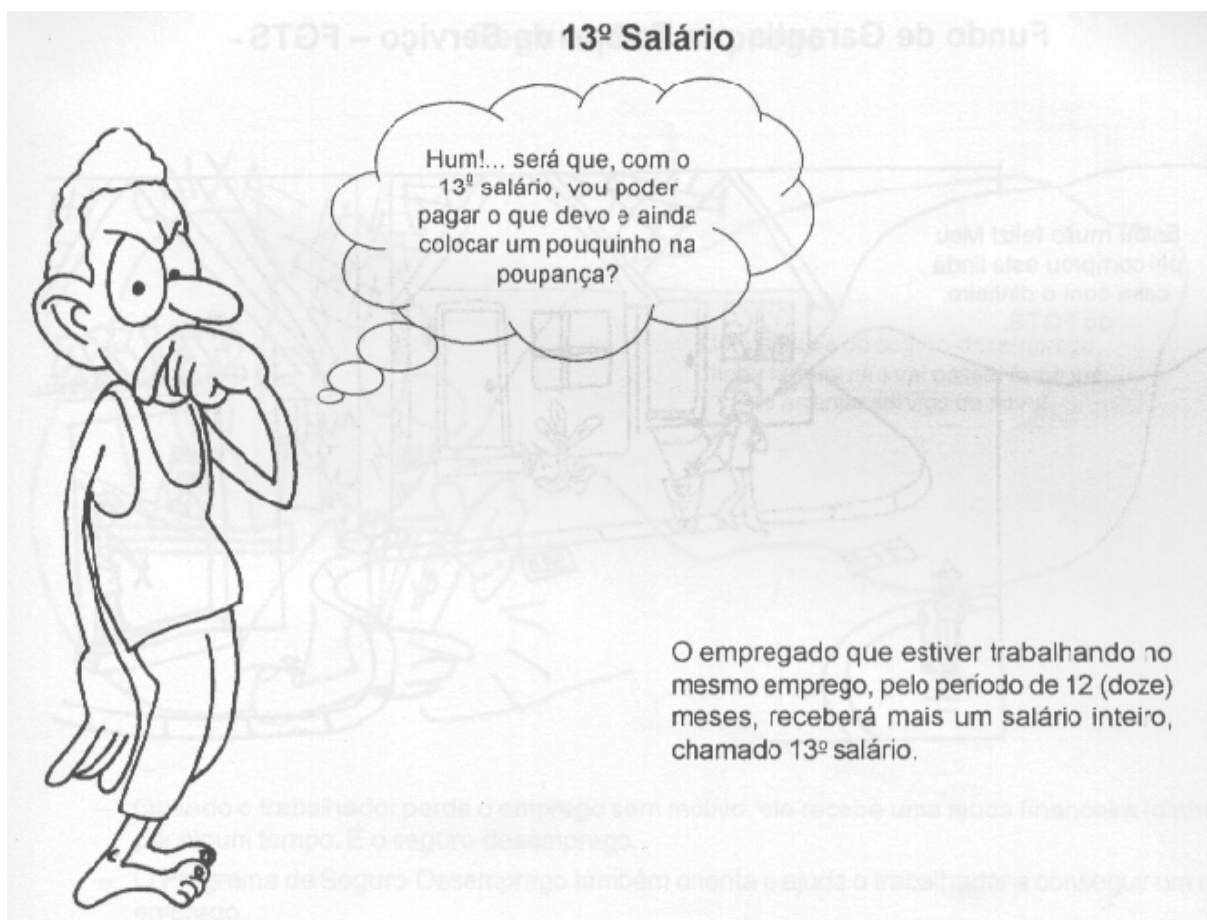
- Alguns trabalhadores, como os que trabalham em bancos, os músicos e os professores, exemplo, podem trabalhar apenas 6 (seis) horas por dia.

### Exercícios:

#### 1. Complete:

- a) Os trabalhadores trabalham até ate horas por dia.
- b) Os trabalhadores trabalham até 44 horas por semana.
- c) Alguns trabalhadores como os que trabalham em bancos musicos os professores podem trabalhar apenas 6 horas por dia.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 19.



**Exercícios:**

1. Complete.

O empregado que estiver trabalhando na mesma luma, pelo período de doze meses, receberá mais um salário inteiro, chamado 13º salário.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 25.



As férias do adolescente que trabalha e que também é estudante devem ser dadas no mesmo período das férias escolares.

#### Exercícios:

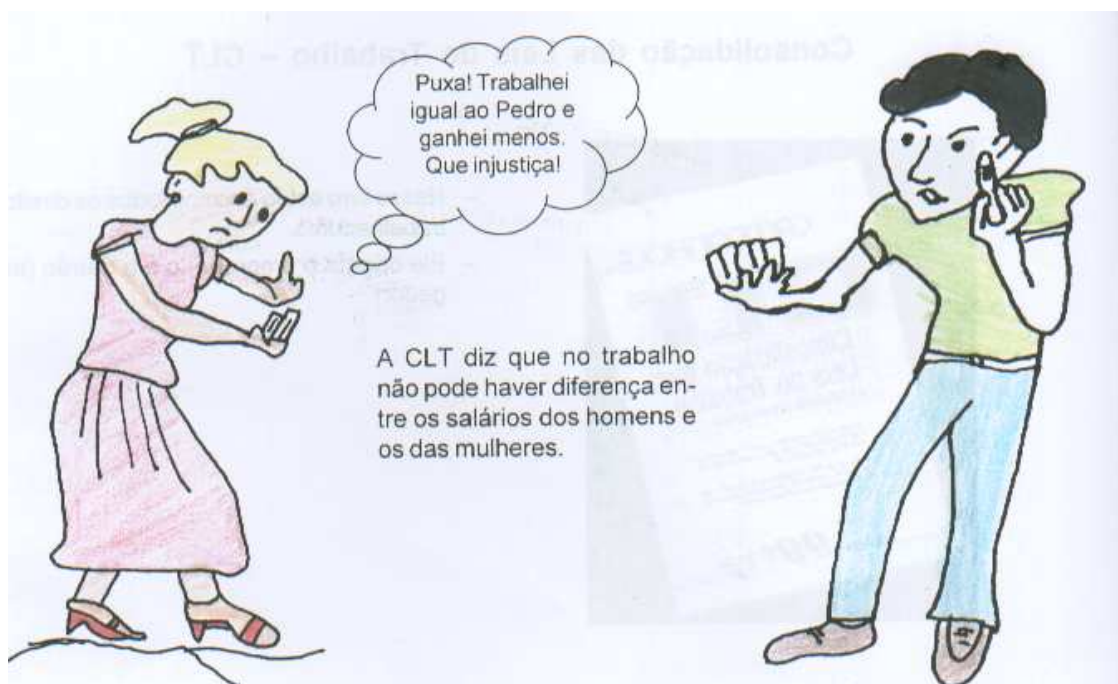
##### 1. Complete:

As férias do adolescente que trabalha e que também é estudante devem ser dadas no mesmo período das férias escolares.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: "futuro trabalhador consciente": caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 33.

Em alguns momentos é possível observar a simples reprodução feita pelos alunos, provavelmente a partir de respostas ditadas ou escritas na lousa pelo professor. As reproduções de 3 Cadernos de alunos da 5ª série da escola 2 de São José dos Pinhais, são exemplo. A singularidade dos alunos aparece apenas nas cores usadas para pintar as ilustrações.





### Exercícios:

1. Escreva em que empregos, em sua cidade, existem mais mulheres trabalhando.

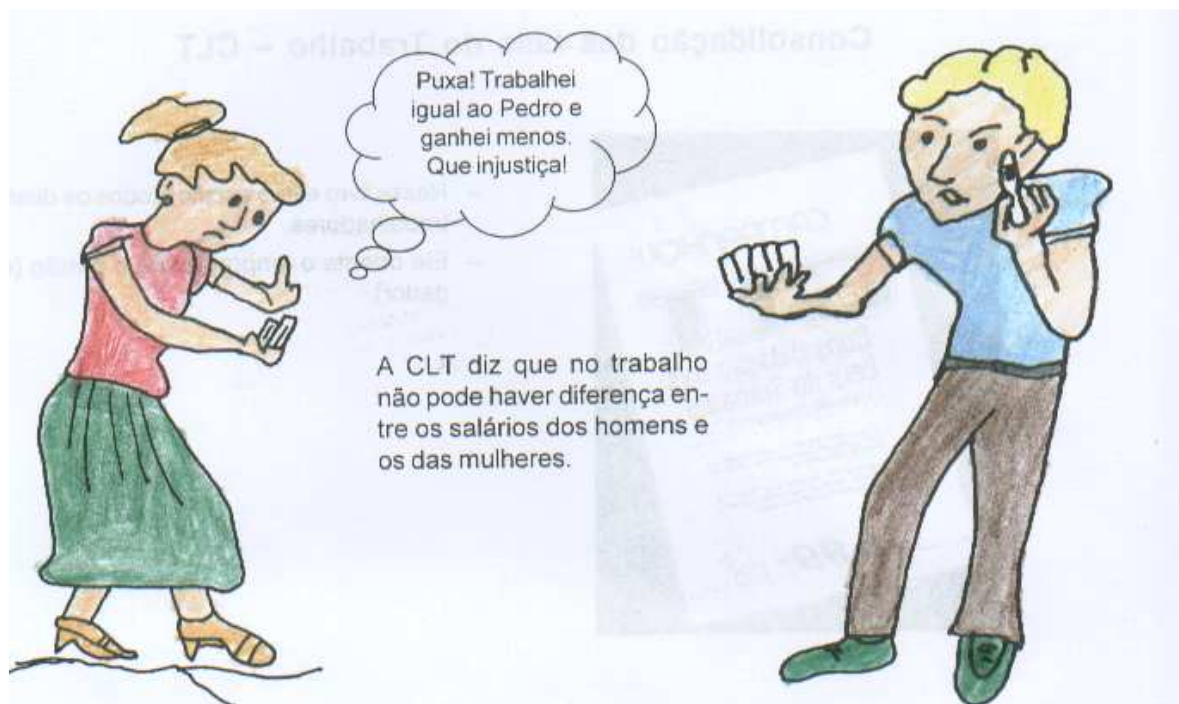
Diarista, cozinheira, secretária, costureira, cozinheira

2. Escreva em que empregos, em sua cidade, existem mais homens trabalhando.

caminhoneiro, pedreiro, frentista, pintor, eletricitista

3. Discuta com sua professora e sua turma as dificuldades que a mulher encontra para trabalhar fora de casa e como vencer essas dificuldades.

Em nossa cidade tem muitas mulheres que trabalham e não encontram tanta dificuldade para assumir emprego.



### Exercícios:

1. Escreva em que empregos, em sua cidade, existem mais mulheres trabalhando.

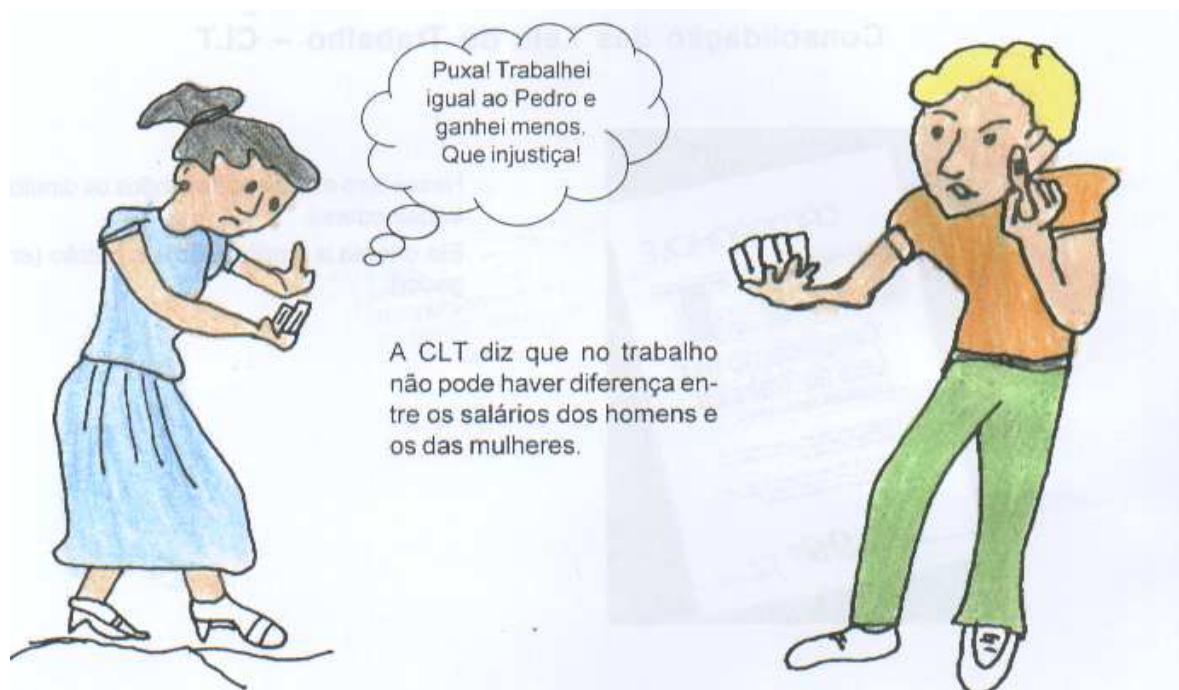
diarista, creche, secretária, costureira, cozinheira

2. Escreva em que empregos, em sua cidade, existem mais homens trabalhando.

carreirista, pedreiro, pintor, eletricitista

3. Discuta com sua professora e sua turma as dificuldades que a mulher encontra para trabalhar fora de casa e como vencer essas dificuldades.

em nossa cidade tem várias mulheres que trabalham e não encontram dificuldade para arrumar emprego



#### Exercícios:

1. Escreva em que empregos, em sua cidade, existem mais mulheres trabalhando.

*Limpeza, creche, secretária, contínuo, cozinheira*

2. Escreva em que empregos, em sua cidade, existem mais homens trabalhando.

*carreirista, pedreiro, frentista, pintor, eletricitista*

3. Discuta com sua professora e sua turma as dificuldades que a mulher encontra para trabalhar fora de casa e como vencer essas dificuldades.

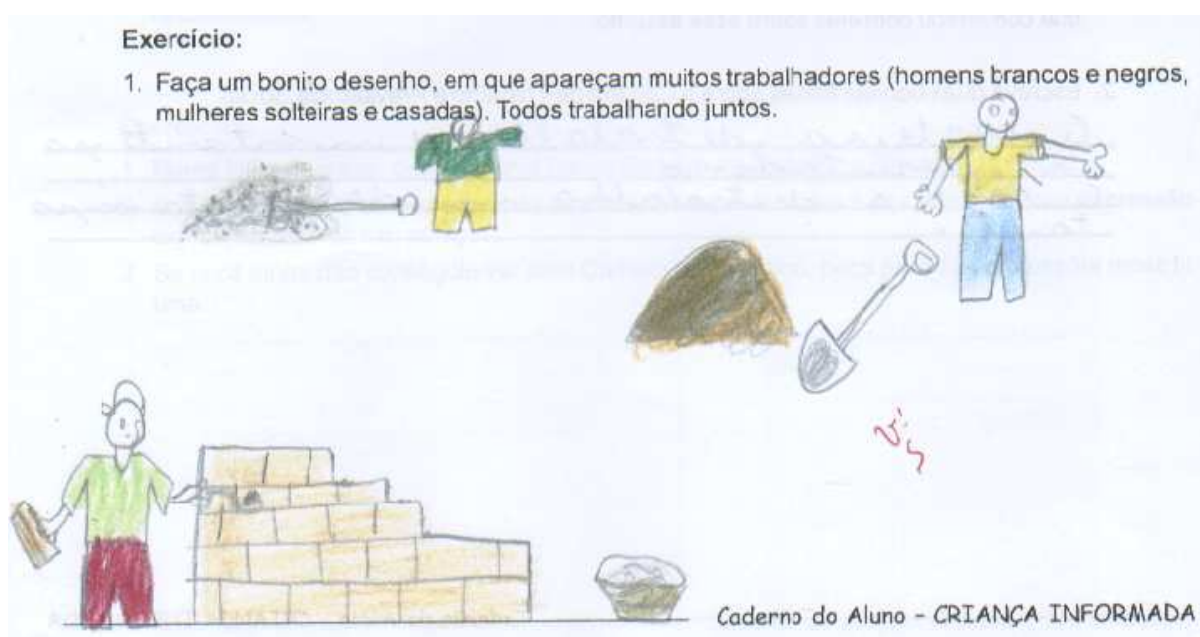
*Em nossa cidade tem várias mulheres que trabalham e não encontram tanta dificuldade para assumir empregos*

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 10.

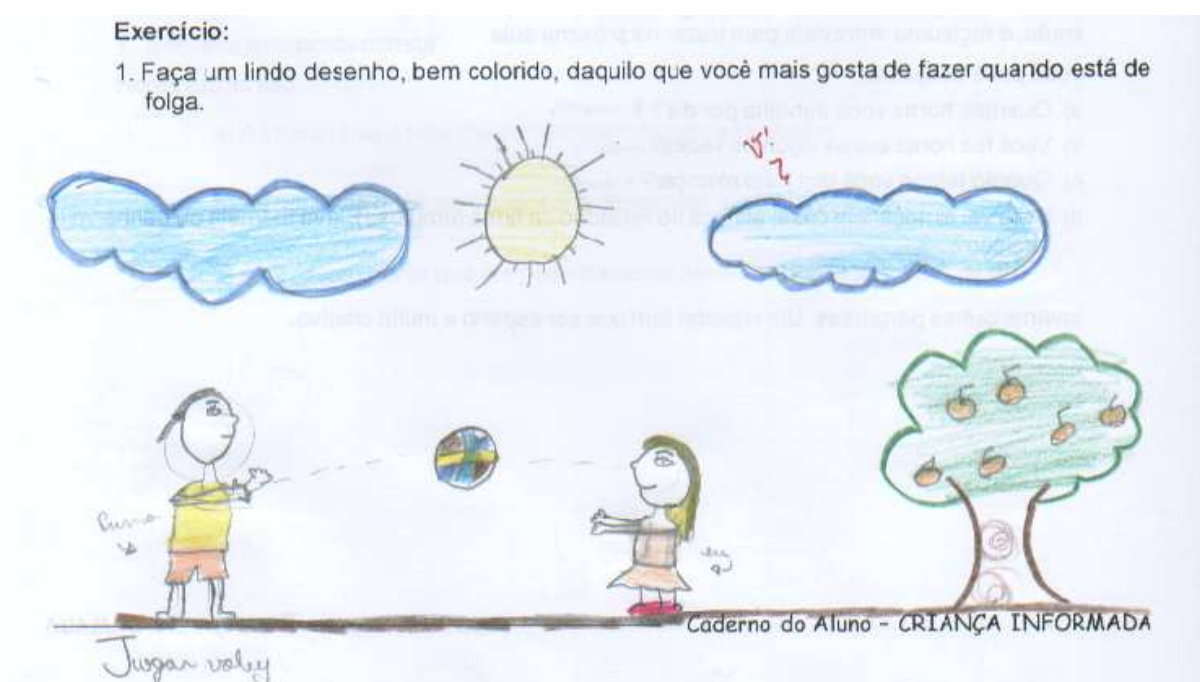
Retomando as críticas feitas no Relatório de 2003, quanto aos espaços para atividades de desenho, e observando como os alunos realizaram tais atividades, impossível não considerar tais críticas sem fundamento. São apenas duas atividades e os espaços, conforme podemos constatar observando os desenhos de alunos da



5ª série (2006) da escola estadual 2, da periferia, são suficientes para realização das mesmas:

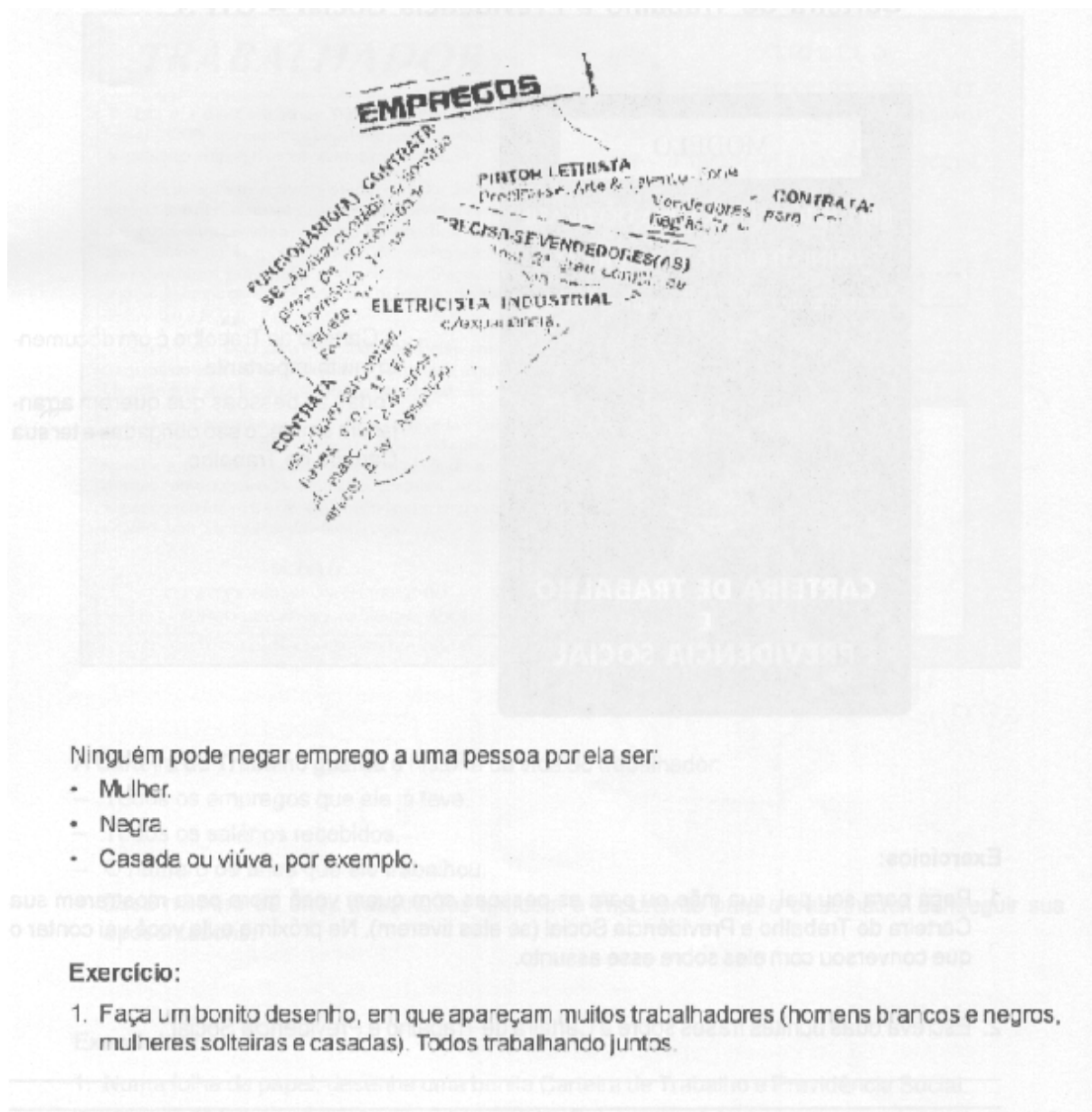


BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 11.



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 22.

Em relação aos anúncios reproduzidos no material do Programa, que no Relatório os professores afirmam que têm textos ilegíveis, os mesmos, como se pode deduzir facilmente, são apenas ilustrativos, e não comprometem a realização da atividade proposta.



Ninguém pode negar emprego a uma pessoa por ela ser:

- Mulher.
- Negra.
- Casada ou viúva, por exemplo.

#### Exercício:

1. Faça um bonito desenho, em que apareçam muitos trabalhadores (homens brancos e negros, mulheres solteiras e casadas). Todos trabalhando juntos.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 11.

O mesmo acontece com os desenhos considerados “incompletos” no Relatório. A opção gráfica não compromete o entendimento do texto pelo aluno. Vejamos:



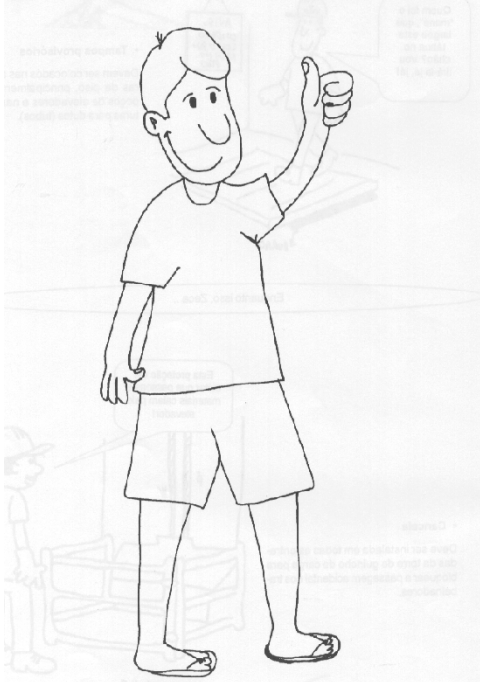
BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 22.

Entretanto, é inquestionável que a atividade da página 46 a que os professores se referem no Relatório (que envolve também as páginas 47 e 49 do Caderno do Aluno), apresenta dificuldade de realização que se expressa na própria tarefa solicitada aos alunos e não em considerações estilísticas (anúncios ilegíveis e desenhos incompletos de trabalhadores) ou espacial (local para os alunos desenharem) que supostamente comprometeriam a realização das atividades propostas.

Na página 46 há o desenho de um trabalhador e nas páginas 47 e 49 existem desenhos de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). A atividade consiste em pintar, recortar os EPIs e depois colar alguns na figura do trabalhador. Mas os desenhos dos EPIs são proporcionalmente maiores que as partes do corpo do trabalhador e, portanto, não encaixam, dificultando a realização de uma atividade realmente significativa. Há outra questão, que não foi explicitada pelos professores: não há especificação da função de cada EPI no Caderno do Aluno nem no Caderno do Professor. Como poderia um Programa contribuir para difundir e, mais ainda,

para fixar instruções de segurança, que o professor poderia mencionar oralmente, mas que não estavam registradas em palavras que poderiam ser relidas várias vezes em diferentes ocasiões?

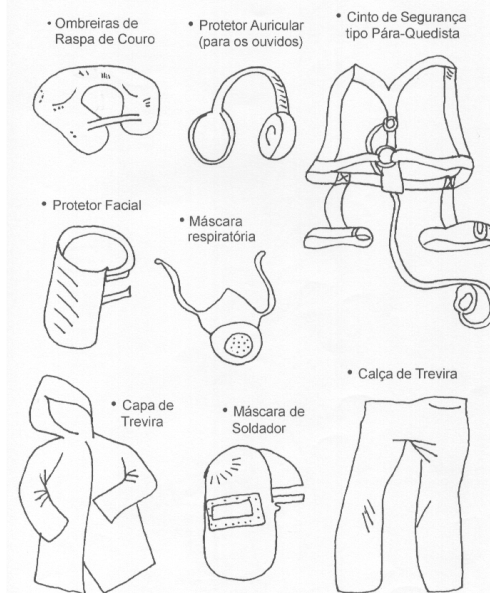
Que tal protegermos o João Dedo-Duro, colocando alguns equipamentos de proteção nele?



Vamos colorir e recortar os Equipamentos de Proteção Individual?



Vamos colorir e recortar os Equipamentos de Proteção Individual?



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 46, 47, 49. As páginas foram reduzidas.



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 46. A atividade foi realizada por um aluno da 5ª série da escola estadual 3, da periferia de São José dos Pinhais em 2006. Não foi possível localizarmos Cadernos preenchidos pelos alunos que participaram do Programa em 2003, mesmo ano do Relatório dos professores.



Analisando os testes realizados por alunos (2 de cada escola) de duas escolas rurais municipais em 2003 outras questões chamam a atenção sobre a realização do Programa em São José dos Pinhais. Denominamos as escolas de: 5 e 6, e os alunos: A, B, C e D.

#### Escola 5

##### Aluno A

Escola Rural Municipal 08-04-03.  
Escola do Futuro do trabalhador

- 1) Cite 3 direitos do trabalhador  
Salário, uniforme, cesta, básica
- 2) Cite 3 deveres do trabalhador  
Não se atropelar, trabalhar.
- 3) Qual o documento que nos precisamos ter para iniciar no trabalho? Carteira de trabalho.
- 4) Qual a idade que a criança pode trabalhar e como?  
14 anos aprendiz
- 5) Cite 3 equipamentos de proteção do trabalhador?  
Capacete, Bota,

##### Aluno B

Escola Rural m. 08-07-03.

- 1) Cite 3 direitos do trabalhador. Com ~~o~~ dinheiro, fazer o serviço  
in ao serviço.
- 2) Cite 3 deveres do trabalhador. trabalhar, com a rede básica,  
com a rede transporte
- 3) Qual o documento que nós precisamos ter para iniciar trabalho?  
A carteira do trabalhador.
- 4) Qual a idade que a criança pode trabalhar e como?  
14 anos e a partir disso.
- 5) Cite 3 Equipamentos de proteção do trabalhador? Capacete,  
luva, sapato.

Escola 6

Aluno C

Escola: Rural Maurício  
 Nome: [redacted]  
 Série: 3ª  
 Data: 09/07/2003.  
 Questão 1  
 Qual o nome do documento que é necessário para iniciar no trabalho?  
 R= O nome do documento é carteira de trabalho  
 Questão 2  
 Liste 3 direitos do trabalhador?

R= O direito do trabalhador de não trabalhar horas extras  
 Questão 3  
 Liste 3 deveres do trabalhador?  
 R= Ele não pode brigar com os amigos, não pode faltar  
 Questão 4  
 Qual a idade que a criança pode trabalhar e como?  
 R= 14 anos, aprendiço  
 Questão 5  
 Liste 3 equipamentos de proteção do trabalhador?  
 R= Capacete, óculos,

Aluno D

Escola: Rival Municipal

NOME:

serie: 3ª

Data: 09/07/2003.

Questionario.

1) Qual o nome do documento necessário para indicar no trabalho? Carteira de trabalho.

2) Cite 3 direitos do trabalhador? Trabalho certo, salario, vale transporte.

3) Cite 3 deveres do trabalhador? Atuar, faltar, respeitar os colegas.

4) Qual a idade que a criança pode trabalhar e como? 14 anos. Aprendiz.

5) Cite 3 equipamentos de proteção individual? Capacete, luvas, protetor.

Baseado, segundo declaração do Ministério do Trabalho e Emprego, no método construtivista, que deveria permitir que os alunos elaborassem seus conhecimentos, os testes reproduzidos nos mostram, entretanto, o quanto houve simples reprodução, resultado agravado pela redação deficiente apresentada pelos alunos. As questões feitas foram as mesmas nas duas escolas e as respostas seguem o mesmo padrão. Por que foram feitas essas perguntas? Partindo do princípio que o que foi perguntado é o que se pretendia fixar, podemos perceber quais temas eram priorizados pelos coordenadores do Programa e seus professores. A questão sobre Carteira de Trabalho é exemplar neste caso.

Pelas respostas dos alunos podemos observar também que nem todos entendiam bem a diferença entre deveres e direitos dos trabalhadores. Na questão “Cite 3 deveres do trabalhador”, o aluno B da escola 5 responde – “trabalhar, canhar [sic] seta pasica [sic] e canhar [sic] vale tranbote” [sic], e o aluno D da escola 6 responde – “Atrazar [sic], faltar, respeitar os colegas”. Nos dois casos podemos perceber que eles acertam um dos deveres, aluno B – “trabalhar” e aluno D – “respeitar os colegas”. Os outros itens citados, “faltar” e “atrasar” são considerados “direitos do trabalhador”, embora o sejam em situações específicas. Diferenças talvez difíceis de serem entendidas por não fazerem parte da realidade desses estudantes do meio rural.

Os questionários respondidos em 2007 por alguns alunos e professores que participaram do Programa em São José dos Pinhais também são reveladores. Através do questionário respondido por um professor da escola rural 6, sabemos que o Programa era utilizado por ele, durante o ano de 2004, nas sextas-feiras, em todas as disciplinas, com os alunos de 3ª e 4ª séries. As atividades eram realizadas pelos alunos com auxílio do professor, pois eram consideradas muito aprofundadas, fora da realidade deles, filhos de pequenos e médios agricultores. O professor afirma textualmente: “[...] legislação trabalhista não era da realidade deles.” As declarações deste professor chocam-se àquela feita no Relatório dos professores de 2003, em que estes, também professores de escolas rurais, declaravam: “após realizar as atividades propostas no caderno do aluno, consideramos que o trabalho foi importante para a formação dos mesmos”. (Cf.: p. 110, ANEXOS, p. 154) Estaria na fala dos professores de 2003 o desejo de preparar seus alunos para atuarem, no futuro, nas indústrias da região? É possível, se considerarmos as mudanças da economia local naquele período. Algo que pode ter sido apagado da memória do

professor que respondeu o questionário em 2007, pelas transformações por ele vivenciadas desde o tempo em que implementou o Programa.

Segundo o professor da escola rural 6, a avaliação era realizada através de produção de textos e o conteúdo que gerou mais discussões ou interesse por parte dos alunos foi sobre higiene e segurança no trabalho. Para ele, seria importante trabalhar com os alunos sobre o que fazer quando acontece um acidente, para não agravar o estado da vítima e, quando necessário, chamar o socorro médico, já que a empresa pode responder pelo acidente. (Cf.: ANEXOS, p. 155) Nesta resposta do professor podemos perceber a efetiva preocupação de bem atender os acidentados e de sua consciência que a empresa tem que se responsabilizar pela vítima; é possível notar também como em suas palavras está presente a idéia da saúde como algo a ser cuidado a partir do conhecimento médico. O professor reproduz e atualiza uma atitude sobre o cuidado com o corpo, baseada em instrução científica, que foi sistematicamente difundida no Brasil por médicos e professores, com o apoio de autoridades governamentais, desde pelo menos o início do século XX. Baseada na instrução sobre higiene, esta educação teve nos grupos escolares, locais privilegiados de divulgação, mas também colaboraram nessa difusão as campanhas pela imprensa e até os discursos de militantes operários, que apostavam no poder da ciência e da educação para transformar a sociedade. (Cf.: BERTUCCI, 1997; 2007, p. 148-158)

Ainda segundo o professor da escola rural 6, o conteúdo de “[...] higiene complementou o trabalho do Posto de Saúde sobre higiene bucal.” No Caderno do Professor a higiene oral é tratada num pequeno texto, mas significativo por expressar de forma sintética a relação cuidado pessoal e autoridade científica (do dentista) quando a questão é saúde em seus mais diferentes aspectos.

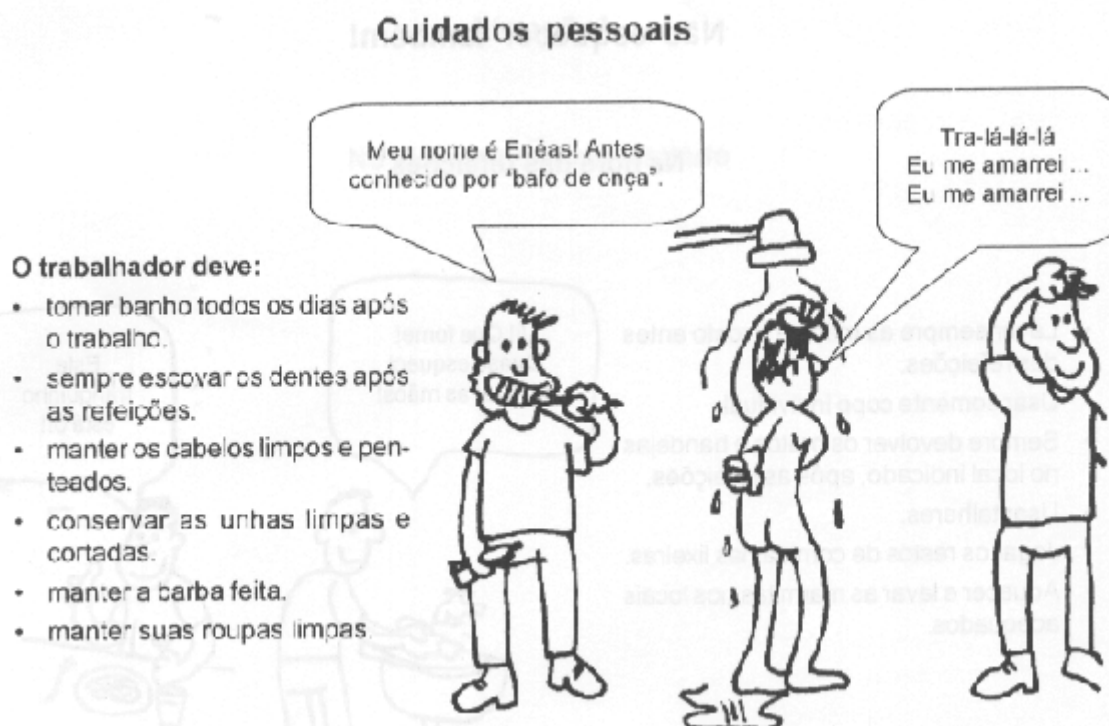
### 3.4. Higiene Oral

Poeiras de chumbo, névoas de cromo, vapores de mercúrio, gases, etc. entram pela boca e nariz de trabalhadores expostos, resultando em irritação, inflamação ou até mesmo em câncer. Erosões dentárias ocorrem por ácidos ou por meio mecânico como nos sopradores de vidro. Cáries é uma ocorrência comum. A limpeza diária dos dentes e da boca é necessária para prevenir a cárie e a perda dos dentes. Após o final da jornada diária de trabalho, os trabalhadores expostos deverão lavar a boca e fazer gargarejo com água para remover os químicos que aí se alojaram. Não esquecer de fazer *check-up* periódico no dentista.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa educativo escola do futuro trabalhador**. 2. ed. Caderno do Professor. Brasília: MTE, SIT/DSST, 2002, p. 78.



No Caderno do Aluno existe apenas um desenho sobre o tema. Ele mostra uma pessoa escovando os dentes e duas frases sobre o assunto (no texto e no “balão” do homem que está escovando os dentes), que reforçam a atenção com o cuidado pessoal em linguagem fácil, apelando para as relações sociais.



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: caderno do aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002, p. 63.

Segundo o questionário respondido por dois professores da escola estadual 4, o Programa foi aplicado em 2006 nas 5ª séries por um professor de Ensino Religioso, e nas 6ª séries por um professor de História.<sup>87</sup> O professor de Ensino Religioso aplicava o Programa em algumas aulas como “conceito de valores”. O conteúdo era explicado por ele em sala e as atividades resolvidas em casa. Não havia avaliação formal. O tema que gerou mais discussões e interesse foi saúde e segurança no trabalho, os alunos davam exemplos do que os pais viviam no trabalho, suas doenças e afastamentos. Para o professor seria importante trabalhar com os alunos sobre a prevenção da lesão por esforço repetitivo (L.E.R.) e stress. (Cf.: ANEXOS, p. 156-157) No Caderno do Professor, na parte que trata da Segurança e Saúde do Trabalhador há um texto que aborda o tema de uma forma geral. E como podemos perceber no trecho abaixo, cita a L.E.R.:

<sup>87</sup> Não foram analisados os Cadernos do Programa, dos alunos da escola 4 porque os estudantes faziam as atividades no caderno e não foi possível localizá-los.

## 2. QUAIS OS TIPOS DE PROBLEMAS QUE O TRABALHO PODE GERAR NA SAÚDE DOS TRABALHADORES?

Quando se pretende estudar o impacto do trabalho ou dos processos de trabalho particulares sobre a saúde dos trabalhadores, os danos podem ser classificados em dois grandes grupos de ocorrências:

- danos que se manifestam de forma aguda, isto é, ocorrem abruptamente: os acidentes de trabalho e as intoxicações agudas. Ex: corte do dedo de um trabalhador em uma prensa em uma metalúrgica, ou queda de um trabalhador de um andaime na construção civil com morte, ou ainda intoxicação de uma faxineira com inseticida;
- danos que se manifestam de modo insidioso: as doenças profissionais típicas e as doenças do trabalho (ou doenças relacionadas ao trabalho). Ex: A silicose pode ser considerada uma doença profissional porque geralmente se adquire no trabalho; já a Lesão por Esforços Repetitivos – LER, atualmente chamada de Doença Osteomuscular Relacionada ao Trabalho – DORT, pode ser adquirida tanto no trabalho como fora dele, por isso é considerada, também, uma doença relacionada ao trabalho.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa educativo escola do futuro trabalhador**. 2. ed. Caderno do Professor. Brasília: MTE, SIT/DSST, 2002, p. 66.

O professor de História trabalhava com os Cadernos pelo menos uma vez por semana; ele declara que os alunos “resolviam [as atividades] juntamente com o professor, discutia-mos [sic] as questões em sala.” A avaliação era feita através da correção dos exercícios. O tema mais discutido pelos alunos foi “Direitos do trabalhador”. Para a pergunta, “Que tipo de prevenção de acidentes você acha mais importante ser trabalhada com os alunos? Por quê?” Ele responde: “acredito que além de higiene pessoal, cuidados preventivos e alimentação.” Em aparente desentendimento da questão, o professor revela algo significativo: aquilo que efetivamente ele julga importante trabalhar com seus alunos e que se desdobra nos itens higiene pessoal, cuidados preventivos e alimentação. (Cf.: ANEXOS, p. 158-159)

Podemos vislumbrar o que tinha explícita importância para os alunos analisando os questionários respondidos por 5 alunos da 7ª série da escola 4. Percebemos que nenhum deles, durante o ano em que participaram do Programa e possivelmente tinham entre 13 e 14 anos, trabalhavam. Dois deles afirmam que a idade para começar a trabalhar deveria ser aos 14 anos, dois outros dizem que deveria ser aos 15 anos, e apenas um acredita que deve ser 16 anos. Segundo um deles o trabalho nos dá dignidade, e para outro ajuda a ter responsabilidade. (Cf.: ANEXOS, p. 160, 162, 164, 166, 168) A idéia da naturalização do trabalho como regenerador permanece, resultado de uma educação formal e informal, difundida na sociedade paranaense (e brasileira) há mais de um século. (Cf.: MARQUES, 2003)

Os 5 alunos afirmam considerar importante trabalhar com Carteira de Trabalho assinada. Impossível descartar a influência nestas respostas, da ênfase com que o tema foi focado no material do Programa aplicado em São José dos Pinhais. (Cf.: p. 26) Em relação ao que aprenderam nas aulas do Programa, a maioria das respostas foi generalizada, dizia: “muitas coisas”. Entretanto, 2 alunos, afirmaram mais: para um deles, “todos tem [sic] direito de trabalhar e ter sua carteira de trabalho assinada”; segundo outro: “aprendi que tem que ter leis para o trabalho”. (Cf.: ANEXOS, p. 160, 162, 164, 166, 168). As falas destes 2 alunos reforçam a tese da importância dada pelo Programa e seus professores para questões trabalhistas, apesar do conteúdo saúde e segurança no trabalho também ser destaque no material impresso do Programa. Mesmo depois de alguns anos, e com pretensões profissionais distantes do universo do trabalhador/operário enfatizado pelo Programa, a educação sobre questões trabalhistas ligadas estreitamente ao mundo industrial permanece viva entre seus ex-alunos.<sup>88</sup> O conteúdo saúde e segurança no trabalho não foi mencionado por nenhum dos 5 alunos quando perguntados sobre o que aprenderam no Programa, o que reforça a tese da ênfase no tema trabalhista legal, que mesmo um tanto deslocado do sonho profissional dos alunos em 2007, ainda está presente na memória de 2 deles.

Entretanto, o “esquecimento” do tema saúde e segurança no trabalho, sugere mais de uma possibilidade. Primeiro, que a forma como o item era abordado no material do Programa, enfocando prioritariamente fábricas e construção civil, estaria longe das pretensões profissionais dos 5 ex-alunos em 2007. Mas, a questão ganha uma segunda possibilidade, retomando as declarações do professor da escola rural 6, que relacionou o tema com a higiene bucal e com outras ações sociais de São José dos Pinhais – as do Posto de Saúde, e as afirmações de dois professores da escola 4, que enfatizam higiene, saúde e segurança no trabalho. (Cf.: ANEXOS, p. 154, 157, 159) Os aspectos mais significativos da questão saúde, para ex-alunos do Programa, estariam tão difundidos no seu cotidiano em 2007 que eles não os perceberiam como itens a destacar como específico do Programa? É possível.

Perguntados sobre o que aprenderam sobre acidentes de trabalho, 3 responderam que “devemos nos prevenir”, um diz que “devemos nos cuidar” e outro,

---

<sup>88</sup> Advocacia, medicina, pedagogia e veterinária, foram as profissões escolhidas pelos alunos da escola 4 que declararam já saber no que pretendem trabalhar.



que “é preciso ter cuidado”. (Cf.: ANEXOS, p. 160, 162, 164, 166, 168) As respostas refletem o conteúdo do Caderno do Aluno, onde a prevenção de acidentes é explicitamente voltada para o trabalhador e induz, mesmo que indiretamente a atribuição da responsabilidade do trabalhador por sua segurança e saúde.

Três desses alunos da escola 4, que responderam ao questionário, afirmaram que conversavam com a família sobre o Programa e mostravam o Caderno do Aluno, aos seus familiares, o que indica que diferentes pessoas, de várias faixas etárias tiveram algum contato com o conteúdo do material; indício que o Programa não se limitou às salas de aula. No Caderno do Aluno, Os Direitos do Trabalhador ocupa 28 páginas e o tema Saúde ocupa 31 páginas das 66. Considerando o destaque que o tema Saúde tem no Caderno do Aluno e, também, quanto o tema, em desdobramentos como higiene e acidentes e doenças do trabalho, foi objeto das aulas, podemos afirmar que, em São José dos Pinhais no início do século XXI, como em diferentes partes do Brasil no início do XX, a escola ofereceu sua colaboração para campanhas de difusão de meios de prevenção e preservação da saúde (Cf.: ROCHA, 2003b, p.40), contribuindo para mudanças e fixação de hábitos entre aqueles que seriam “futuros trabalhadores” e até mesmo divulgando-os, sutilmente, entre seus familiares. (Cf.: ANEXOS, p. 160, 164, 166) No Programa dos anos 2000, um tema fortemente aliado com a divulgação de direitos trabalhistas.<sup>89</sup>

---

<sup>89</sup> É significativo que, em São José dos Pinhais, atividades como a Cipinha Escolar, as inspeções de segurança nas instalações da escola, e as visitas a empresas, sugeridas pelo Programa, não foram sequer mencionadas por alunos ou professores que participaram do mesmo entre 2003 e 2006. As diferentes pessoas envolvidas no Programa, vivendo uma realidade específica, determinaram seu rumo singular, mesmo que balizado pelo material disponibilizado.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de industrialização transformou a sociedade a partir do século XVIII, primeiro a inglesa depois a européia. O trabalho em família e em oficinas manufatureiras foi substituído aos poucos pelo trabalho nas fábricas, onde os trabalhadores tinham que se adaptar a um novo modo de produzir no qual as máquinas marcavam o ritmo do trabalho, a disciplina e o tempo. Mas, essas mudanças não significaram uma imposição absoluta e pacífica sobre os trabalhadores, elas foram balizadas pelos homens e mulheres que trabalhavam nas indústrias que se multiplicaram, inclusive para além das fronteiras da Europa.

No Brasil, o processo de industrialização, até pelo menos o final do século XIX, foi marcado por surtos de desenvolvimento e crises sucessivas. A partir do final do século XIX, o fim da escravidão, a vinda dos imigrantes, o crescimento e a diversificação do complexo cafeeiro propiciaram o início da formação industrial nacional consistente, notadamente no eixo formado pelos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Com a industrialização crescente, novas questões sociais e econômicas passam a fazer parte da vida dos brasileiros: a paulatina concentração de pessoas nos centros urbanos, e a luta dos trabalhadores por condições dignas de salário, moradia e saúde. Paralelamente a expansão industrial e as transformações por ela provocadas, ocorrera o crescimento do número de doenças relacionadas ao trabalho e acidentes nos ambientes de trabalho. Situação denunciada pelos militantes operários desde o início do século XX, a questão preocupa trabalhadores e autoridades governamentais ainda no início do século XXI, pois vários patrões não cumprem as normas de segurança e diversos empregados deixam de usar equipamentos de proteção e não seguem as regras de prevenção.

A presença de jovens e crianças nesse processo foi questão que mereceu atenção destacada, além dos próprios trabalhadores, de médicos e autoridades governamentais desde o final dos Oitocentos. Combatido por várias pessoas, repetidamente denunciado pela imprensa operária, que lutava para incutir entre os próprios trabalhadores os riscos do trabalho do menor, o trabalho precoce foi também considerado regenerador, em especial no caso dos mais pobres e infratores, o que gerou uma polêmica sobre o tema que atravessou décadas e ainda não foi concluída.

No Brasil, nos últimos cem anos, muitas leis foram elaboradas tentando coibir a exploração do trabalho do menor, e a redação, abrangência e cumprimento destas leis dependeram, e dependem de vários fatores sociais, muitos deles relacionados diretamente ao cotidiano dos próprios trabalhadores: muitos são aqueles que ainda permitem o trabalho de seus filhos menores, inclusive em atividades perigosas e insalubres. No Brasil do século XX também foram desenvolvidos programas governamentais com objetivo de erradicar o trabalho de crianças e jovens e fazer com que estes freqüentassem a escola, entretanto, diversos foram os obstáculos para que as mudanças pretendidas pelos seus idealizadores se efetivassem. Entre estes obstáculos, que também limitam a aplicação das leis, estão: a difícil fiscalização das relações formais de trabalho; a miséria familiar que impele menores para o trabalho; a percepção, arraigada socialmente, do trabalho como medida de prevenção contra os “perigos da rua” e da indisciplina social (o trabalho percebido como “escola” para uma vida adulta honesta). Riscos para saúde e para o desenvolvimento físico e intelectual de crianças e jovens não são considerados por muitas pessoas quando avaliam a questão do trabalho precoce.

Foi com a intenção de esclarecer e instruir crianças e jovens sobre o mundo do trabalho na própria escola, incentivando-os a permanecer na sala de aula e, ao mesmo tempo, informando/formando o “futuro trabalhador”, que o Programa Educativo Escola do Futuro Trabalhador foi criado. Elaborado e aplicado em algumas cidades do Paraná em 1997, o Programa ganhou extensão nacional em 2001, sob a direção do Ministério do Trabalho e Emprego. No município de São José dos Pinhais sua implantação aconteceu em 2003 e foi implementado no município até 2006.

Enfatizando em seu material impresso (Caderno do Professor e Caderno do Aluno) prioritariamente questões relativas à legislação trabalhista das últimas décadas, com especial referência à criança e ao adolescente, e temas relacionados à saúde e segurança no trabalho, o Programa procurou fixar nos alunos a importância da Carteira de Trabalho, a proibição do trabalho de menores antes dos 16 anos, e a importância da freqüência escolar para o pleno desenvolvimento pessoal. A questão saúde ganhou desdobramentos diversos, destaque para higiene e medidas de segurança no ambiente de trabalho. Entre outros itens relacionados ao tema saúde, a questão das doenças profissionais foi muito pouco explorada: em

uma página do Caderno do Aluno e de forma genérica no Caderno do Professor, privilegiando em ambos os Cadernos, temas relacionados ao universo industrial, o que pouco contribuiu para fixar atitudes prevencionistas específicas, indicou com clareza a quem se dirigia o Programa: o futuro trabalhador de diferentes ramos industriais, até mesmo de indústrias que se fixavam nas proximidades e arregimentavam trabalhadores de áreas rurais, como no caso de São José dos Pinhais (questões de saúde relacionadas explicitamente ao trabalho rural não são sequer mencionadas no Caderno do Aluno). Considerando os textos do Caderno do Aluno e do Caderno do Professor, mas, principalmente, a maneira como o Programa foi aplicado em São José dos Pinhais, é possível perceber o tipo de trabalhador que se pretendia formar: o industrial urbano.

Expressando a combinação entre o conteúdo do material impresso distribuído pelo Programa Futuro Trabalhador e a realidade da região de São José dos Pinhais, entre os anos de 2003 e 2006, a análise de Cadernos do Aluno e dos depoimentos escritos de professores e alunos que participaram do Programa naquele período, indicou que, mesmo realizadas muitas vezes de forma repetitiva e mecânica, as atividades que enfatizavam questões trabalhistas legais e aspectos do tema saúde, especialmente, aquelas ligadas à higiene, foram apreendidas pelos alunos e incorporadas ao seu cotidiano; cotidiano que incluía relações com pessoas que não freqüentavam a escola, como seus pais, irmãos e avós, pessoas que podem ter sido, mesmo indiretamente e de maneira esparsa, informadas pelo Programa (a declaração de ex-alunos aponta nesta direção).

Desta forma, balizando as propostas do Programa estavam os próprios professores, a realidade de São José dos Pinhais e os costumes (entendidos como explicita Edward P. Thompson) das famílias dos “futuros trabalhadores”, o que concorreu para a fixação pelos alunos de temas como da importância da Carteira de Trabalho e de leis trabalhistas, mas, também para a reafirmação pelos próprios estudantes da tese do trabalho como regenerador. Na ênfase dada pelos professores em práticas higiênicas e de saúde individual e não no item segurança no ambiente de trabalho. Mesmo depois de alguns anos, e a reelaboração da memória, ao recordarem o Programa, tanto ex-alunos quanto ex-professores, reforçaram a importância de itens que indicavam o objetivo central do Programa desenvolvido em São José dos Pinhais: formar o futuro trabalhador industrial urbano, o que não se traduzia em saberes prevencionistas especializados ou detalhados, ou em

conhecimentos sociais e históricos que possibilitassem ações políticas efetivas no âmbito do mundo do trabalho. Em São José dos Pinhais, o Programa informou/formou jovens com noções gerais de direitos trabalhistas, higiene e segurança do trabalho e buscou inculcar a importância da posse da Carteira de Trabalho, alertando para a questão da idade mínima diferenciada de aprendiz e de trabalhador. Em período de expansão e diversificação do parque industrial, como foi entre 2003 e 2006, nada mais adequado, especialmente se estes itens fossem acoplados a tese, secular, do trabalho como regenerador.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, S. A. de. **Escola Americana de Curitiba (1892-1934):** um estudo do americanismo na cultura escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

ALMEIDA, A. B. de S. **As parcelas (in)visíveis da saúde do trabalhador:** uma contribuição à história da medicina do trabalho no Brasil (1920-1950). Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

ALMEIDA, A. B. de S. Doenças e trabalho: um olhar sobre a construção da especialidade Medicina do Trabalho. In: NASCIMENTO, D. R. do ; CARVALHO, D. M. de C., MARQUES, R. de C. (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, v.2, p. 179-232.

ALVES, G. **Crises e Limites do Sindicalismo.** Elementos para uma reflexão crítica da práxis sindical. São Paulo, UNESP, [200-]. Disponível em: <<http://www.sinjusc.org.br/admin/uploads/baixar/ValorELimitesDoSindicalismoGiovanniAlvesreduzido.doc>>. Acesso em: 28/08/08.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ANTUNES, R. L. C. **O que é sindicalismo.** São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da família.** 2. ed. Tradução, FLAKSMAN, D. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AROUCA, A. T. O trabalho e a doença. In: GUIMARÃES, R. (Org.). **Saúde e medicina no Brasil:** contribuição para um debate. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 93-119.

BALHANA, A. P.; PINHEIRO MACHADO, B.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná** Curitiba: Grafipar, 1969, 4 v.

BARCELOS, M.A. Mapeamento de riscos ambientais. In: VIEIRA, S. I. (Coord.). **Medicina básica do trabalho.** 2. ed. Curitiba: Genesis, 1998, v. 4, p. 37-48.

BERLINGUER, G. **A saúde nas fábricas.** São Paulo: Hucitec, 1983.

BERLINGUER, G. **A doença.** São Paulo: Hucitec, 1988.

BERTONHA, J. F. **Os italianos.** São Paulo: Contexto, 2005.

BERTUCCI, L. M. **Saúde: arma revolucionária**. São Paulo – 1891/1925. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

BERTUCCI, L. M. O futuro ameaçado: a preocupação com a descendência nos jornais operários. In: SEIXAS, J.; BRESCIANI, S.; BREPHOL, M. (Org.). **Razão e paixão na política**. Brasília: Unb, 2002, p. 237-257.

BERTUCCI, L. M. **Quando a imprensa diária é imprensa pedagógica**. Educação e saúde em Curitiba, 1889-1930. Projeto de Pesquisa, SE/UFPR, 2006.

BERTUCCI, L. M. Forjar o povo, construir a nação: ciência médica e saúde pública no Brasil. RIBERA CARBÓ, E.; MENDONÇA VARGAS, H.; SUNYER MARTÍN, P. (Coord.). **La integración del territorio em uma idea de estado. México y Brasil, 1821-1946**. Ciudad de México: UNAM – Instituto de Geografía; Instituto Mora, 2007, p. 141-161.

BERTUCCI, L.M.; FARIA FILHO, L. M. de; TABORDA DE OLIVEIRA, M.A. **Thompson historiador: teoria, método e fontes. Contribuições para a história da educação**. Texto inédito, set. 2007.

BORSOI, I. C. F. Acidente de trabalho, morte e fatalismo. **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre, v.17, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2005.

BOSCHILIA, R. Mulheres descendentes de imigrantes e o espaço fabril. In: TRINDADE, E. M. de C.; MARTINS, A. P. V. (Org.). **Mulheres na história**: Paraná – séculos 19 e 20. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1997.

BRAGA, J. C. de S.; GOES DE PAULA, S. **Saúde e previdência**: estudos de política social. São Paulo: Hucitec, 1982.

BRASIL. **Constituição Federal**, Código Civil (2002/1916), Código de Processo Civil, Código de Processo Penal, Legislação complementar fundamental. 3. ed. Barueri (SP): Manole, 2004a.

BRASIL, M. N. A Pedagogia do capitalismo e seus componentes. In: MASCARENHAS, A. C. B. (Org.). **Educação e trabalho na sociedade capitalista**: reprodução e contraposição. Goiânia: Ed. da UCG, 2005, p. 09-48.

BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRINGEL, A. A. Políticas Educacionais e Ação Sindical na Década de 1990. In: MASCARENHAS, A. C. B. (Org.). **Educação e trabalho na sociedade capitalista**: reprodução e contraposição. Goiânia: Ed. da UCG, 2005, p. 49-82.

BUENO, W. de L. **Uma cidade bem amanhecida**; vivência e trabalho das mulheres polonesas em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

BURKE, P. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: UNESP, 1992.

BRZEZINSKI, I. (Org.). **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CAMPANHOLE, A.; CAMPANHOLE H. L. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 84. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

CARNEIRO, A. G. D. **Erradicação do trabalho infantil: estudo de políticas públicas contra a exploração da mão-de-obra infantil em Curitiba**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

CARRETERO, M. **Construtivismo e Educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2002.

CARVALHO, M. M. C. de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista (SP): EDUSF, 1998.

CARVALHO NETO, A.; SALIM, C. A. (Org.). **Novos desafios em saúde e segurança no trabalho**. Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto de Relações do Trabalho e FUNDACENTRO, 2001.

CASALECCHI, J. Ê. **O Brasil de 1945 ao Golpe Militar**. São Paulo: Contexto, 2002.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COHN, A. et al. **Acidentes do trabalho uma forma de violência**. São Paulo: Cedec - Editora Brasiliense, 1985.

COLOMBO, I. **O adolescente infrator e o sistema de ensino paranaense: a trajetória da Escola para Memores Professor Queiroz Filho (1965-1992)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

COOPER, K. H. **O programa aeróbico para o bem-estar total**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1982.

COSTA, D. R. **Direitos e obrigações na previdência social brasileira**. São Paulo: Gráfica O Cruzeiro, 1961, v.1.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1976.

DE DECCA, E. S. Ciência da produção: fábrica despolitizada. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 6, p. 47-79, 1984.

DE DECCA, E. S. **O nascimento das fábricas**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.



DECCA, M. A. G. de. **Indústria Trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930**. 16. ed. São Paulo: Atual, 1991.

DELA COLETA, J. A. **Acidentes de trabalho: fator humano, contribuições da psicologia do trabalho, atividades de prevenção**. São Paulo: Atlas, 1989.

DEL PRIORE, M. (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

DOURADO, A.; DABAT, C.; ARAÚJO, T. C. de. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 407-436.

DULLES, J. W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

FERNANDES, M. H. F.; ROCHA, V. M.; SOUZA, D. B. de. A Concepção sobre saúde escolar entre professores do ensino fundamental (1ª a 4ª séries). **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.12, n. 2, p. 283-291, mai./ago. 2005.

FERREIRA, M. N. **A imprensa operária no Brasil, 1880-1920**. Petrópolis: Vozes, 1978.

FRANK, R. Questões para as fontes do presente. In: CHAVEAU, A.; TÉTARD, P. (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GERSCHMAN, S. **A democracia inconclusa: um estudo da Reforma Sanitária brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro. Fiocruz, 2004.

GOMEZ, C. M.; COSTA, S. M. da F. T. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.13, supl.2, p. 21-32, 1997.

GONDRA, J. (Org.). **História e escolarização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

HAMILTON, W.; FONSECA, C. Política, atores e interesses no processo de mudança institucional: a criação do Ministério da Saúde em 1953. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.10, n. 3, p. 791-825, set./dez. 2003.

HARDMAN, F.; LEONARDI, V. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)**. São Paulo: Ática, 1991.

HARDMAN, F. F. **Nem pátria, nem patrão!** 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

HENDERSON, W. **A Revolução industrial (1780 – 1914)**. Lisboa, Verbo, 1969.

HENNINGTON, É. A.; MONTEIRO, M. O perfil epidemiológico dos acidentes de trabalho no Vale dos Sinos e o sistema de vigilância em saúde do trabalhador. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, v.13, n. 4, p. 865-876, out./dez. 2006.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções, 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a.

HOBSBAWM, E. J. **A era do capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977b.

HOCHMAN, G. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educar em revista**. Curitiba, n.25, p. 127-141, jan. 2005.

IGLÉSIAS, F. **A Industrialização Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

IPARDES. **Paraná, Economia e Sociedade**. Década de 70. [S.l: s.n.].

KARVAT, E. C. **A sociedade do trabalho: discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890-1933**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

KAWAKAMI, A. C. **Políticas de saúde e trabalho e a formação dos profissionais de saúde: o caso da vigilância sanitária (pós-1986)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

KIEFER, C.; FAGÁ, I.; SAMPAIO, M. do R. (Org.). **Trabalho – Educação – Saúde: um mosaico em múltiplos tons**. [S.l.]: FUNDACENTRO, 2001.

KRISCHKE, P. J. (Org.) **Brasil: do “milagre” à “abertura”**. São Paulo: Cortez, 1982.

KULMANN JUNIOR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

LIMA, D. A. **Educação, segurança e saúde do trabalhador**. Manual para cursos de capacitação de trabalhadores em segurança, saúde e qualidade de vida no trabalho. [S.l.]: SDS/FUNDACENTRO, 1999.

LIMA, S. M.; MINAYO-GOMEZ, C. Modos de subjetivação na condição de aprendiz: embates atuais. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.10, n. 3, p. 931-953, set./dez. 2003.

LOPREATO, C. R. **O espírito da revolta, a greve geral anarquista de 1917**. Campinas: Annablume, 2000.

MACHADO, S. **O direito à proteção ao meio ambiente de trabalho no Brasil**: os desafios para a construção de uma racionalidade normativa. São Paulo: Ltr, 2001.

MAGANO, O. B. **Lineamentos de infortunistica**. São Paulo: José Bushatsky Editor, 1976.

MALLOY, J. M. A política da previdência social no Brasil: paternalismo e participação. **DADOS**, n. 13, p. 93-115, 1976.

MARANO, V. P. Organização e funcionamento de serviços de medicina do trabalho nas empresas. In: VIEIRA, S. I. (Coord.). **Medicina básica do trabalho**. 3. ed. Curitiba: Genesis, 1996, v.1, p. 31-48.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada** São Paulo: HUCITEC, 1998.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950. In: FREITAS, M. C. de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 53-79.

MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

MARQUES, V. R. B. "Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no Novecentos". **Cadernos CEDES**, Campinas, v.23, n. 59, p. 57-78, 2003.

MAUAD, A. M. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 137-176, 2002.

MCKEOWN, T.; LOWE, C. R. **Introducción a la medicina social**. Ciudad de México: Siglo XXI, 1981.

MENDES, J. M.; OLIVEIRA, P. A. B. Medicina do trabalho: o desafio da integralidade na atenção à saúde. In: VIEIRA, S. I. (Coord.). **Medicina básica do trabalho**. 2. ed. Curitiba: Genesis, 1998, v.4, p. 29-36.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v.25, n.5, p. 341-349, out. 1991.

MENDONÇA, C. C. Real Significado da Reforma da Educação Profissional nos anos 1990. In: MASCARENHAS, A. C. B. (Org.). **Educação e trabalho na sociedade capitalista**: reprodução e contraposição. Goiânia: Ed. da UCG, 2005, p. 83-134.

MENDONÇA, M. N. **Cidade Industrial de Curitiba**: 25 anos bem empregados. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1998.

MENDONÇA, S. **A industrialização brasileira**. 7. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

MERCADANTE, O. A. (Coord.). Evolução das políticas e do sistema de saúde no Brasil. In: FINKELMAN (Org.). **Caminhos da saúde pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2002, p. 235-313.

MOISÉS, J. Á. **A greve dos 300 mil e as comissões de empresa**. São Paulo, Cadernos CEDEC, 1978. Disponível em:  
<<http://www.republicaonline.org.br/RepOnlineNAV/navegacao/documentos>>.  
Acesso em: 31/08/08.

MOURA, E. B. B. de. **Trabalho Feminino e condição social do menor em São Paulo (1890-1920)**. São Paulo: CEDHAL/USP, 1988.

MOURA, E. B. B. de. Infância Operária e acidente de trabalho em São Paulo. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

MOURA, E. B. B. de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, M. (Org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 259-288.

MUNAKATA, K. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NOGUEIRA, D. P. Medicina do trabalho no Brasil: passado, presente e futuro. In: VIEIRA, S.I. (Coord.) **Medicina básica do trabalho**. 2. ed. Curitiba: Genesis, 1998, v.4, p. 21-28.

OLIVEIRA, A. de. **Prática trabalhista e previdenciária: enfoque constitucional: emenda constitucional n.20, de 15/12/98**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, D. de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba, Ed. da UFPR, 2000.

OLIVEIRA, D. de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, J. C. de. Segurança e saúde no trabalho: uma questão mal compreendida. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.17, n. 2, p. 3-12, abr./jun. 2003.

PANDINI, S. **A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná: “viveiro de homens aptos e úteis” (1910-1928)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 347-375.

PENNA, L. de A. **Uma história da República**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

PEREIRA, E. W. ; TEIXEIRA, Z. A. A educação básica redimensionada. In: BRZEZINSKI, I. (Org.). **LDB Interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 87-109.

PEREIRA JÚNIOR, C. A. medicina do trabalho no contexto atual. In: VIEIRA, S. I. (Coord.). **Medicina básica do trabalho**. 3. ed. Curitiba: Genesis, 1996, v.1, p. 19-29.

PEREIRA, M. R. de M. **Semeando iras rumo ao progresso**: (ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889). Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

PERROT, M. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PIMENTA, T. S.; COSTA, E. A.; FERNANDES, T. M. Controlando riscos: construção da vigilância sanitária no Brasil (1941-1999). In: **Anais Simpósio Nacional de História**, 24., 2007, São Leopoldo. São Leopoldo: ANPUH, 2007.

PINHEIRO, P. S. **Política e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINHEIRO, P. S.; HALL, M. M. **A classe operária no Brasil (1889 – 1930)**. São Paulo: Brasiliense, Funcamp, 1981, v.1.

PINHEIRO, P. S.; HALL, M. M. **A classe operária no Brasil (1889 – 1930)**. São Paulo: Brasiliense, Funcamp, 1981, v.2.

PORRAS GALO, M. I. La medicina y los seguros em el abordaje del problema de los inválidos del trabajo em Espana em la primera mitad del siglo XX. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 393-410, abr./jun. 2006.

PORTAL TRABALHO SEGURO. **Operário morre soterrado em Londrina**. Edição 179. Disponível em: <<http://www.protecao.com.br>>. Acesso em: 10/12/ 2006.

QUELUZ, G. L. **Concepções do ensino técnico na República Velha (1909-1930)**. Curitiba: PPGTE/Cefet, 2000.

RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMAZZINI, B. **As doenças dos trabalhadores**. [Original 1700]. Tradução Raimundo Estrela. Rio de Janeiro: Liga Brasileira Contra os Acidentes de Trabalho, 1971.

REIS, J. R. F. “De pequenino é que se torce o pepino”: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, v.2, n.1, p. 135-157, mar/jun. 2000.

RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

RIOUX, J. P. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAVEAU, A.; TÉTARD, P. (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 39-50.

RISI JUNIOR, J. B.; NOGUEIRA, R. P. (Coord.). As condições de saúde no Brasil. In: FINKELMAN, J. (Org.) **Caminhos da saúde pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, p. 117-234.

RIZZINI, I. (Org.). **A criança no Brasil hoje**: desafio para o terceiro Milênio. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 376-406.

ROCHA, H. H. P. **A higienização dos costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). Campinas: Mercado das Letras, 2003a.

ROCHA, H. H. P. Educação escolar e higienização da infância. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.23, n. 59, p. 39-55, 2003b.

ROCHA POMBO, J. F. **O Paraná no centenário**: 1500-1900. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.

ROETT, R. **O Brasil na década de 1970**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ROSA, M. **Psicologia evolutiva**: psicologia da adolescência. Petrópolis: Vozes, 1984.

ROSEN, G. **Da polícia médica à medicina social**: ensaios sobre a história da assistência médica. Tradução: SOUZA, Â. L. de. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. Tradução: MOREIRA, M. F. da S.; BONFIM, J. R. de A. São Paulo: Hucitec: Ed. UNESP, 1994.

SAAD, T. L. P. **Acidentes do trabalho estudos doutrinários e pesquisas de campo**. São Paulo: Ltr, 1988.

SANTANA, M. A. **Uma cidade em movimento**: trabalhadores e política em Volta Redonda (1980-1990). [S.l.: S.n., 200-]. Disponível em:  
<<http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/MarcoSantana2005.rtf>.> Acesso em: 31/08/08

SANTANA, M. A. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.4, p. 283-314.

SANTANA, V.; NOBRE, L.; WALDVOGEL, B. C. Acidentes de trabalho no Brasil entre 1994 e 2004: uma revisão. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p.841-855, out./dez. 2005.

SANTI, A.; MOTI, M. I. F. **Programa de educação em segurança e saúde do trabalhador**. [S.l.]: FUNDACENTRO, [S.d.].

SANTOS, A. M. dos A. **Introdução à higiene ocupacional**. [S.l.]: FUNDACENTRO, [S.d.].

SANTOS, C. R. A. dos. **Vida material e econômica**. Curitiba: SEED, 2001.

SANTOS, M. A. C. dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, M. (Org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 210-230.

SANTOS, O. Z. A. **Acidentes do trabalho e suas implicações jurídicas**, teoria, legislação, jurisprudência e prática. São Paulo: Lawbook, 2000, v.1.

SATO, L. Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1147-1166, set./out. 2002.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 1991.

SAVIANI, D. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005, v.3, p. 30-39.

SCHÜLER SOBRINHO, O. Psicologia, sociologia e antropologia do trabalho. In: VIEIRA, S. I. (Coord.). **Medicina básica do trabalho**. 3. ed. Curitiba: Genesis, 1996, v.1, p. 31-48.

Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA). **Histórico da Saúde do Trabalhador no Paraná**. Disponível em:

<<http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1472>>

Acesso em: 29/08/08

SELL, I. Qualidade de vida e condições de trabalho. In: VIEIRA, S. I. (Coord.). **Medicina básica do trabalho**. 2. ed. Curitiba: Genesis, 1998a, v.4, p. 151-169.

SELL, I. Programas de ergonomia para melhorar a qualidade de vida no trabalho. In: VIEIRA, S. I. (Coord.). **Medicina básica do trabalho**. 2. ed. Curitiba: Genesis, 1998b, v.4, p. 171-182.

SILVA, A. G. da. **Prevenção de acidentes**: lar – rua – trabalho. São Paulo: Anhanguera, 1963.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985.

SINGER, P. A economia brasileira depois de 1964. **Debate & Crítica**, v.4, p. 1-21, nov.1974.

SINGER, P.; BRANT, V. C. (Org.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1981.

SOUNIS, E. **Manual de higiene e medicina do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Ícone, 1991.

SOUTO, D. F. **Saúde no trabalho**: uma revolução em andamento. Rio de Janeiro: SENAC Nacional: SESC Nacional, 2003.

SOUZA, R. F. de. **Templos de Civilização**: A implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

STERN, B. J. A saúde das cidades e o primeiro movimento de saúde pública". In: NUNES, E. D. (Org.). **Medicina social**: aspectos históricos e teóricos. São Paulo:Global, 1983.

STERN, I. **As Campanhas de Prevenção às doenças e sua ação educativa**. Dissertação (Mestrado em Educação) Setor Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, Unicamp, 2000.

TAVARES, J. de F. **Direito da Infância e da Juventude**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. 3v.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRINDADE, J. M. B. **Metamorfose**: de criança para menor. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

VALLA, V. V.; NAVARRO, E. S. (Org.). **Participação popular, educação e saúde**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Relume – Dumara, 1993.

VEIGA, C. G.; FARIA FILHO, L. M. de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte. Autêntica, 1999.



VILELA, R. A. G.; IGUTI, A. M.; ALMEIDA, I. M. Culpa da vítima: um modelo para perpetuar a impunidade nos acidentes do trabalho. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 570-579, mar./abr. 2004.

VILLELA, A.V.; SUZIGAN, W. **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

WALDVOGEL, B. C. A população trabalhadora paulista e os acidentes do trabalho fatais. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 42-53, abr./jun. 2003.

## FONTES

BRASIL. **Lei nº6.367/76**, 1976. Disponível em:  
<<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1976/6367.htm>>. Acesso em:  
25/06/2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Política de ação do MTB no campo da segurança e medicina do trabalho**. Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho. Brasília. Coleção VI Segurança e Medicina do Trabalho, 1979a.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Educação preventiva de acidentes**. Comissão Nacional de Moral e Civismo. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979b.

BRASIL. **Tribunal nacional contra o trabalho infantil**. Brasília: Palácio do Buriti, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB), 1996. Secretaria Municipal da Educação. Prefeitura de Curitiba.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente** (ECA). Curitiba, COMTIBA, 2000.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (PCNs): terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001a.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2001b.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa educativo escola do futuro trabalhador**. 2. ed. Caderno do Professor. Brasília: MTE, SIT/DSST, 2002a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Criança informada**: “futuro trabalhador consciente”: Caderno do Aluno. Brasília: MTE, SIT, DSST, 2002b.

BRASIL. **Plano nacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente**. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004b. Disponível em:  
<[http://www.mte.gov.br/trab\\_infantil](http://www.mte.gov.br/trab_infantil)>. Acesso em: 25/01/2008.

BRASIL. PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Histórico da Previdência Social**. Disponível em:  
<[http://www.previdenciasocial.gov.br/pg\\_secundarias/previdencia\\_social\\_12\\_04-E.asp](http://www.previdenciasocial.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_12_04-E.asp)>. Acesso em 12/01/2007.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE (CNS), 8., 1986, Brasília. **Anais 8ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987. Disponível em:  
<[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8conf\\_nac\\_anais.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8conf_nac_anais.pdf)>. Acesso em:  
26/01/2008.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE (CNS), 12., 2003, Brasília. **Relatório Final da 12ª Conferência Nacional de Saúde**: Conferência Sérgio Arouca. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em:  
<<http://bvsmms.saude.gov.br/html/pt/colecoes/conferencias.html>>. Acesso em: 01/02/2008.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DOS TRABALHADORES (CNST), 1., 1986, Brasília. **Relatório Final da 1ª Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores**. Brasília: Ministério da Saúde, 1986. Disponível em:  
<<http://bsms.saude.gov.br/html/pt/colocoas/conferencias>>. Acesso em: 17/12/2007.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR (CNST), 2., 1994, Brasília. **Relatório Final da 2ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador**: Construindo uma Política de Saúde do Trabalhador. Brasília: Ministério da Saúde, 1994. Disponível em:  
<[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0207cnst\\_relato\\_final.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0207cnst_relato_final.pdf)>. Acesso em: 02/02/2008.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR (CNST), 3, 2005, Brasília. Documento Base. **3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador**. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2005. Disponível em:  
< <http://conselho.saude.gov.br/wst/documentobase.doc>>. Acesso em: 02/02/2008.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR (CNST), 3, 2005, Brasília. **Versão Final da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em:  
<[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/trabalhador/pdf/relatorio\\_final\\_3con.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/trabalhador/pdf/relatorio_final_3con.pdf)>. Acesso em: 02/02/2008.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Estatísticas e textos**. Disponível em:  
<<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 15/10/2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS E PESQUISAS DE SAÚDE E DOS AMBIENTES DE TRABALHO (DIESAT).  
Disponível em: < <http://www.diesat.org.br>>. Acesso em: 29/10/2007.

DEPOIMENTO IMPRESSO. Antônio, 2005. Um dos Coordenadores do Programa Escola do Futuro Trabalhador (nome fictício).

DEPOIMENTO IMPRESSO. José, 2006. Um dos Coordenadores do Programa Escola do Futuro Trabalhador (nome fictício).

DEPOIMENTO IMPRESSO. José, junho 2008. Um dos Coordenadores do Programa Escola do Futuro Trabalhador (nome fictício).

ESTATÍSTICAS DE ACIDENTES DE TRABALHO – **Dados estatísticos 1970-1999**. Disponível em:

<[http://www.bauru.unesp.br/curso\\_cipa/artigos/Estatisticas\\_acidentes\\_trabalho.htm](http://www.bauru.unesp.br/curso_cipa/artigos/Estatisticas_acidentes_trabalho.htm)>  
Acesso em: 10/05/2007.

ESTATÍSTICA - TRABALHO INFANTIL. Disponível em:  
< <http://www.ciranda.org.br/feti>>. Acesso em: 23/01/2008

FÓRUM ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E  
REGULARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ADOLESCENTE DO PARANÁ (FETI-PR).  
**Trabalho infantil:** nunca mais! [S.l: s.n., 200-].

FUNDACENTRO – **História Fundacentro**. Disponível em:  
<[http://www.fundacentro.gov.br/CTN/ins\\_historia.asp?D=CTN](http://www.fundacentro.gov.br/CTN/ins_historia.asp?D=CTN)>. Acesso em:  
30/04/2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL  
(IPARDES) – **Cadernos Estatísticos: Município de São José dos Pinhais**, 2008.  
Disponível em:  
<<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=83000&btOk=ok>  
> Acesso em: 21/04/2008.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum**, 1891. Disponível em:  
<[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html)>. Acesso: em 03/01/2007.

MAPA - **São José dos Pinhais**. Disponível em:<<http://www.sjp.pr.gov.br>> Acesso  
em 07/10/2007.

MÉXICO. **Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos**, 1917. Disponível  
em:< <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/mexico/const1917.htm>>. Acesso em:  
26/06/ 2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Apresentação do Programa  
Escola do Futuro Trabalhador e do material**, [200-]a. Disponível em:  
<<http://www.mte.gov.br/delegacias>>. Acesso em 18/06/2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Escola do Futuro Trabalhador**.  
[200-]b. 1 folder.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Apresentação, histórico,  
estratégias do Programa Escola do Futuro Trabalhador**, [200-]c Disponível em:  
<<http://www.mte.gov.br/sit>>. Acesso em: 03/10/01.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Expansão do Programa  
Escola do Futuro Trabalhador**. Departamento de Saúde e Segurança do  
Trabalhador, 2002.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Histórico do Programa Escola  
do Futuro Trabalhador no Paraná**. Delegacia Regional do Trabalho no Paraná.  
Seção de Qualidade, Tecnologia e Gestão de Programas, 2003a.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Programa Escola do Futuro Trabalhador. **Instrumental para Acompanhamento e Avaliação das Ações** - Secretaria Municipal da Educação de São José dos Pinhais, 23/07/2003b.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Relatórios implantação do Programa Escola do Futuro Trabalhador**. Departamento de Saúde e Segurança do Trabalhador, 2004.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Relatórios implantação do Programa Escola do Futuro Trabalhador**. Departamento de Saúde e Segurança do Trabalhador, 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Ação Escola Futuro Trabalhador**. Departamento de Saúde e Segurança do Trabalhador, 2006.

NORMAS REGULAMENTADORAS (NRs). Atualizações até 2007. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/seg\\_sau/leg\\_normas\\_regulamentadoras.asp](http://www.mte.gov.br/seg_sau/leg_normas_regulamentadoras.asp)>. Acesso em: 16/01/2007.

OSASCO – **Desenvolvimento econômico**. Disponível em: <<http://www.camaraosasco.sp.gov.br/osasco/social/index2.htm>>. Acesso em: 15/06/08.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**: normas e procedimentos. Coordenação de Proteção Social Especial de Média Complexidade. [200-].

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Plano Diretor de São José dos Pinhais** – Diagnóstico, 2003a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Relatórios implantação do Programa Escola do Futuro Trabalhador**. Centro de Pesquisa de Saúde e Segurança no Trabalho, 2003b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Jornal da Educação** – outubro, 2004a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Jornal da Educação** – novembro/dezembro, 2004b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Programa Escola do Futuro Trabalhador**. Centro de Pesquisa de Saúde e Segurança no Trabalho, 2006a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Série Verde – Dados Gerais abril/2006b. 1 folder.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – **Estatística**. Disponível em: <<http://www.sjp.pr.gov.br/portal/conteudo.php?id=1130328681328172>> Acesso em: 20/03/2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Localização do Município de São José dos Pinhais**. Disponível em: <<http://www.sjp.pr.gov.br/portal/conteudo.php?id=1127483802732165>> Acesso em: 21/04/2008.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Estatísticas e texto explicativo**. Disponível em: <[http://www.previdenciasocial.gov.br/anuarios/aeat-2005/14\\_08\\_01\\_01\\_02.asp](http://www.previdenciasocial.gov.br/anuarios/aeat-2005/14_08_01_01_02.asp)>. Acesso em: 21/02/2007.

PROGRAMA PETI. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/delegacias/sp>>. Acesso em: 13/10/2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO (SEESP). **Série Histórica – Matrícula da Educação Básica**. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br>> Acesso em: 01/09/2008.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ (SEEDPR). Disponível em: <<http://www.seed.pr.gov.br>> Acesso em: 04/09/2008.

SENAI. **Noções Básicas de Segurança e Medicina do Trabalho - NBSMT**: caderno do instrutor. Rio de Janeiro, 1987.

SESI. SESI apresenta: **Pedrinho em: uma história de responsabilidade**. Brasília: [S.n.,199-].

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE OSASCO E REGIÃO. **Vítimas dos ambientes de trabalho - rompendo o silêncio**. 6. ed. São Paulo: Editora Peres, 2001.

## ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Biblioteca da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO). Curitiba (PR).

Biblioteca da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Curitiba.

Biblioteca de Ciências Humanas e Educação da Universidade Federal do Paraná (HE-UFPR).

Biblioteca do Centro Metropolitano de Apoio à Saúde do Trabalhador (CEMAST). Curitiba.

Biblioteca do Serviço Social da Indústria. Curitiba.

Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba.

Arquivo da Delegacia Regional do Trabalho de Curitiba.

Arquivo da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais (PR).

## ANEXOS

## Questionários

## Professor da escola rural 6

## Questionário: PROGRAMA EDUCATIVO ESCOLA DO FUTURO TRABALHADOR

Para professores que aplicaram o Programa.

- 1) Descreva em poucas palavras a Escola em que trabalha ou trabalhava quando o Programa "Futuro Trabalhador" foi aplicado:

Escola Rural Municipal

- 2) Qual a localização, urbana (centro ou periferia) ou rural da Escola e qual sua clientela (condição financeira dos alunos)?

Localizada na área rural e todos os alunos eram filhos de pequenos e médios agricultores.

- 3) Em que ano (s) você aplicou o Programa? Para quais séries?

No ano de 2.004 e para as 3ª e 4ª séries.

- 4) Que disciplina você leciona ou lecionava durante a aplicação do Programa?

Todas as disciplinas em séries multisseriadas

- 5) Como e quando o material era utilizado?

Foi utilizado todas as sextas-feiras conforme orientação da pedagoga.

- 6) Como as atividades do livro do aluno eram resolvidas?

Sempre com o auxílio do professor já que as atividades eram muito aprofundadas.

- 7) Como era a participação dos alunos?

Foi pouca expressiva já que legislação trabalhista não era da realidade deles.

- 8) Além do material do programa era feito outro tipo de trabalho sobre legislação trabalhista? Qual? E sobre higiene e segurança do trabalho?

Sobre legislação trabalhista não, e sobre higiene complementares o trabalho do Posto de Saúde sobre higiene bucal.



9) Que tema ou lei gerou mais discussões ou interesse por parte dos alunos?

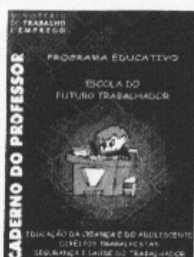
Foi sobre saúde e segurança no trabalho.

10) Você fazia avaliação do que foi trabalhado? Como?

Sim, através da produção de textos.

11) A segunda parte do livro do aluno trata do tema Saúde e Segurança no Trabalho. Que tipo de prevenção de acidentes você acha mais importante ser trabalhada com os alunos? Por quê?

Sobre o que fazer quando acontece um acidente, porque geralmente num acidente todo mundo fica apavorado e não sabem que atitudes devem tomar e muitas vezes podem agravar ainda mais o estado da vítima, e em outras situações é bom chamar um socorro médico com ambulância para obter algum laudo médico, já que a empresa pode responder pelo acidente.



## Professores da escola estadual 4

## Questionário: PROGRAMA EDUCATIVO ESCOLA DO FUTURO TRABALHADOR

Para professores que aplicaram o Programa.

- 1) Descreva em poucas palavras a Escola em que trabalha ou trabalhava quando o Programa "Futuro Trabalhador" foi aplicado:

Escola

- 2) Qual a localização, urbana (centro ou periferia) ou rural da Escola e qual sua clientela (condição financeira dos alunos)?

Periferia

- 3) Em que ano (s) você aplicou o Programa? Para quais séries?

2006 - 5ª série

- 4) Que disciplina você leciona ou lecionava durante a aplicação do Programa?

Ensino Religioso

- 5) Como e quando o material era utilizado?

Eu apliquei em algumas aulas, como conceito de valores.

- 6) Como as atividades do livro do aluno eram resolvidas?

Eu falava em sala, os alunos resolviam em casa.

- 7) Como era a participação dos alunos?

Bom

- 8) Além do material do programa era feito outro tipo de trabalho sobre legislação trabalhista? Qual? E sobre higiene e segurança do trabalho?

Não, era só o livro.

9) Que tema ou lei gerou mais discussões ou interesse por parte dos alunos?

*Eles deram exemplos do que os pais viviam no trabalho como donos e afastamentos.*

10) Você fazia avaliação do que foi trabalhado? Como?

*Não fazia*

11) A segunda parte do livro do aluno trata do tema Saúde e Segurança no Trabalho. Que tipo de prevenção de acidentes você acha mais importante ser trabalhada com os alunos? Por quê?

*Falavam muito sobre "Ló" e estresse.*



# Questionário: PROGRAMA EDUCATIVO ESCOLA DO FUTURO TRABALHADOR

Para professores que aplicaram o Programa.

- 1) Descreva em poucas palavras a Escola em que trabalha ou trabalhava quando o Programa "Futuro Trabalhador" foi aplicado:

ESCOLA ESTADUAL - Localizada EM SÃO JOSÉ  
DOS PINHAIS.

- 2) Qual a localização, urbana (centro ou periferia) ou rural da Escola e qual sua clientela (condição financeira dos alunos)?

Localiza-se na PERIFERIA.

- 3) Em que ano (s) você aplicou o Programa? Para quais séries?

2006 PARA 6ª SÉRIES.

- 4) Que disciplina você leciona ou lecionava durante a aplicação do Programa?

HISTÓRIA

- 5) Como e quando o material era utilizado?

SEGUIA-MOS A CARTILHA PELO MENOS UMA VEZ POR SEMANA.

- 6) Como as atividades do livro do aluno eram resolvidas?

RESOLVIAM JUNTAMENTO COM O PROFESSOR, DISCUTIA-MOS AS  
QUESTÕES EM SALA

- 7) Como era a participação dos alunos?

MUITO BOA; TINHA ACEITAÇÃO

- 8) Além do material do programa era feito outro tipo de trabalho sobre legislação trabalhista? Qual? E sobre higiene e segurança do trabalho?

NÃO ERA FEITO MAIS NADA

9) Que tema ou lei gerou mais discussões ou interesse por parte dos alunos?

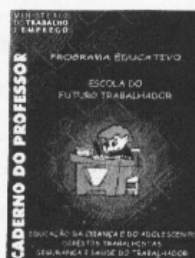
A PARTE DE SEUS DIREITOS.

10) Você fazia avaliação do que foi trabalhado? Como?

APENAS CORRIGIA-MOS OS EXERCÍCIOS

11) A segunda parte do livro do aluno trata do tema Saúde e Segurança no Trabalho. Que tipo de prevenção de acidentes você acha mais importante ser trabalhada com os alunos? Por quê?

ACREDITO QUE ALÉM DE HIGIENE PESSOAL, CUIDADOS PREVENTIVOS E ALIMENTAÇÃO.





## Alunos da escola estadual 4

## Questionário: PROGRAMA EDUCATIVO ESCOLA DO FUTURO TRABALHADOR

Para alunos que participaram do Programa.

1) Escreva em poucas palavras como era a Escola em que estudou quando o Programa 'Futuro Trabalhador' foi aplicado:

Era boa

2) Qual a localização, urbana (centro ou periferia) ou rural, da Escola onde o Programa foi aplicado?

Periferia

3) Em que série você participou do Programa? Quantos anos você tinha?

7ª Série - 14 anos.

4) O que aprendeu nas aulas do Programa?

Muitas coisas boas.

5) O que você aprendeu sobre acidentes de trabalho?

Que devemos nos prevenir

6) Com quem você mora? Eles trabalham? Qual a profissão?

Com meus pais  
Sim

7) Conversava com pessoas de sua casa sobre o Programa, mostrava o livro para elas. Para quais pessoas?

Sim com meu pai

8) Com que idade devemos começar a trabalhar? Por quê?

14 anos  
Porque o trabalho nos dá  
dignidade

9) Você trabalha? O que você faz? Com que idade você começou a trabalhar?

não não

10) Você fez algum curso profissionalizante? Qual? Quantos anos você tinha?

não

11) Que profissão você quer exercer? Por quê? Se já trabalha, gostaria de mudar de profissão? Qual e por quê?

Pedagoga porque trabalhava na escola

12) Você acha importante o trabalhador ter carteira de trabalho assinada? Por quê?

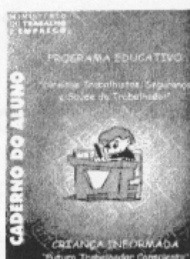
Sim pela segurança

13) Você já se machucou trabalhando, ou a caminho do trabalho? O que aconteceu?

não

14) Escreva algumas palavras sobre o seu local de trabalho.

Eu não trabalho



**Questionário: PROGRAMA EDUCATIVO ESCOLA DO FUTURO TRABALHADOR**

Para alunos que participaram do Programa.

- 1) Escreva em poucas palavras como era a Escola em que estudou quando o Programa 'Futuro Trabalhador' foi aplicado:

Era muito Boa!

- 2) Qual a localização, urbana (centro ou periferia) ou rural, da Escola onde o Programa foi aplicado?

Periferia

- 3) Em que série você participou do Programa? Quantos anos você tinha?

7º 14 anos

- 4) O que aprendeu nas aulas do Programa?

muitas coisas

- 5) O que você aprendeu sobre acidentes de trabalho?

devemos nos cuidar

- 6) Com quem você mora? Eles trabalham? Qual a profissão?

minha mãe sim secretária

- 7) Conversava com pessoas de sua casa sobre o Programa, mostrava o livro para elas. Para quais pessoas ?

Não

- 8) Com que idade devemos começar a trabalhar? Por quê?

14 anos para ganhar responsabilidade



9) Você trabalha? O que você faz? Com que idade você começou a trabalhar?

Não

10) Você fez algum curso profissionalizante? Qual? Quantos anos você tinha?

Sim informática 15 anos

11) Que profissão você quer exercer? Por quê? Se já trabalha, gostaria de mudar de profissão? Qual e por quê?

Não tenho uma profissão exata para exercer

12) Você acha importante o trabalhador ter carteira de trabalho assinada? Por quê?

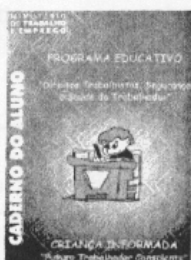
Sim, por garantir seus direitos

13) Você já se machucou trabalhando, ou a caminho do trabalho? O que aconteceu?

Não

14) Escreva algumas palavras sobre o seu local de trabalho.

Não trabalho



**Questionário: PROGRAMA EDUCATIVO ESCOLA DO FUTURO TRABALHADOR**

Para alunos que participaram do Programa.

1) Escreva em poucas palavras como era a Escola em que estudou quando o Programa 'Futuro Trabalhador' foi aplicado:

Muito bom

2) Qual a localização, urbana (centro ou periferia) ou rural, da Escola onde o Programa foi aplicado?

Periferia

3) Em que série você participou do Programa? Quantos anos você tinha?

7 série

4) O que aprendeu nas aulas do Programa?

Muita coisa boa

5) O que você aprendeu sobre acidentes de trabalho?

que devemos nos prevenir

6) Com quem você mora? Eles trabalham? Qual a profissão?

com meus pais, sim

7) Conversava com pessoas de sua casa sobre o Programa, mostrava o livro para elas. Para quais pessoas ?

sim com meus pais

8) Com que idade devemos começar a trabalhar? Por quê?

16 anos

9) Você trabalha? O que você faz? Com que idade você começou a trabalhar?

não

10) Você fez algum curso profissionalizante? Qual? Quantos anos você tinha?

não

11) Que profissão você quer exercer? Por quê? Se já trabalha, gostaria de mudar de profissão? Qual e por quê?

Veterinária

12) Você acha importante o trabalhador ter carteira de trabalho assinada? Por quê?

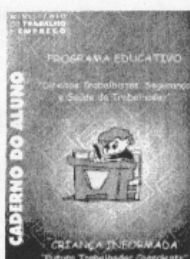
sim

13) Você já se machucou trabalhando, ou a caminho do trabalho? O que aconteceu?

não

14) Escreva algumas palavras sobre o seu local de trabalho.

o local que as pessoas trabalham é bom



# Questionário: PROGRAMA EDUCATIVO ESCOLA DO FUTURO TRABALHADOR

Para alunos que participaram do Programa.

1) Escreva em poucas palavras como era a Escola em que estudou quando o Programa 'Futuro Trabalhador' foi aplicado:

Escola ótima estudos relaxar  
da 5ª série

2) Qual a localização, urbana (centro ou periferia) ou rural, da Escola onde o Programa foi aplicado?

Periferia

3) Em que série você participou do Programa? Quantos anos você tinha?

13 anos 7º

4) O que aprendeu nas aulas do Programa?

Todos têm direito de trabalhar e ter  
sua carteira de trabalho assinada.

5) O que você aprendeu sobre acidentes de trabalho?

Quem não tem experiência

6) Com quem você mora? Eles trabalham? Qual a profissão?

Meus pais, sim, doméstica meu pai  
de carregador

7) Conversava com pessoas de sua casa sobre o Programa, mostrava o livro para elas. Para quais pessoas?

Para meu pai e minha mãe

8) Com que idade devemos começar a trabalhar? Por quê?

15 anos

9) Você trabalha? O que você faz? Com que idade você começou a trabalhar?

Não Estuda

10) Você fez algum curso profissionalizante? Qual? Quantos anos você tinha?

Informática 14

11) Que profissão você quer exercer? Por quê? Se já trabalha, gostaria de mudar de profissão? Qual e por quê?

Quero ser advogada porque é meu sonho

12) Você acha importante o trabalhador ter carteira de trabalho assinada? Por quê?

Sim porque é a garantia de seus direitos

13) Você já se machucou trabalhando, ou a caminho do trabalho? O que aconteceu?

Não trabalho

14) Escreva algumas palavras sobre o seu local de trabalho.

Não trabalho





**Questionário: PROGRAMA EDUCATIVO ESCOLA DO FUTURO TRABALHADOR**

Para alunos que participaram do Programa.

1) Escreva em poucas palavras como era a Escola em que estudou quando o Programa 'Futuro Trabalhador' foi aplicado:

Era legal

2) Qual a localização, urbana (centro ou periferia) ou rural, da Escola onde o Programa foi aplicado?

Periferia

3) Em que série você participou do Programa? Quantos anos você tinha?

7ª série - 13 anos

4) O que aprendeu nas aulas do Programa?

Aprendi que tem que ter leis para o trabalho

5) O que você aprendeu sobre acidentes de trabalho?

É preciso ter cuidado

6) Com quem você mora? Eles trabalham? Qual a profissão?

Com meus avós. não

7) Conversava com pessoas de sua casa sobre o Programa, mostrava o livro para elas. Para quais pessoas?

Não.

8) Com que idade devemos começar a trabalhar? Por quê?

15 anos.

Porque é bom ter emprego para ajudar

9) Você trabalha? O que você faz? Com que idade você começou a trabalhar?

Não trabalho

10) Você fez algum curso profissionalizante? Qual? Quantos anos você tinha?

Não fiz

11) Que profissão você quer exercer? Por quê? Se já trabalha, gostaria de mudar de profissão? Qual e por quê?

Médico, para ajudar as pessoas

12) Você acha importante o trabalhador ter carteira de trabalho assinada? Por quê?

Sim, para ter garantias

13) Você já se machucou trabalhando, ou a caminho do trabalho? O que aconteceu?

Não

14) Escreva algumas palavras sobre o seu local de trabalho.

Não trabalho

